

JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS

**JUVENTUDE E MODERNIDADE EM CASA NOVA: REFLEXÕES A
PROPÓSITO DE UM PROJETO DE BARRAGEM EM MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de "*Magister Scientiae*".

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL

2002

JOSÉ CÉSAR DE MEDEIROS

**JUVENTUDE E MODERNIDADE EM CASA NOVA: REFLEXÕES A
PROPÓSITO DE UM PROJETO DE BARRAGEM EM MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “*Magister Scientiae*”.

APROVADA: 21 de fevereiro de 2002.

Prof^a. Maria de Fátima Lopes
(Conselheira)

Prof^a. Maria Izabel Vieira Botelho
(Conselheira)

Prof^a. France Maria Gontijo Coelho

Prof^a. Andréa Zhouri

Prof. Franklin Daniel Rothman
(Orientador)

AGRADECIMENTO

A Deus.

A meus pais, Paulino e Dalva, que sempre me incentivaram na busca de meus objetivos e que, mesmo de longe, torceram e acompanharam minha trajetória.

A meus irmãos, pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo, especialmente a Fernanda, que morou um ano durante o mestrado, dividindo comigo a amizade e o afeto de família.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

Aos professores do mestrado, em especial, Prof. Franklin Daniel Rothman, meu orientador, Maria de Fátima Lopes e Izabel Vieira Botelho, minhas conselheiras, pela dedicação e paciência ajudando-me a concretizar meus estudos.

A meus amigos de república, Paulo César, Leonardo, Rodrigo, Diego, Antônio Carlos e Alexandre, que dividiram momentos de dificuldades, alegrias, e souberam compreender os momentos de apreensão dada a carga de estudos.

A meus colegas de mestrado, Cordélia, Renata, Luciana, Edson, Geraldo Timóteo, Geraldo, Adão e Nunes, por terem participado deste momento, dividindo opiniões, dando idéias, criticando e sugerindo questões desta tese.

A colega Cláudia, por termos dividido durante um ano a nossa bolsa de estudo, tão necessárias para a nossa permanência no curso.

Às famílias da comunidade Casa Nova, especialmente Ana Maria e Batista, por terem me recebido durante a coleta de dados, por terem me apoiado, oferecendo preciosas informações a respeito do tema.

A toda juventude da comunidade Casa Nova, objeto deste estudo, sem os quais não teria sido possível realizar este trabalho.

A André e Jaqueline, por terem contribuído no período de transcrição das entrevistas.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Economia Rural, que, de alguma forma, contribuíram na execução deste trabalho.

BIOGRAFIA

José César de Medeiros, filho de Paulino Geraldo de Medeiros e Dalva Rodrigues de Medeiros, nasceu em Ressaquinha – MG, em 1970, tendo se mudado com a família para Barbacena, em 1971. Realizou o ensino fundamental e médio nesta cidade e concluiu sua graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa, em 1997.

Após o ensino médio, a partir de 1990, trabalhou no projeto das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), participando de atividades e estágios nos estados da Bahia e no Espírito Santo. Ainda em 1991, concluiu o curso de formação de monitores para as EFAs, no MEPES (Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo). Suas atividades como monitor iniciaram-se em Piranga, em 1992, onde atuou auxiliando a organização das comunidades rurais deste município e orientando a primeira turma de jovens desta escola. Em 1994, mudou-se para Viçosa, onde auxiliou a implantação do projeto da EFA neste município e iniciou o curso de Pedagogia.

A partir de 1995, na Universidade Federal de Viçosa, foi contemplado com uma bolsa de Iniciação Científica. Esta abriu novos caminhos para sua atuação no meio acadêmico, a partir da pesquisa.

Em 1996, como membro do DCE (Diretório Central dos Estudantes), na Coordenadoria de Ciência e Tecnologia, coordenou o IV Simpósio de Iniciação Científica.

Após a conclusão da graduação, em 1998, foi contemplado com uma bolsa de aperfeiçoamento, pelo Departamento de Economia Rural, atuando junto ao grupo de pesquisa e extensão às comunidades rurais atingidas por barragens. Desta experiência originou-se a proposta de pesquisa com os jovens de comunidades rurais atingidas por barragens, apresentada à Universidade Federal de Viçosa. Foi aceito para o Mestrado em 1999, e defendeu sua tese em fevereiro de 2002.

CONTEÚDO

	Página
LISTA DE SIGLAS	v
LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO GERAL	01
2.1. O Conceito de Reflexividade da Vida Social Moderna	08
2.2. Juventude e Modernidade	12
2.3. Projetos de Vida e Campos de Possibilidades	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1. Identificação e Delimitação da Área de Estudo	19
3.2. Amostragem da População e Coleta de Dados	20
3.3. Definição e Operacionalização das Variáveis e do Modelo Analítico.....	24
4. DESCRIÇÃO DO LUGAR	29
4.1. Caracterização do Município de Guaraciaba e de sua População Rural	29
4.2. O Contexto do Projeto UHE Pilar em Casa Nova – “Símbolo da Modernidade”	56
5. ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS JOVENS	64
6. OPINIÃO DOS PAIS SOBRE OS PROJETOS DE SEUS FILHOS	80
7. CONCLUSÕES GERAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
APÊNDICE A	99
APÊNDICE B	118
APÊNDICE C	131
APÊNDICE D	133

LISTA DE SIGLAS

- ACMAP** – Associação Comunitária dos Moradores Atingidos por Pilar
- ADA** – Área Diretamente Atingida
- ALCAN** – Aluminium Company of Canadá
- ALEMG** – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
- ASPARPI** – Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga
- CEI** – Centro de Estatísticas e Informação
- CMR** – Comissão Mundial de Barragens
- COPAM** – Conselho Estadual de Política Ambiental
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- EFA** – Escola Família Agrícola
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- FEAM** – Fundação Estadual de Meio Ambiente
- FIAT** – Federação Italiana Automobilística
- FJP** – Fundação João Pinheiro
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Análises Geográficas e Estatísticas
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MCS** – Meios de Comunicação Social
- NACAB** – Grupo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens
- OIJ** – Organização Ibero-Americana de Juventude
- ONG** – Organização Não-Governamental
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PJR** – Pastoral da Juventude Rural
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RIMA** – Relatório de Impacto Ambiental
- UFV** – Universidade Federal de Viçosa
- UHE** – Usina hidrelétrica
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- WCD** – World Commission on Dams

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 - Setores econômicos do Município de Guaraciaba, em 1980 e 1991	33
Quadro 2 - Quantidade de terra a ser distribuída por filho, de acordo com as categorias “pequenos proprietários” e “proprietários”	39
Quadro 3 - Nível de escolaridade de pais, mães e filhos (percentagem). Comunidade Casa Nova – Município de Guaraciaba – MG. Janeiro/2001	41
Quadro 4 - Distribuição das atividades nas famílias de Casa Nova, Município de Guaraciaba, MG	44
Quadro 5 - Percentual dos principais produtos destinados ao próprio consumo. (Porcentagem por Produto)	47

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 - Fatores da permanência de pessoas no meio rural ou na saída dele.	26
Figura 2 - Localização do município de Guaraciaba.	29
Figura 3 - Localização da Zona da Mata Mineira.	30
Figura 4 - O projeto de barragem pode ser fator de expulsão da população.	68
Figura 5 - A população local resiste ao projeto de barragem.	68

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Foto 1 - Família de não-proprietários residentes na localidade de Conceição, comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.	20
Foto 2 - Sede da fazenda Casa Nova, pertencente a um proprietário. Provável local que deu origem ao nome da comunidade, município de Guaraciaba – MG.	22
Foto 3 - Família de pequenos produtores residentes na localidade de Conceição, comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.	26
Foto 4 - Vista parcial do rio Piranga. Local onde durante os dias quentes, alguns moradores de Casa Nova tomam banho.	32
Foto 5 - Os jovens de Casa Nova se reúnem às tardes para o jogo de futebol.	35
Foto 6 - Jovens e adolescentes da comunidade Casa Nova durante um jogo de cartas. Momento de lazer masculino.	35
Foto 7 - Oratório que se encontra dentro da sede da fazenda Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.	37
Foto 8 - Vista parcial do rio Piranga, próximo à escola municipal da comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.	38
Foto 9 - Jovens trabalhando na limpeza da estrada de acesso à pequena propriedade de seus pais. Comunidade Casa Nova.	46
Foto 10 - Casa de uma família de não-proprietários na localidade de Mato Virgem. Comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.	48
Foto 11 - Reunião coordenada pelo então presidente da ACMAP na comunidade de Três Tiros, município de Ponte Nova – MG. Comunidade que fica do outro lado do rio, oposto à Casa Nova.	54
Foto 12 - Reunião da ACMAP na escola da comunidade Casa Nova, durante a preparação para a audiência pública sobre o Projeto UHE Pilar.	60
Foto 13 - Filho ajudando o pai, pequeno proprietário, durante uma atividade de reparo da cerca da propriedade, comunidade Casa Nova, Guaraciaba – MG.	77

RESUMO

MEDEIROS, José César, M.S., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2002. **Juventude e Modernidade em Casa Nova: Reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais.** Orientador: Franklin Daniel Rothman. Conselheiros: Maria de Fátima Lopes e Maria Izabel Vieira Botelho.

Os conceitos de “campo de possibilidades” numa análise local (micro), e de “reflexividade da modernidade”, numa análise ampla (macro), fizeram parte deste trabalho. Analisaram-se as opções dos jovens para a construção de seus projetos de vida e identificaram-se aspectos próprios da ‘cultura de origem’ e aspectos próprios da ‘cultura urbana’ presentes num quadro sócio-histórico. Estes dados auxiliaram a compreensão de como ocorre a formulação e implementação dos projetos dos jovens. Com base no conceito “campo de possibilidades”, buscou-se delinear os campos de atração e de expulsão rural e urbana, construídos no processo histórico a partir de alternativas dadas. A viabilidade das opções, como diz Velho, “depende do jogo e interações com outros projetos individuais e coletivos”. No coletivo, conclui-se pelas argumentações, em que os jovens manifestaram-se contrários à construção da barragem. A luta contra a barragem e a favor de direitos, trouxe novas perspectivas para os projetos individuais dos jovens. As expectativas comportam ambigüidades; a possibilidade do projeto de barragem reforça para alguns o argumento de ter que sair, devido às condições sociais locais e, ao mesmo tempo, reafirma a importância do sentimento de pertencimento à ‘cultura de origem’. As possibilidades de concretização dos projetos de vida dos jovens tendem a estar condicionadas, em boa parte, pelas condições socioeconômicas da família. Categorias analíticas como “pequenos proprietários”, “proprietários” e “não-proprietários” caracterizaram as condições sócio-econômicas e permitiram inferir a busca de autonomia financeira como fator importante nos projetos dos jovens. A opção de deixar o meio rural é independente do projeto de barragem e está motivado principalmente pela “ilusão” de “vida fácil e conforto” no meio urbano. Entre os projetos

individuais dos jovens e suas estratégias, identifica-se a oportunidade de estudar, de conseguir um bom emprego e de casar. Destacam-se diferenças nas opções dos pais para seus filhos. Para “proprietários”, há possibilidade de que seus filhos deixem o meio rural e estudem até adquirir uma “boa profissão”. Para “pequenos proprietários”, os filhos devem deixar o meio rural, trabalhar e, depois, retornarem com algum recurso, a fim de adquirir seu próprio “pedaço de chão”. Para os “não-proprietários”, o projeto para os filhos é mesmo deixar este meio, a fim de trabalhar e garantir seu próprio sustento. A presença da assessoria e a organização local da comunidade foram fundamentais para a afirmação dos valores locais, da ‘cultura de origem’. As tradições foram colocadas em conflito com os símbolos de modernidade e, por isso, não permaneceram como estavam. Ao adquirirem a consciência do risco, os jovens e suas famílias passaram a ter confiança de que era possível, neste novo cenário, interferir na realidade. A comunidade passou a revalorizar ainda mais suas tradições, seus valores, seu jeito de viver. A experiência vivida, especialmente pela juventude, foi a demonstração de que se vivem as mudanças de um mundo complexo e sofisticado em relação ao passado. Está ocorrendo a interseção entre a modernidade e a transformação da vida cotidiana.

ABSTRACT

MEDEIROS, José César, M.S., Universidade Federal de Viçosa, February 2002. **Youth and Modernity in Casa Nova: Reflections on a hydroelectric dam project in Minas Gerais.** Adviser: Franklin Daniel Rothman. Committee Members: Maria de Fátima Lopes and Maria Izabel Vieira Botelho.

This study analyzed how rural and urban culture shaped options available to rural youth to construct their life projects. The concepts of “reflexivity of modernity” and “field of possibilities” provided references for these analyses, the latter helping delineate rural and urban fields of attraction and expulsion, constructed as a historic process on the basis of given alternatives. As Velho says, “the viability of options depends on the interaction with other individual and collective projects”. With regard to the collective project, the participation of youth in the struggle of opposition to construction of the hydroelectric dam and in defense of their rights brought new perspectives to their individual projects. Their expectations revealed ambiguities: for some, the possibility of dam construction reinforced the option of leaving as a result of local social conditions, while at the same time enhancing the importance of a feeling of belonging to their (rural) “cultural origin”. The possibilities of their life projects becoming a reality tend to be influenced substantially by the socioeconomic conditions of the family. The analytical categories of “owner-operator”, “small owner-operator” and “non-owner-operator” were used to characterize and compare socio-economic conditions and helped identify financial autonomy as an important factor in the projects of these youth. Leaving the rural area is an option independent of whether or not the dam is built and is motivated principally by the illusion of a relatively easy and comfortable life in the city. The opportunity to continue their formal education, obtain a good job and marry were identified as individual projects and strategies. The preferential option of parents for their children differed among the three categories. “Owner-operators” preferred that their children leave the rural area and continue schooling until obtaining employment in a good profession. “Small owner-operators

would like their children to leave the rural area, seek employment in the city and then return with sufficient resources to acquire their “piece of land”. “Non-owner-operators preferred that their children leave the rural area to find work in the city and support themselves. Traditions were placed in conflict with symbols of modernity (the dam project) and, as a result, did not remain the same. The presence of a Church, university and environmentalist support team, as well as local organization, was fundamental in a process of affirmation of local values, those of the “culture of origin”. Upon acquiring an awareness of risk, the youth and their families acquired confidence that it was possible, in this new scenario, to intervene in the world around them. The community came to value even more highly their traditions and way of life. The lived experience, especially by the youth, demonstrated that they are subject to changes of a more complex and sophisticated world than in the past. They are living at the crossroads of modernity and a way of life in transformation.

1. INTRODUÇÃO GERAL

O objetivo fundamental deste trabalho é analisar as opções reais, idealizadas/sonhadas de concretização dos projetos de vida dos jovens da comunidade¹ Casa Nova. Parte-se de uma avaliação do contexto local, ou seja, das condições sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais da comunidade e amplia-se para o contexto de 'modernidade', onde se analisam os aspectos característicos da tradição presentes em Casa Nova.

Compreende-se que "tradição é um modo de comportamento ou padrão produzido por um grupo como tal, distinto de um indivíduo; e serve para intensificar a consciência de grupo e sua coesão. O termo enfatiza noções de continuidade, estabilidade e venerabilidade e acentua o conjunto de sabedoria coletiva incluído na tradição do grupo" (GIDDENS,1991:44). Neste trabalho, tradição é um acervo instrumental, tanto material quanto simbólico, que orienta a ação dos indivíduos no mundo da vida.

A análise de como aspectos da modernidade estão presentes na vida dos jovens de Casa Nova permeiam uma reflexão. O termo 'modernidade' é utilizado neste trabalho de acordo com GIDDENS (1991:44), ou seja, "refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do séc. XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência".

De acordo com MARTINS (2000), a idéia de modernidade está diretamente relacionada ao progresso². Sendo assim, este tema estaria mais associado aos países ricos que aos países pobres. Segundo o mesmo autor,

¹ Compreende-se comunidade nos termos de Tönnies (1963), citado por VERAS (1976), baseada no parentesco, na vizinhança, na amizade e nas crenças comuns (Gemeinschaft).

² Como sinônimo de modernização. No sentido definido por BERMAN (1988) e HABERMAS (1989), um processo socioeconômico em que vai se construindo a modernidade.

mais se fala do que se tem efetivamente modernidade no Brasil, sendo necessário identificar suas anomalias e inconclusividades:

“As misérias, como o desemprego e o subemprego, os valores e as mentalidades produzidos pelo desenvolvimento dependente são partes integrantes da modernidade, embora de um ponto de vista teórico e tipológico não façam parte do moderno”.

Muito se tem falado deste período como da “pós-modernidade”. Porém, GIDDENS (1991), discordando deste termo, denomina este momento de “pós-tradicional”, afirmando que “se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social”. Portanto, diz o autor, “é necessário desconstruir este enredo, pois desta forma a tarefa de analisar a modernidade fica mais visível”.

Na América Latina, alguns autores confundem o termo modernidade em oposição ao tradicional, separando-os. De acordo com Martins (2000),

“Essa interpretação, de fundo positivista, reinstaura o escalonamento do processo histórico, relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como por exemplo o tradicionalismo dos pobres migrados do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza. Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização”.

A preocupação de se estudar a juventude e modernidade surgiu, primeiramente, pelos contatos do pesquisador com jovens durante sua experiência profissional nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAS)³, atuando como monitor do projeto entre 1990 e 1994. As experiências do pesquisador no trabalho com juventude é anterior à experiência profissional como monitor das EFAS. Iniciou-se na metade da década de 80, quando ainda jovem, participou da coordenação da Pastoral da Juventude da Igreja Católica, em suas diversas instâncias (coordenações). Durante o seu trabalho com as EFAS, a pedido das comunidades e da juventude local, iniciou a organização da Pastoral da Juventude Rural (PJR), tendo aí uma aproximação maior com esta realidade, observando de perto os jovens, suas aspirações, seus desejos. Atualmente,

³ As EFAS – Escolas Famílias Agrícolas utilizam a Pedagogia da Alternância, isto significa que os jovens permanecem alguns períodos internos na escola e outros períodos em casa com suas famílias, aplicando na prática os conhecimentos apreendidos e refletidos na escola. No período em que estão em casa, os monitores realizam visitas sistemáticas aos jovens e suas famílias, auxiliando-os em suas necessidades práticas.

seu contato com a juventude se dá no âmbito da assessoria⁴, onde auxilia os diversos grupos de jovens, através de cursos de formação, de palestras e acompanhamento de organização desta entidade. Durante estes cinco anos, observou-se que os jovens das comunidades onde o projeto das EFAS tinha sua atuação, sinalizavam a vontade de sair e alguns efetivamente saíam para trabalhar nos centros urbanos, motivados pela vida de liberdade, de autonomia em relação aos pais, de se conseguir um emprego e de acesso aos bens como roupas, calçados, aparelhos eletrônicos dentre outros, e acesso a 'cultura moderna' (modo de vestir, lazer nos shoppings, cinemas, bares, parques, etc.).

O tema foi finalmente discutido em 1997-1998, no Grupo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens⁵. Como se poderá notar nesta pesquisa, os jovens que moram na comunidade Casa Nova vivem situações parecidas com as de jovens de outras localidades do Brasil⁶ e de países latino-americanos⁷. Mesmo durante esta época, observou-se que havia nos jovens desta comunidade o mesmo sentimento "de deixar o campo", percebido no trabalho com os jovens das EFAS. Consistente com a realidade empírica observada, pesquisas apontam que diversos fatores - entre eles as condições de vida em relação ao trabalho, a má distribuição da terra, a marginalização da pequena produção com baixo nível tecnológico, as poucas opções culturais e de lazer, o difícil acesso a outros níveis de escolarização, as relações familiares patriarcais⁸, e as questões ligadas ao processo sucessório⁹ - vêm influenciando muitos jovens e suas famílias a deixarem ou pensarem em deixar a vida no meio rural, buscando conquistar, na cidade, melhores condições de vida. Somam-se a isto a influência da vida moderna, como os contatos diários

⁴ O assessor neste trabalho é aquele que já vivenciou o processo de formação proposto pela pastoral da juventude e que acompanha os grupos auxiliando-os em sua organização e formação.

⁵ O grupo de assessoria às comunidades atingidas por barragens iniciou-se no ano de 1995, quando um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Viçosa – UFV, ao tomarem conhecimento dos projetos de barragens, passaram a acompanhar as comunidades rurais, em conjunto com padres da Igreja Católica, agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG) e com dirigentes da entidade ambiental ASPARPI – Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga. A atuação destes grupos ocorreu principalmente durante os processos de licenciamento ambiental instaurados pelas empresas que desejavam construir Usinas Hidrelétricas na região.

⁶ Cf. SEYFERTH (1985); CAMARANO & ABRAMOVAY (1997).

⁷ Cf. ORTEGA, (1996); DURSTON, (1996); RODRÍGUEZ (1996).

⁸ As relações numa família patriarcal, neste trabalho, refere-se ao poder centrado, na maioria das vezes, na pessoa do pai – o chefe da família.

⁹ O processo sucessório é a exigência da continuidade do trabalho de caráter familiar e da gestão da propriedade, e por causa de suas dimensões não se permite que dele dependa mais que uma família. ABRAMOVAY et al. (1998).

com os meios de comunicação social¹⁰, o que aqui se denominam, contatos temporários com o meio urbano¹¹, e a recente possibilidade de construção de um projeto hidrelétrico na região onde moram. Esta última situação justifica esta pesquisa, relacionando juventude e modernidade. Com o processo de desenvolvimento urbano-industrial, a necessidade de se utilizarem recursos naturais oferecidos pelo meio rural¹², como, por exemplo, as quedas d'água para a construção de barragens, indica que as relações entre 'urbano e rural' caminham cada vez mais no sentido de ser complementarem¹³. Este fato é um dado que cria novas possibilidades, modificando o projeto de vida dos jovens e de suas famílias.

A 'nova situação', que poderia alterar de maneira total a vida de diversas famílias da região de Casa Nova, criou na população atingida a reação contra a provável aprovação da barragem. Durante todo o processo de licenciamento ambiental, os jovens estiveram presentes e, conseqüentemente, tiveram suas próprias opiniões em relação à possibilidade de construção da barragem. Por estarem no processo de idealização do projeto de vida e de construção de estratégias, o projeto de barragem, considerado nesta pesquisa uma nova possibilidade para formulação dos projetos futuros dos jovens, despertou, uma perspectiva ainda não estudada.

A conclusão que chegou Carneiro (1998), em pesquisa realizada recentemente, confirma a idéia de que os jovens estão construindo seus projetos a partir da 'cultura moderna'. Assim diz Carneiro (1998),

“Os jovens rurais cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêm sua auto-imagem construídas a partir da cultura "urbana", "moderna", que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro,

¹⁰ Os meios de comunicação mais utilizados na área pesquisada são o rádio e a televisão.

¹¹ Consideram-se contatos temporários com o meio urbano tanto os diários durante períodos de escolarização, como aqueles relacionados às necessidades pessoais ou sociais, como ida ao comércio, ao médico, às festas, etc. Os contatos podem ser também temporários provenientes do meio urbano, quando nos períodos de férias, familiares que residem nas cidades retornam para reverem seus parentes ou descansarem da agitação urbana.

¹² Como forma de distinguir o campo (meio rural) e campo (área metodologicamente construída), utilizar-se-á, na maioria das vezes, a expressão “meio rural” no lugar de “campo” para designar o meio, uma vez que está-se utilizando um conceito com o mesmo verbete (*campo* de possibilidades) na reflexão teórica deste trabalho.

¹³ As idéias a respeito de campo e cidade têm conteúdos e desenvolvimentos históricos específicos. A esses dois meios é dado, em cada época, um significado diferente associado a idéias diversas. Está-se neste trabalho identificando a idéia de campo/cidade com o modelo de “complementaridade das relações” (Mathieu, 1998), onde a idéia de troca entre estes meios vem movendo a interpretação que atualmente se tem do novo rural (Graziano da Silva, 1996). Nova preocupação e atitude com a natureza vêm à luz e com elas um novo olhar sobre o rural (Carneiro, 1998). Para aprofundar, ver a Lefebvre, 1978; Mendras, 1978; Willians, 1989.

geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem”.

Os projetos de vida para a grande maioria dos jovens não estão de todo definidos, e, quando o estão, passam por mudanças. É neste sentido que os conceitos de “campo de possibilidades” numa análise local (micro), e de “reflexividade da modernidade”, numa análise mais ampla (macro), farão parte das análises das questões deste trabalho.

De acordo com VELHO (1994), o conceito de “campo de possibilidades” é próprio da sociedade moderna, “trata do que é dado com as alternativas construídas do processo histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”. Por sua vez, Giddens (1991) diz:

“A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Este procedimento é também chamado de monitorização reflexiva da ação”.

Para realizar esta pesquisa, escolheu-se como referência empírica o município de Guaraciaba, na Zona da Mata de Minas Gerais, precisamente a região da comunidade Casa Nova (a 18 km da sede do município). Esta região foi palco, na metade da década de 90, de estudos para a implantação do Projeto da Usina Hidrelétrica do Pilar¹⁴. A perspectiva da construção, na região, de uma usina hidrelétrica para fornecimento de energia para suas fábricas é um exemplo concreto do que, neste trabalho, será considerado fato simbólico da modernidade que chega ao meio rural, trazendo modificações na vida dos jovens e de suas famílias. A possível implantação do projeto UHE PILAR e a presença de um número significativo de jovens nessa região, morando com suas famílias, são fatos importantes que justificaram esta pesquisa na Comunidade Casa Nova.

Durante o período em que se vão definindo os projetos, algumas questões começam a se apresentar de forma constante na maneira de pensar

¹⁴ Para construir e operar uma usina hidrelétrica no Estado de Minas Gerais, empreendedores precisam passar por etapas do processo de avaliação de impactos ambientais, sob avaliação da FEAM (Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais) e aprovação do COPAM-MG (Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais). A Lei nº 9.427, de 26/12/1996, aprovada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, tem o efeito de acelerar a tramitação (ou a realização) e aprovação dos estudos de impacto ambiental e, portanto, os projetos de construção de barragens.

dos jovens. Como, por exemplo: O que fazer profissionalmente? O que e até quando estudar? Quando casar? Onde trabalhar? No caso dos jovens de Casa Nova, com as reflexões acerca das modificações que ocorreriam com a possível implantação do projeto de barragem, surgiram, além da busca sobre as questões próprias desta fase, questões como: O que o projeto da UHE Pilar representará na formulação dos projetos de vida dos jovens? Quais os pontos comuns e as diferenças entre pais e filhos percebidas neste processo? Quais as interpretações que os jovens e adultos da comunidade Casa Nova possuíam no momento da coleta de dados, diante do que foi o projeto UHE Pilar, seu início até o seu indeferimento? Como os jovens da comunidade reagem às inovações da modernidade, através dos meios de comunicação social ou pela aproximação urbano/rural?

A partir dessas considerações, foram formuladas as questões-objetos desta pesquisa: de que maneira o projeto de vida dos jovens de Casa Nova, Município de Guaraciaba-MG, está refletindo a ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem? e como o projeto de construção da barragem tem alterado os projetos de vida dos jovens?

As questões formuladas e a possibilidade de construção de uma barragem são dados que, empiricamente, contribuíram na formulação das seguintes hipóteses: 1) os jovens, diante da possibilidade de construção de uma barragem, por estarem num momento de definição de seus projetos de vida, foram mais favoráveis que seus pais às mudanças; 2) os jovens, no contexto de atingidos por barragens, ampliaram seus campos de possibilidades e, portanto, modificaram seus projetos, através de reflexão sobre a realidade e da tomada de consciência através do movimento de atingidos por barragens.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as estratégias utilizadas pelos jovens da comunidade Casa Nova – Guaraciaba – MG, tendo como perspectiva os campos de possibilidades na concretização de seus projetos, no contexto de influências decorrentes do processo de modernização da sociedade.

Como objetivos específicos, pretendeu-se:

- verificar quais as opções dos jovens na construção de seus projetos de vida;
- identificar quais são os projetos de vida idealizados pelos pais para seus filhos;

- identificar possíveis conflitos ou acordos comuns entre projetos dos pais para os filhos e projetos dos filhos;
- comparar as reações dos jovens e adultos frente ao projeto da UHE Pilar;
- analisar como o contexto de atingidos por barragem vivido pelos jovens influenciou os campos de possibilidades;
- avaliar as possibilidades reais de concretização dos projetos idealizados pelos jovens.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no segundo capítulo faz-se uma revisão bibliográfica com os principais conceitos analíticos que farão parte das reflexões: os conceitos de “reflexividade da modernidade”, de Giddens; descrevendo sobre a modernidade e a juventude; e ainda aprofundando os conceitos “campo de possibilidades” e “projeto de vida”, de Gilberto Velho. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos: o questionário (TRIVIÑOS, 1987 e QUEIROZ, 1991), a entrevista semi-estruturada (SPRADLEY, 1979 e PEABODY, 1990 apud ROTHMAN, 1999) e a observação participante (HAGUETTE, 1987). O quarto capítulo, faz-se uma descrição do lugar pesquisado e o contexto do projeto UHE Pilar. O quinto capítulo busca analisar a compreensão dos jovens sobre seus projetos futuros. O sexto capítulo relata, na visão dos jovens e adultos, os projetos dos pais para os filhos. E o último capítulo apresenta as considerações finais e sugestões para pesquisas posteriores.

CAPÍTULO I

2.1. O Conceito de Reflexividade da Vida Social Moderna

Ao optar por analisar os projetos de vida dos jovens da comunidade Casa Nova, sentiu-se a necessidade de buscar um referencial teórico também analisasse e as relações dos jovens e suas famílias no contexto dos processos sociais de modernidade. O conceito da reflexividade proposto por Giddens permite esta análise, complementando, assim, os conceitos de “campo de possibilidades” e de “projeto”, que contribuem mais para análise em nível individual.

Para GIDDENS (1995), o mundo de hoje é muito mais complexo, sofisticado em relação ao passado. As mudanças dizem respeito à interseção entre a globalização – e globalização não é o desenvolvimento de uma cultura global, mas o desenvolvimento de novas texturas de experiência no tempo e no espaço – e a transformação da vida cotidiana, de modo que o que se faz na vida cotidiana tem conseqüências globais, e o que acontece no nível global tem conseqüências pessoais. É um mundo muito diferente daquele em que sempre se viveu. Desta forma, afirma o autor, “muitas transformações interessantes necessariamente surgirão do que se vê como uma nova agenda para a análise social, e que cruza muitos campos preexistentes”.

“A globalização é primordialmente a transformação do tempo, do espaço, da experiência local, não uma coisa só, mas num complicado conjunto de transformações das condições básicas da vida social. Ela não produz necessariamente um mundo mais unificado. Ela produz fragmentação. Esses dois elementos acham-se imbricados um no outro” (GIDDENS, 1995:300).

De acordo com GIDDENS (2000), “toda sociedade historicamente localizada codifica relações de tempo e espaço em suas instituições, costumes e práticas. Todo tipo de ação social está sempre situado no tempo no espaço, mas também dá substância ao tempo e ao espaço. Nas sociedades pré-

modernas, tempo e espaço estão intrinsecamente ligados a 'lugar'. O 'quando' está intimamente ligado ao 'onde'. No mundo moderno, porém, tempo e espaço se organizam independente um do outro. Ou seja, as maneiras pelas quais tempo e espaço se organizam através da ação social em ambos são diferentes". Para Giddens, a separação entre tempo e espaço foi crucial para o extremo dinamismo da modernidade, possibilitando a recombinação em formas que permitem o "zoneamento" temporal-espacial preciso da vida social. Um dos fenômenos envolvidos na separação tempo-espço é o desencaixe dos sistemas sociais.

Desencaixe é o "deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação para sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço. Este fenômeno abriu múltiplas possibilidades de mudança, liberando das restrições dos hábitos e das práticas locais". Dessa forma, Giddens afirma que as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de forma que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais (GIDDENS, 1991:28).

Giddens apresenta dois tipos de mecanismos de desencaixe, que estão intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições modernas. São as *fichas simbólicas*, que "significam meios de intercâmbio que podem ser 'circulados' sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. E os *sistemas peritos*, que são sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje". De acordo com o autor, todos os mecanismos de desencaixe exigem atitude de confiança.

"A *confiança* diz respeito à vinculação de tempo e espaço, uma vez que significa comprometer-se futuramente com uma pessoa, grupo ou sistema. A noção de confiança também tende a ser uma noção moderna. É claro que nas culturas tradicionais existem formas daquilo que hoje entende-se por confiança. Porém, a maioria dessas culturas não tem um conceito de confiança – ou risco" (GIDDENS, 2000:77). O *risco* envolve determinado nível de consciência sobre as ameaças de determinada situação. O *perigo*, ao contrário, é a ausência de consciência sobre a ameaça de determinada situação. "Risco diz respeito também à análise ativa das contingências futuras; é uma noção que se torna tanto mais difundida quanto mais a sociedade se volta para o futuro,

procurando construí-lo ativamente. Quanto mais as coisas vão-se tornando não-naturais e não-tradicionais, mais decisões têm que ser tomadas a seu respeito” (GIDDENS, 2000:78). Com o advento da modernidade, o conceito de risco se generaliza, assim como a idéia de seguro. Seguro e segurança são o outro lado do risco. Para o autor, contrariamente ao perigo, “na modernidade a experiência de *segurança* baseia-se geralmente num equilíbrio de confiança e risco aceitável”.

“O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão” (GIDDENS 1991:46). Para Giddens, “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991:45). Este procedimento o autor denomina de “monitorização reflexiva da ação”. Este processo de radicalização e de universalização da modernidade é marcado por rupturas e descontinuidades. Rupturas podem ser “*extensivas*” quando ocorre o estabelecimento de interconexões sociais de abrangência global, e “*intensivas*” quando ocorrem alterações sobre as questões íntimas e pessoais da vida humana.

De acordo com GIDDENS (1991:13), “capturar a natureza das descontinuidades é uma preliminar necessária para a análise do que a modernidade realmente é, bem como para o diagnóstico de suas conseqüências no presente.”

“Crescentemente vive-se num tipo de mundo cosmopolita do qual não há como sair, com o que todos estão envolvidos num choque de culturas. Nesse tipo de mundo, o estatuto da tradição muda. Tradições eram algo que não precisava ser defendido, porque, se se acreditava numa tradição, isso bastava. Esse é um modo autêntico de ser e tem um tipo de ritual, uma forma de verdade. Quando as tradições são forçadamente colocadas em conflito, não se pode mantê-las mais daquela maneira. Mas se o faz, isso se torna fundamentalismo, que é somente tradição defendida de modo tradicional” (GIDDENS, 1995:299). A destradicionalização não é o desaparecimento da tradição, é realmente uma reorganização, a tradição retrabalhada (GIDDENS, 2000:300).

Para compreender a tradição, como distinta de outros modos de organizar a ação e a experiência, é preciso penetrar no espaço-tempo de maneira que só é possível com a intervenção da escrita. Na medida em que a capacidade de ler e escrever é monopólio de poucos, a rotinização da vida permanece presa à tradição no sentido antigo. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração, conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. (GIDDENS, 1991:44).

Em conformidade com Giddens, BECK (1997) afirma que

Tradição diz respeito à organização de tempo e, portanto, também de espaço: é o que ocorre também com a globalização, exceto pelo fato de que uma corre em sentido contrário a outra. Enquanto a tradição controla o espaço mediante seu controle de tempo, com a globalização o que acontece é outra coisa. A globalização é, essencialmente, a 'ação à distância'; ausência predomina sobre a presença, não na sedimentação do tempo, mas graças à reestruturação do espaço.

Segundo GIDDENS (1991), “uma tradição é um modo de comportamento ou padrão produzido por um grupo como tal, distinto de um indivíduo; e serve para intensificar a consciência de grupo e sua coesão. O termo enfatiza noções de continuidade, estabilidade e venerabilidade e acentua o conjunto de sabedoria coletiva incluído na tradição do grupo. Não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; a tradição pode ser justificada mas apenas à luz do conhecimento, o qual por sua vez, não é autenticado pela própria tradição”.

Esse autor, resumindo, afirma que, na modernidade, *a tradição é um modo de integrar a monitoração reflexiva da ação com a organização temporal-espacial da comunidade*. Sendo assim, existem continuidades entre o tradicional e o moderno, e *nem um nem outro formam um todo à parte*.

Para GIDDENS (2000):

Tradições e costumes, crenças e expectativas constituem hoje recursos adaptáveis, flexíveis, “plásticos”, num mundo globalizado e cosmopolita de culturas e estilos de vida entrecruzados. Portanto, o mundo moderno não implica a morte da tradição. Em vez disso, situa-se e contextualiza as tradições como contextos alternativos de tomada de decisões e como fontes alternativas de conhecimento, valor e moralidade. Se antes vivíamos num mundo tradicional, hoje vivemos num mundo de tradições.

Em outro trabalho, GIDDENS (1994:92-3) escreve: “Quando o passado perde sua influência, ou torna-se apenas uma ‘razão’, entre outras, para alguém fazer o que faz, os hábitos preexistentes representam apenas diretrizes

limitadas para a ação; ao passo que o futuro, aberto a numerosos ‘cenários’, torna-se irresistivelmente interessante”. É importante notar que essa noção de “tradições” na modernidade é consistente com a idéia de Carneiro, quando da inserção dos jovens à cultura de origem e à cultura ‘urbana’, ‘moderna’. Na reflexão a seguir, argumenta-se que os jovens de Casa Nova identificaram estes novos cenários, e sinalizaram por suas atitudes, o que foi apresentado por CARNEIRO (1998), como *a construção de uma nova identidade*.

2.2. Juventude e Modernidade

Estudar os projetos futuros dos jovens na atualidade, especialmente numa comunidade rural, sem levar em conta as transformações sociais e tecnológicas, a modernidade, seria estar descontextualizado deste tempo. De acordo com VELHO (1994), por mais isolada que uma comunidade esteja, ela está sofrendo de algum modo os efeitos do processo de mudança da sociedade moderna.

A modernidade possui muitas contradições. Segundo MARTINS (2000),

A modernidade não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do Homem, como sugere a concepção de globalização. Ela é constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que tem fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos.

A juventude, por estar numa fase de definição de seus projetos de vida, vive com maior intensidade as instabilidades provocadas pela modernidade. Neste sentido, para MANNHEIM (1980:81), “a ‘modernidade’ da juventude consiste em estar mais próxima dos problemas ‘atuais’ (como resultado de seus ‘contatos potencialmente originais’) e no fato de ela estar dramaticamente consciente de um processo de desestabilização e tomar partido dele”.

Diariamente, o homem passa a ter que conviver com situações novas. Algumas afetam dimensões particulares, outras coletivas, que podem modificar toda uma vida. A situação vivida pela comunidade Casa Nova, com a possibilidade de implantação de uma usina hidrelétrica, é uma destas experiências que afetam a coletividade e a individualidade dos jovens, numa

demonstração de como a modernidade constitui-se. A dúvida de que as diferentes gerações, ou seja, jovens e adultos, podem ou não compactuar com uma mesma situação, neste caso a construção da barragem, tornou-se questão que ajudou a identificar, neste processo de mudanças, se existe nos sonhos dos jovens novas possibilidades de projetos.

De acordo com FORACCHI (1972:28), “jovens e adultos são diferencialmente afetados por um mesmo processo global que dilacera as suas relações, mas são os resultados sociais desse processo que se antagonizam”. A verificação dos resultados deste processo, numa análise local, representado pela barragem, e da reação entre os jovens e adultos torna-se importante para analisar a afirmação da autora e a dúvida apontada: se diferentes gerações compactuam situações diferentes.

As palavras de MARTINS (2000) resumem este momento em que se aprofunda o tema Modernidade:

A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isso e aquilo, entre o novo e fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro. Porém, uma opção esgotada na própria tentativa de optar, pois é opção impossível: o mundo, inclusive o mundo da vida cotidiana, já não é nem uma coisa nem outra, embora pareça ser os dois ou, melhor, os vários e diversos.

Ainda segundo VELHO (1994:48), “a heterogeneidade, a globalização e a fragmentação da sociedade moderna introduzem novas dimensões que põem em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos”. SIMMEL (1971) caracterizou a situação do indivíduo na sociedade moderna como ponto de interseção de vários mundos. Nesta perspectiva, VELHO (1994) afirma que a transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente:

Os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, com seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas, de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão.

Vale ressaltar que as diferentes sociedades e culturas interpretaram e lidaram de modo singular com essas mudanças, impedindo que se pense em um processo efetivamente uniforme. Embora existam semelhanças, as

diferenças são cruciais para se perceberem os significados e definições de realidade em cada situação:

Sabe-se que nenhuma sociedade é efetivamente simples ou homogênea. Mesmo nas de menor escala, encontra-se alguma diferenciação, seja de natureza sociológica, seja a nível dos universos simbólicos. Pode se dizer que a própria possibilidade de vida social reside na interação das diferenças. O que está em jogo, constantemente, é a unidade social com que se trabalha, de modo mais ou menos arbitrário (VELHO, 1994:44).

Diante do contexto da modernidade, diversos cientistas sociais têm avaliado, em diferentes ângulos, o papel dos jovens na sociedade deste novo século. Para CARDOSO e SAMPAIO (1995)¹⁵, isso se deve às diferentes perspectivas epistemológicas que assumem: de um lado, a abordagem geracional, de discussão centrada basicamente na dinâmica das gerações como um fato social básico, mantendo a juventude como categoria genérica; em tendência oposta, está a abordagem histórico-social, que tem como pressuposto a idéia de que a experiência juvenil é um fenômeno vinculado aos grupos sociais e às suas práticas culturais específicas. A abordagem histórico-social é aquela que mais se aproxima da perspectiva de modernidade descrita neste trabalho, aliás o estudo sobre a modernidade faz acreditar que há um elemento novo a ser desvelado, que amplia esta abordagem - que é a idéia da experiência juvenil além das práticas sociais específicas, permeada por novas dimensões de caráter global, que põe em disputa os valores sociais locais e coloca em cheque a sua identidade social. *Grosso modo*, a juventude só pode ser entendida em sua especificidade se diferenciada dos outros grupos etários e segmentos de grupos sociais. Historicamente, em diferentes momentos e em diferentes localidades, o conceito de juventude parece ser, sempre, uma função da época e do modo de inserção dos indivíduos em um determinado contexto social (VERMELHO, 1994). Para SCHMIDT (1996:27), “a aparição da juventude acontece na Idade Moderna. Na Idade Antiga e Média não se fazia uma distinção fundamental entre crianças e adultos. As crianças eram adultos em miniatura. Os jovens eram propriamente adultos jovens”. Para a juventude aristocrática e urbana da Idade Média, o conceito era principalmente “romântico” e estava ligado aos estudos, às atividades artísticas e às paixões que, muitas

¹⁵ Segundo Cardoso e Sampaio (1995), ao serem realizadas pesquisas sobre juventude, surge a necessidade de um corte por idade, como estratégia de delimitação do público a ser trabalhado. A partir de extensa bibliografia produzida pelo tema “Juventude” no Brasil, não há consenso, nem em termos de delimitação etária. A Organização Ibero-americana de Juventude (OIJ, 1994), a Organização Internacional da Juventude (UNESCO, 1997) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996) como exemplos, utilizam a faixa entre 15 e 24 anos.

vezes, terminavam tragicamente (JORGE, 1998:209). Segundo ÁRIES (1991), para o ocidente judaico-cristão, a juventude significa missão, a necessidade de buscar o sustento próprio para realizar o casamento, constituir família e, então, procriar. Os jovens passam, assim, a ser vinculados às suas experiências concretas de vida e adjetivados de acordo com o lugar e o tempo histórico que ocupam na sociedade. Não se fala mais em juventude como que culturalmente construída em abstrato, mas das múltiplas identidades que recortam a juventude (CARDOSO e SAMPAIO, 1995).

O conceito apresentado por CARNEIRO (1998) é o mais apropriado para este estudo:

Jovem é aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização. Com essa perspectiva está em curso a construção de uma nova identidade. Os jovens rurais cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto-imagem construídas a partir da cultura "urbana", "moderna", que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem.

No mesmo sentido, afirma CARNEIRO (1998:98), que “os jovens rurais” oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de "melhorarem o padrão de vida", de "serem algo na vida", e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é um “espaço privilegiado de sociabilidade”, conclui a autora citando Durham.

MARTINS (2000), por sua vez, ao trabalhar a relação entre a cultura de origem e a cultura moderna, relembra o conceito de hibridação cultural de que trata CANCLINI (1997), mas discorda em parte do sentido reduzido do conceito, relatando que uma cultura seria híbrida se *ela fosse infecunda e meramente fizesse a justaposição de elementos culturais estranhos entre si, fragmentários*. MARTINS (2000) complementa o conceito de CANCLINI, ao apresentar o argumento de que

A situação mais freqüente é a da multiplicidade cultural híbrida, ou seja ela é vivenciada pelos mesmos sujeitos, numa tendência à ambigüidade constante. Essa cultura híbrida produz uma realidade histórica peculiar – da lentidão, o decidir lento – e uma estratégia

social e uma personalidade básica igualmente peculiar – a da dissimulação.

Neste sentido, ambos os autores (Carneiro e Martins) estão trabalhando com o conceito da multiplicidade cultural. Carneiro afirma que está em curso a construção de uma nova identidade e Martins introduz o conceito de multiplicidade cultural híbrida. É neste sentido também que se quer afirmar, neste texto, que a modernidade proporciona a construção/identificação de múltiplos espaços para a construção de identidades. É certo que este fato não se restringe somente aos jovens.

A multiplicidade cultural é inerente a praticamente todos os seres humanos na modernidade. Faz parte deste trabalho também compreender como os jovens que vivem no meio rural, na definição de seus projetos e, principalmente, nas estratégias para alcançá-los, vivenciam a duplicidade de ser e pensar. Para MARTINS (2000), *o duplo (ser e pensar) se constitui como verdadeira orientação cultural, dotado de uma legitimidade própria que torna o autêntico inautêntico, por meio de técnicas de ocultamento.*

A ‘técnica de ocultamento’ de que fala Martins é exemplificada por BENEVUTO (2000) quando diz: *o distanciamento das imagens de ‘roceiro’ e caipira’ por meio de comportamentos e uso de roupas da moda, especialmente pelos membros mais jovens de comunidade rurais* (Idem, 2000:150). Neste sentido, chamou a atenção da autora, durante seu trabalho de mestrado, o fato de que *havia interesse da comunidade estudada, em mostrar que os jovens não tinham ‘cara nem jeito de roceiros’*. A mesma atitude foi observada por Benevuto, quando esta visitou outros assentamentos. Assim a autora conclui:

a atitude dos jovens, leva-nos a pensar em uma tendência de alteração da aparência e do comportamento dessa categoria, o que torna possível investigar não só o processo de modernização do campo e a automatização de sua produção, como também as conseqüências da implantação desses processos.

Em Casa Nova, as percepções a respeito das técnicas de ocultamento não estão presentes de forma marcante na forma dos jovens se vestirem, mas podem ser notadas na expressão de seus desejos (“ir para cidade, comprar um carro”; “aprender a trabalhar com computador”; “ser artista”).

2.3. Projetos de Vida e Campos de Possibilidades

Outros conceitos importantes para a análise da juventude na modernidade são as noções de “campos de possibilidades” e de “projeto”, elaboradas por VELHO (1994). Os campos de possibilidades, em nível individual, lidam com a “*performance*, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas em avaliações e em definições da realidade”. VELHO (1994), citando Schutz, afirma ainda que os campos de possibilidades “são resultados de complexos processos de negociação e construção, que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextrincavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de “*longue durée*”. Lidam também com a problemática da unidade e fragmentação, e são complementares às noções de modernidade mencionadas nos primeiros parágrafos deste capítulo.

Ainda segundo VELHO (1994), “projeto”, nos termos de Schutz, é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, se auxilia da noção de “campo de possibilidades” como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos. Assim evita-se um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido. As noções de “projeto” e “campo de possibilidades” podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”.

“As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e da interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (Idem, 1994:47). É através da interação entre indivíduos e suas relações que se lida com o fenômeno da negociação da realidade em múltiplos planos (VELHO, 1994, citando Firth). Em se tratando de um projeto coletivo, segundo o mesmo autor, este não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de *status*, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração. Para este autor, “os projetos, como as pessoas,

mudam, ou as pessoas mudam através de seus projetos”. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente.

Em relação aos “campos de possibilidades”, é possível afirmar que o processo de urbanização, o desenvolvimento das grandes regiões metropolitanas e das megalópoles, os meios de transporte e comunicação, os avanços tecnológicos produziram uma transformação inédita na história da humanidade quanto às alterações de padrões de sociabilidade e interação e aos costumes e às rotinas.

CAPÍTULO II

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Identificação e Delimitação da Área de Estudo

A pesquisa foi realizada com famílias da comunidade Casa Nova, pertencente ao Município de Guaraciaba, localizado na Zona da Mata Norte de Minas Gerais. Estão incluídas na comunidade Casa Nova as localidades de Conceição, Pedras, Pau d'Alho, Cachoeirinha, Casa Nova, Carioca e Bom Jardim. Estas localidades fazem parte da Área Diretamente Atingida (ADA)¹⁶ pela UHE Pilar, um dos fatores que influenciou na escolha da região. A comunidade de Casa Nova foi escolhida como referência pelas seguintes razões: é a mais central e é onde estão a escola municipal de 1ª a 4ª séries, o campo de futebol e um pequeno comércio – espaços de sociabilidade que integram as localidades citadas, onde se concentra a maioria das atividades dos moradores da região (por exemplo, as atividades religiosas de orientação católica acontecem na escola, uma vez que não há um templo religioso na comunidade). Portanto, nesta pesquisa, o termo “comunidade Casa Nova” refere a todas as localidades envolvidas na Associação Comunitária dos Moradores Atingidos por Pilar (ACMAP)¹⁷, possuidoras de algum tipo de relação sociofamiliar¹⁸. Estas localidades encontram-se à margem esquerda do rio Piranga no sentido Guaraciaba – Ponte Nova.

¹⁶ A ADA (Área Diretamente Atingida), de acordo com as empresas, refere-se somente às terras que serão inundadas pelas águas do lago a ser formado pela barragem. Porém, para o MAB, todas as pessoas que, mesmo não sendo proprietárias, mas se utilizam deste espaço, seja nas relações de trabalho ou parentesco, são consideradas atingidos.

¹⁷ A ACPMAP foi criada com o auxílio dos assessores durante o início das discussões sobre o projeto de construção da Usina Hidrelétrica, no ano de 1996. Esta é a entidade que representa oficialmente as famílias atingidas pelo projeto frente aos órgãos ambientais e nas negociações com as empresas.

¹⁸ Por relações sociofamiliar, compreendem-se situações que envolvem lazer, trabalho, parentesco, religiosidade, comércio, etc.

Além do mais, esta região foi escolhida por ter sido palco de um processo de licenciamento ambiental para a construção de uma Usina Hidrelétrica, ocorrido entre 1996 e meados de 1999, que pode ter causado alguma alteração nos projetos de vida dos jovens locais.



Foto 1 – Família de não-proprietários residentes na localidade de Conceição, comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.

3.2. Amostragem da População e Coleta de Dados

Este estudo teve como foco de análise os jovens da comunidade Casa Nova. O primeiro passo, após a identificação do local, foi uma visita à comunidade escolhida, em novembro de 2000, durante uma celebração¹⁹ da Igreja Católica, com o objetivo de propor à comunidade a realização da

¹⁹ Devido à cultura local, com uma religiosidade popular arraigada, este espaço celebrativo da Igreja Católica caracteriza-se como um dos espaços de maior concentração de pessoas moradoras nesta região. Apenas uma família do universo pesquisado é de outra denominação religiosa.

pesquisa e pedir a participação da população. Com o consentimento da comunidade, partiu-se para a confecção do questionário (APÊNDICE B) e do manual de codificação. Para aperfeiçoamento do questionário, um pré-teste foi realizado na comunidade de Miguel Rodrigues, município de Diogo de Vasconcelos – MG.

Para a realização da investigação de campo, foi utilizada uma amostragem intencional. Primeiro, preocupou-se um informante principal²⁰, uma pessoa líder, conhecedora daquela realidade, que pudesse contribuir na identificação das famílias, levando-se em conta o atendimento dos critérios estabelecidos para a pesquisa.

A aplicação do questionário com questões abertas e fechadas teve como objetivo identificar a composição social das famílias, permitindo uma melhor compreensão da realidade social em que os jovens estão inseridos, definindo, posteriormente, o público alvo para a segunda etapa da coleta de dados.

A comunidade de Casa Nova possui cerca de 133 famílias, de acordo com dados da Associação de Atingidos. Destas, foram selecionadas inicialmente 40 famílias, a partir dos seguintes critérios: morar no Município de Guaraciaba – MG, ser família atingida direta ou indiretamente pelo Projeto Pilar; possuir filhos com idade entre 14 e 30²¹ anos, solteiros, residentes em casa; possuir relações de parentesco e algum tipo de relação social na comunidade (seja através da escola, do lazer ou da religião). Neste estudo, buscou-se caracterizar os jovens a partir das indicações dos próprios jovens e dos adultos do lugar, como, por exemplo, ser solteiro, morar com os pais, possuindo, na maioria das vezes, dependência econômica, afetiva, etc. Para isto, além de critérios já mencionados, realizou-se um corte etário para caracterizar a juventude através da idade, ou seja, entre 14 e 30 anos²².

²⁰ Sobre este assunto, confira SPRADLEY (1979).

²¹ O ponto de corte da idade, como descrito na introdução, buscou obedecer às opiniões dos entrevistados durante a coleta de dados. Da mesma forma, a categoria solteiros foi uma das características de identificação dos jovens.

²² A definição do ponto de corte a partir de 14 até 30 anos foi realizada com base nas entrevistas semi-estruturadas, onde identificou-se, a partir dos próprios entrevistados, quem eram os jovens do lugar. Levou-se em consideração a menor e a maior idade explicitadas durante este procedimento metodológico.



Foto 2 – Sede da fazenda Casa Nova, pertencente a um proprietário. Provável local que deu origem ao nome da comunidade, município de Guaraciaba - MG

Durante a realização do trabalho de campo, na aplicação do questionário de composição social, em janeiro de 2001, foram eliminadas quatro famílias durante a coleta de dados, por não haver nenhum informante em casa. As longas distâncias entre as casas impossibilitou o retorno para aplicação do questionário. Portanto, a coleta de dados, através do questionário, foi realizada com informações provenientes de 36 famílias, sendo entrevistados o pai, ou a mãe, ou os dois. Durante a aplicação dos questionários, observou-se a receptividade da maioria das famílias para com o pesquisador, uma vez que este era conhecido pela maioria das pessoas. Porém em outras casas, observou-se certa desconfiança, uma vez que estava havendo, na comunidade, comentários de que uma das empresas interessadas na implantação da Usina Hidrelétrica estava retornando. Em três casos, foram entrevistados alguns parentes que moram nestas casas. Nos casos de dúvidas, foram coletadas respostas separadas do pai e da mãe. Estes dados foram codificados e aplicados ao programa SPSS (*Statistical Package for Social Science*), para se fazerem os cruzamentos entre as variáveis-chaves identificadas: sexo, escolaridade, posse da terra e ocupação. Depois de uma análise preliminar de cada conjunto de categorias, observou-se que essas sub-amostras revelaram poucas diferenças e, por isso, em grande parte foram

omitidas. Foram analisadas apenas algumas descrições que chamaram a atenção durante a entrevista. A pouca diferença dessas subamostras pode indicar certa homogeneidade da comunidade.

No conjunto das 36 famílias estão incluídas 278 pessoas, entre elas 198 filhos, casados e solteiros, moradores no meio rural ou urbano, e 10 parentes que moram nas casas das famílias selecionadas.

O número de pessoas residentes com a própria família entrevistada foi de 154 pessoas, ou seja, 55,3%, e o número de pessoas não-residentes foi de 124 (44,6%). De todas as pessoas entrevistadas 103 moram na cidade, representando 37%, e 175 pessoas moram no meio rural, totalizando 63%.

Após sistematizados e pré-analisados os dados dos questionários, partiu-se para a segunda etapa (APÊNDICES C e D) – a entrevista semi-estruturada (TRIVIÑOS, 1987). Esta etapa teve como objetivo aprofundar as questões ligadas à temática desta dissertação. Foram entrevistadas dez pessoas, sendo seis jovens e quatro adultos (líderes da comunidade). Inicialmente foi realizado o seguinte procedimento: com a ajuda do informante principal, foram identificados 40 jovens²³ que atenderam aos critérios: ser residente com a família; estar na faixa etária entre 14 e 30 anos (opção de corte etário); ter diferentes níveis de escolaridade, ser filho de “proprietários” e “não-proprietários”; e ser solteiro.

Destes 40 jovens, o pesquisador escolheu seis jovens, utilizando como critério a identificação daqueles que apresentaram, pelos dados da composição familiar, as maiores diferenças em questões como: sexo, acesso à terra, escolaridade e ocupação etc²⁴. Para isso, foi montada uma tabela da amostragem das respostas dos 40 jovens. A justificativa de serem selecionados apenas seis jovens foi, também, por permitir a entrevista e a análise dos dados dentro das limitações do tempo disponível. As entrevistas foram realizadas em locais onde os informantes puderam ficar à vontade e responder sem constrangimento, o que poderia surgir se estivessem na presença de outros.

²³ Novamente, o número 40 foi coincidente com o número de 40 famílias inicialmente identificadas para a primeira etapa da coleta de dados.

²⁴ Exemplo: aqueles de maior e de menor idade, os de maior e menor escolaridade, os que estão estudando e os que não estão estudando, os que fazem a opção de permanecer ou não no trabalho agrícola e assim por diante. A partir destes critérios, seis jovens (03 do sexo masculino e 03 do sexo feminino) foram submetidos à entrevista semi-estruturada.

Além das entrevistas com os jovens, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com adultos, atendendo aos critérios: serem casados, terem filhos (sem a necessidade de serem os pais dos filhos entrevistados) e exercerem alguma função de liderança na comunidade.

Foram identificados, através do informante principal, quatro pessoas adultas da comunidade, que mais sobressaíam, naquele momento, como lideranças locais e que atuavam em espaços de participação dos jovens. Identificou-se, então, primeiro, um líder que trabalhava com jovens na comunidade religiosa; segundo, o técnico de futebol (por trabalhar com times masculino e feminino composto por jovens); terceiro, o representante da Associação de Atingidos (ACMAP); e quarto, uma liderança que tivesse inserção em alguma entidade sociopolítica²⁵.

Esta segunda etapa de coleta de dados, realizada através da entrevista semi-estruturada, ocorreu no mês de maio de 2001, utilizando o gravador²⁶. A tarefa seguinte foi a transcrição das fitas, com mais de 12 horas de gravação (QUEIROZ, 1991).

3.3. Definição e Operacionalização das Variáveis e do Modelo Analítico

Para a análise dos questionários, foram identificadas as variáveis-chaves: sexo, escolaridade, posse da terra e ocupação. Dentre estas, destaca-se a escolaridade, a partir de três categorias: os analfabetos²⁷, pessoas que não sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece; os analfabetos funcionais²⁸ ou semi-analfabetos, pessoas que completaram uma,

²⁵ Neste último caso, foi identificado um representante da comunidade no Conselho do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

²⁶ O grande desafio, durante a entrevista, foi o fato de alguns entrevistados não identificarem o pesquisador como tal. As respostas eram dadas como se o pesquisador estivesse ali na condição de integrante do projeto de extensão ou como assessor da juventude da Igreja, ou seja, na presença do pesquisador – tido como uma pessoa que faz parte de um problema local, especialmente nas reflexões sobre o projeto de barragem – os entrevistados se sentiam na “obrigação” de darem respostas que fossem dentro da perspectiva do discurso do próprio movimento. Neste caso, percebeu-se a marcante influência da Igreja e do grupo de assessoria no discurso dos entrevistados.

²⁷ Segundo o IBGE, entre 1986 e 1997, a taxa de analfabetismo da população no Brasil, acima de 15 anos de idade, diminuiu de 20% para 14,7%.

[<http://www.ibge.org/informacoes/Indicadoresminimos>].

²⁸ De acordo com a UNESCO, citado por Renato Sabbatini (2002), “é analfabeto funcional quem, apesar de saber ler e escrever formalmente, não consegue compor e redigir corretamente uma pequena carta solicitando um emprego”. [<http://www.epub.org.br/correio/ciencia/cp990528.htm>].

duas ou até três séries do ensino básico fundamental e sabem pelo menos assinar seu nome; e os alfabetizados propriamente dito.

Em relação à posse da terra, foram identificadas, para análise três categorias, a partir de observação empírica e posteriormente confirmada na análise dos dados: os “não-proprietários” – famílias que moram como agregados ou que ainda não receberam oficialmente a terra por meio da herança (os diaristas e ou assalariados temporários); os “pequenos proprietários” - são famílias que moram em área inferior a dois alqueires²⁹ e complementam a renda com o trabalho em parceria (troca de dia, de trabalho entre vizinhos/parentes etc.) e meação; e os “proprietários” - famílias que possuem propriedades acima de dois alqueires e que, por sua vez, cedem suas terras para a parceria e também contratam mão-de-obra dos “não-proprietários”. Em comparação com outras regiões do País, as categorias de “pequenos proprietários” e “proprietários” aqui descritas se enquadrariam em uma mesma categoria, com base no tamanho das terras destas famílias (veja por exemplo RIBEIRO, 1993). Porém, de acordo com as entrevistas realizadas, para uma compreensão melhor das estratégias dos jovens e de sua família, optou-se por separar da categoria “proprietários” os “pequenos proprietários”, pois estes não possuem terras suficientes para a reprodução familiar.

Para analisar os dados das entrevistas semi-estruturadas, foram realizados os seguintes procedimentos: primeiro, as respostas foram agrupadas por temas; segundo, com base nos conceitos de “campo de possibilidades” e “projeto”, foi feita uma nova análise das respostas dos entrevistados, buscando identificar o que é dado com as alternativas construídas do processo histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (VELHO, 1994:28).

²⁹ Um alqueire mineiro equivale a 48.400 m² (de acordo com os ‘trabalhadores rurais’, 40 litros de milho). Na Zona da Mata mineira há uma variação: o alqueire equivale a 33.000 m² ou seja 3,3 hectares (28 litros de milho). Tabelas de conversão podem ser encontradas na internet [<http://www.kiaula.com.br/tabelas.htm>].



Foto 3 – Família de pequenos produtores residentes na localidade de Conceição, comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.

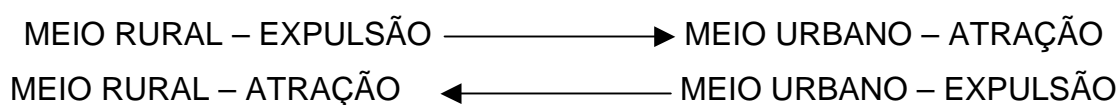
Desta forma, com base nas informações, e apoiados na idéia de atração e expulsão do rural/urbano, foi elaborado um modelo apresentado na Figura 1, representando quatro campos de possibilidades.

A configuração a seguir não inviabiliza a percepção da existência de novos campos de representação das possibilidades, até porque estes campos estão em permanente modificação. A representação do quadro dividido em quatro partes se justifica como recurso para facilitar melhor compreensão dos dados coletados na perspectiva dos conceitos e modelo utilizados.

(1) ATRAÇÃO RURAL	(2) EXPULSÃO RURAL
(3) EXPULSÃO URBANA	(4) ATRAÇÃO URBANA

Figura 1 – Fatores da permanência de pessoas no meio rural ou na saída dele.

Os campos foram assim distribuídos: Campo (1) aspectos que atraem as pessoas no meio rural; (2) aspectos que expulsam as pessoas do meio rural; (3) aspectos que expulsam as pessoas do meio urbano; (4) aspectos que atraem as pessoas para o meio urbano. A análise, a partir do que afirma GERMANI (1969), “uma espécie de equilíbrio mecânico”, pode ser observada a seguir, onde os campos funcionam como via de mão-dupla, ou seja, o que expulsa as pessoas do meio rural pode ser o que atrai as pessoas para o meio urbano; da mesma forma que o que atrai as pessoas para o meio rural, ou a permanecer ali, pode ser o que expulsa as pessoas do meio urbano:



A proposta de análise apresentada ficará mais clara a partir dos dados empíricos fornecidos posteriormente. Os campos de possibilidades são dados a partir da cultura local e dos processos sócio-históricos vividos, sofrendo permanentemente modificações conforme o contexto. Nesta pesquisa foram analisados a partir do conceito de “reflexividade da modernidade”. É neste contexto de tensão, expresso nas alternativas entre o rural e o urbano, que os campos de possibilidades fazem-se presentes. A partir destas alternativas, conscientes ou não, os jovens realizam seus projetos de vida.

De acordo com GERMANI (1969:126), o modelo de expulsão ou atração é o mais freqüente para se analisar a migração rural-urbana. O autor sustenta que este modelo é excessivamente simples, reduzindo o processo “a uma espécie de equilíbrio mecânico de forças impessoais externas. Ao mesmo tempo parece outorgar demasiada ênfase às motivações racionais e instrumentais, sem levar em conta a possível complexidade do processo psicológico que dá lugar à decisão de ir ou ficar”.

GERMANI (1969) prefere distinguir três níveis na análise de migração, compostos pelos seguintes fatores: o ambiental ou objetivo, o normativo, e o psicossocial. No primeiro incluem-se os fatores expulsivos e atrativos por um lado, e, por outro, a natureza e as condições das comunicações, do acesso e do contato entre as áreas rurais e urbanas, ou, em termos mais gerais, entre o lugar de origem e o lugar de destino. No segundo, incluem-se as condições objetivas que não atuam no vazio, mas num contexto normativo e psicossocial. “Nas normas, crenças e valores da sociedade de origem”, escreve Germani,

Pode-se encontrar não só critérios quanto ao que se deve considerar más ou boas condições, atrações ou expulsões, como também atitudes e normas de comportamento nas sociedades que regulam a migração, e, no nível normativo, os papéis, as expectativas e as normas de comportamento institucionalizadas proporcionam o quadro no qual as pessoas percebem e avaliam tais condições objetivas.

No terceiro nível, devem ser levadas em conta as atitudes e expectativas dos indivíduos. "Numa sociedade perfeitamente integrada, sem desvios da norma ideal, o quadro normativo estaria exatamente refletido nas atitudes e expectativas interiorizadas dos indivíduos", diz GERMANI.

A partir dos níveis de estudo sobre migração apresentados por GERMANI, compreende-se que o primeiro nível é o que possui maior aproximação do que se propõe com a formulação dos campos de possibilidades.

CAPÍTULO III

4. DESCRIÇÃO DO LUGAR

Neste capítulo, pretende-se caracterizar o contexto social em que vivem os jovens, a partir do qual os “campos de possibilidades” são elaborados.

4.1. Caracterização do Município de Guaraciaba e de sua População Rural

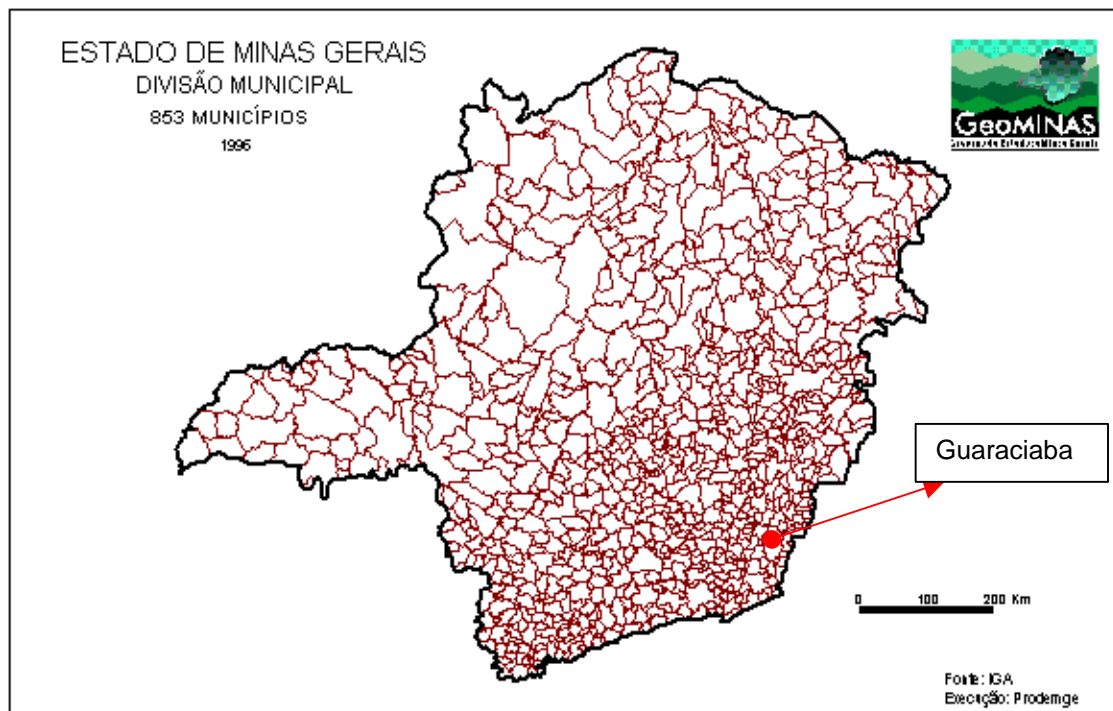


Figura 2 – Localização do Município de Guaraciaba.

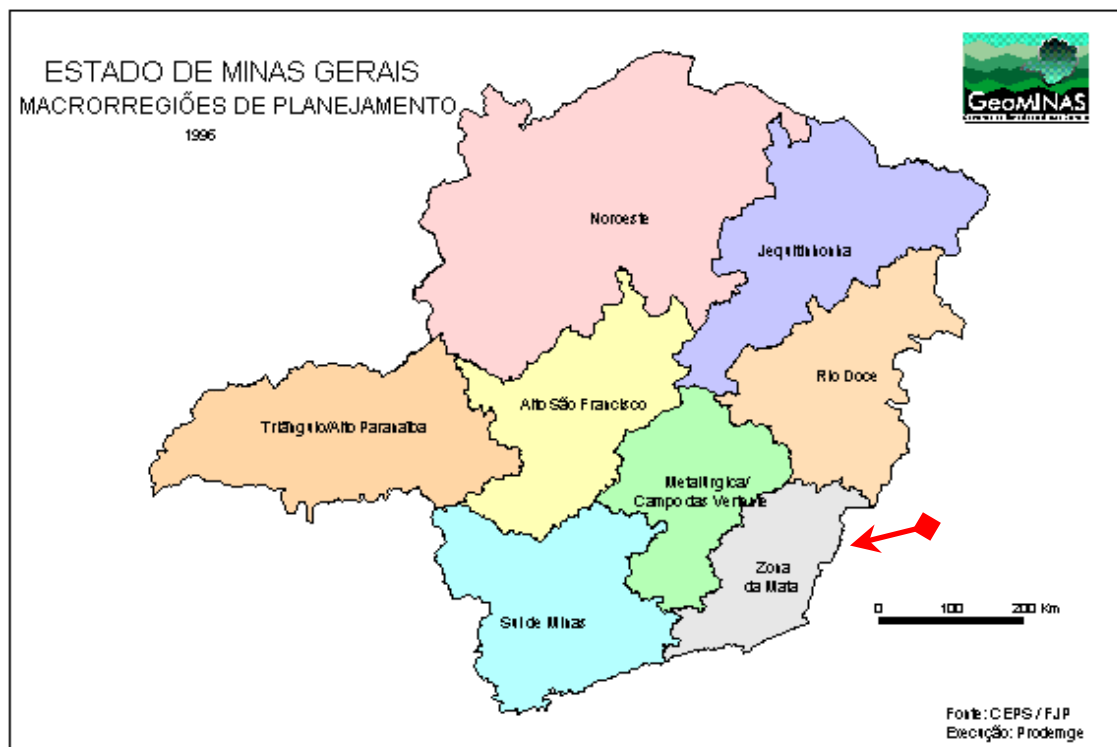


Figura 3 – Localização da Zona da Mata mineira.

O Município de Guaraciaba³⁰ localiza-se na Zona da Mata Norte de Minas Gerais. Possui uma área de 353 km². Faz divisa ao norte com os municípios de Acaiaca e Diogo de Vasconcelos, a oeste com o município de Piranga, ao sul com Porto Firme e Viçosa, e a leste com os municípios de Teixeira e Ponte Nova. A região de Casa Nova faz divisa com os municípios de Ponte Nova e Acaiaca. Casa Nova está a 33 km de Ponte Nova, via MG 262, e a 30 km de Acaiaca. A distância da sede do município até Belo Horizonte é de 214 km. A distância em relação aos principais municípios limítrofes é de 33 km até Ponte Nova e 57 km até Viçosa.

O povoamento da região ocorreu no início do século XVIII, quando das expedições que buscavam ouro na região de Mariana e Ouro Preto. Às margens do Rio Piranga, na confluência com o Rio Bacalhau, surgiu o povoado de Barra do Bacalhau. Uma capela em homenagem à Sant'Ana foi erguida e, em 1848, o povoado tornou-se distrito. A região de Casa Nova, zona rural do

município de Guaraciaba, local onde os dados foram coletados, recebeu este nome, quando da construção da primeira fazenda. As marcas do período escravocrata estão presentes no local. Isto pode ser observado nas fazendas da região, nos muros de pedra, nos porões, nos engenhos e na própria etnia da população, formada por negros e brancos, com destaque para o número de mulatos, frutos desta miscigenação.

A região que compõe o município possui a seguinte topografia: 65% de seu território é montanhoso, 30% ondulado e apenas 5% plano. Dados da população de Guaraciaba, em 2000 (IBGE) indicam que, no meio urbano, vivem 2.749 habitantes (26,8%) e, no meio rural 7.514 habitantes (73,2%), totalizando 10.263. Dados da Fundação João Pinheiro, de 1996, indicam que o município está com uma taxa de crescimento negativa de - 0,32%. No meio rural esta taxa chega a -1%.

O Rio Piranga margeia a região de Casa Nova, fazendo a divisa entre os municípios de Guaraciaba e Ponte Nova. Após o Município de Rio Doce, este rio se encontra com o Rio do Carmo, formando o Rio Doce. Este é um dos rios mais importantes da Bacia do Leste do Brasil. Suas águas desembocam no litoral norte do Estado do Espírito Santo, após a cidade de Linhares. A região do município de Guaraciaba, onde está a Comunidade Casa Nova, possui matas nativas, mas boa parte da área é destinada às pastagens de gado leiteiro. As terras são férteis, principalmente nas baixadas.

A comunidade de Casa Nova é servida por estradas de terra, sendo as principais a que liga Guaraciaba ao povoado urbano de Córrego São Joaquim, depois mais 2 km até Casa Nova; outra opção é pela estrada MG 262, entre Ponte Nova e Mariana, passando pelas comunidades de Palmeira de Fora e Mata Cães (Município de Acaiaca), depois Canta Galo e Laranjeiras (Município de Guaraciaba), entrando-se posteriormente à esquerda, sentido em que se localiza Casa Nova. A última opção, e a menos utilizada, é a que vai de Ponte Nova até a comunidade de Três Tiros - do outro lado do Rio Piranga encontra-se a comunidade de Carioca, que faz parte da comunidade Casa Nova. Para atravessar o rio, utiliza-se uma balsa.

³⁰ Fonte: Fundação João Pinheiro (13/11/1998).
[<http://cidades.mg.gov.br/cidades/owa/social?cod=2820>]



Foto 4 – Vista parcial do Rio Piranga. Local onde durante os dias quentes, alguns moradores de Casa Nova tomam banho.

As informações obtidas nos questionários sobre o deslocamento das famílias para as sedes dos municípios vizinhos indicam que isso ocorreu de diversas maneiras, mas a principal foi em um automóvel “Toyota³¹”, que passa diariamente na comunidade, pela manhã. Este meio de transporte é utilizado por 89,4% dos entrevistados. Também é grande o número de pessoas que faz o percurso entre o meio rural e o meio urbano a pé (cerca de 45,9%). Outras opções de locomoção são o cavalo (43,2%), a charrete (19%), o ônibus em Córrego São Joaquim (19%), bicicleta (8,1%) e automóvel próprio (5,4%).

De acordo com as respostas, a mobilidade até a sede do município e outros centros urbanos vizinhos se faz necessária para: fazer compras (83,7%), ir ao médico (83,7%), ir ao Banco (43,2%), ir a festas da Igreja (10,8%), ao dentista e estudar (8,1%). Como se pode observar, o meio rural e o meio urbano estão integrados. Porém, de maneira geral, as formas de locomoção demonstram ser uma limitação para os moradores, especialmente em época de chuva, quando as estradas ficam intransitáveis.

³¹ Durante a coleta de dados, utilizaram-se diversas vezes este meio de transporte. Além da falta de comodidade, alguns dias de superlotação, o transporte é inseguro para os que dele se utilizam. Para as pessoas idosas, representa uma dificuldade a mais, pois, para subir na carroceria do automóvel, demanda um esforço considerável para os que estão nesta fase da vida.

O quadro a seguir compara os dados do município de Guaraciaba dos anos de 1980 e 1991, demonstrando como a população ocupada por setores econômicos estava distribuída e se comportava ao longo destes anos.

Quadro 1 – Setores econômicos do Município de Guaraciaba, em 1980 e 1991

Setores	N.º de Pessoas 1980	%	N.º de Pessoas 1991	%	Comparação em relação à porcentagem
Agropecuário	2.647	72,8	2.411	68,9	- 3,9
Industrial (1)	381	10,5	339	9,6	- 0,9
Comércio de mercadorias	57	1,5	116	3,3	+ 1,8
Transporte, comunicação e armazenagem	45	1,3	54	1,5	+ 0,2
Outros serviços (2)	505	13,9	586	16,7	+ 2,8
Total	3.635	100	3.506	100	- 3,5

Fonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatísticas e Informação – CEI, 1998.
Dados de 1980 e de 1991.

(1) Inclui indústria de transformação, mineração, construção e serviços industriais de utilidade pública.

(2) Inclui prestação de serviços, atividades sociais, administração pública e outras atividades.

O Quadro 1 indica que, em 1991, 69%, ou seja, 2.411 pessoas, da PEA (População Economicamente Ativa) do Município estava envolvida no trabalho do setor agropecuário, enquanto, em 1980, esse setor agropecuário representava 72,8% (2.647 pessoas). Cerca de 17% estava envolvida em outros serviços: 10% no setor industrial, 3,5% no comércio de mercadorias e apenas 1,5% no transporte, comunicação e armazenagem.

Também foi possível detectar que o Município apresentou, no geral, uma queda de 3,5% da PEA (129 pessoas) entre os anos de 80 e 91. O setor que, entre estes anos, diminuiu seu total de trabalhadores foi o setor agropecuário, queda de 3,8% (236 pessoas). Os setores que mais cresceram nos anos comparados foram o de serviços (3%) e o de comércio de mercadorias (2%).

O setor agropecuário, mesmo com a diminuição de sua PEA, é aquele que gera maior número de empregos. Os principais produtos agrícolas produzidos no município, por hectare plantados, são: o milho (2.500 ha), o café

(1.700 ha), a cana-de-açúcar (800 ha), o feijão (1ª e 2ª safras: 650 ha) e o arroz em casca em várzea úmida (320 ha).

As famílias e a religião

As famílias³² de Casa Nova são compostas, geralmente, por pai, mãe, filhos e, em alguns poucos casos, algum parente (avós, tio, primo, etc.). As casas são dispersas, não se constituindo uma vila, como em muitos lugares do interior do Brasil. Observa-se que, quando há numa mesma propriedade casas próximas, o fato ocorre porque os filhos casaram e passaram a morar em uma área³³, doada por seu pai ou sogro, para a construção da moradia. A dispersão das casas não atrapalha o convívio das famílias. De acordo com CARNEIRO (1998), isso tem um significado: *Mesmo os filhos que decidem permanecer na terra constroem sua própria casa ao lado da casa dos pais, mantendo desta maneira a autonomia das cozinhas, por conseguinte a autonomia das esposas e do casal.* É importante identificar esta busca de autonomia quando os filhos desejam permanecer no meio rural, pois futuramente, ver-se-á que este fato possui significados que podem modificar os projetos dos jovens.

Durante o trabalho de coleta de dados realizado no mês de janeiro de 2001, identificou-se a presença maior de mães e filhas³⁴ em casa, cuidando dos filhos pequenos e dos afazeres domésticos, fato bastante comum entre as famílias da região. Os pais e os rapazes estavam no trabalho da lavoura. Em algumas casas, as filhas também estavam na lavoura com os pais. Em duas famílias constatou-se que os pais haviam falecidos e em outra, o pai havia migrado para a cidade, onde estava trabalhando como pedreiro na construção civil.

Detalhando um pouco mais esta rotina de atividades da família, as mães permanecem em casa nas atividades do lar e do entorno da moradia. Como é comum no meio rural brasileiro, na maioria das casas, a refeição é servida no máximo até 10 horas da manhã. A própria mulher ou um dos filhos é quem leva a refeição para os homens que estão no trabalho agrícola. Em casa,

³² O conceito de família adotado neste trabalho é mais abrangente, incluindo, além do núcleo familiar propriamente dito (a pessoa de referência, o cônjuge e seus filhos), outros parentes e os agregados que vivem no mesmo domicílio (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

³³ Normalmente a área doada é somente para a construção da casa, não estando incluído um espaço próprio para o plantio, conseqüentemente as condições de reprodução da nova família não estão garantidas.

³⁴ De acordo com os Quadros 1A e 2A, pode-se observar que, das famílias que responderam ao questionário sobre a composição familiar, as mães representaram cerca de 52,8% e, na totalidade, as mulheres representaram 55,6%.

as mães cuidam dos filhos mais novos, das pequenas criações, da horta e da alimentação; as filhas contribuem nesses afazeres. À tarde, por volta das 16 horas, os homens retornam do trabalho da lavoura e, em casa, realizam atividades de manutenção da propriedade como: a recuperação de cercas, poda de árvores, trato do gado etc. Os filhos adolescentes do sexo masculino, a partir das 17 horas dirigem-se diariamente ao “campinho”, a fim de participar do futebol. No verão, é muito comum alguns moradores irem se banhar no rio, que também é utilizado para a pesca.



Foto 5 – Os jovens de casa Nova se reúnem às tardes para o jogo de futebol.



Foto 6 – Jovens e adolescentes da comunidade Casa Nova durante um jogo de cartas. Momento de lazer masculino.

Geralmente, as famílias encontram-se durante a semana para alguma atividade religiosa, ou nas duas vendas da comunidade, distantes dois quilômetros uma da outra. A primeira, próxima da escola, possui uma mesa de sinuca. Na outra, próxima do cruzeiro, perto do caminho que leva a Guaraciaba, há mesas para jogo de cartas, muito apreciado pelos homens. Próximo a este segundo comércio, foi construído um campinho, utilizado nos finais de tarde para o treino de futebol feminino e masculino.

Na região de Casa Nova, o número médio de filhos por família é de 5,5. A título de comparação, a geração antecessora tinha em média oito filhos por família³⁵. Em algumas casas, é notável a presença de várias gerações e mesmo parentes colaterais com respectivos cônjuges e filhos, constituindo, segundo BRUMER (1998:206), uma “estrutura comunitária complexa”. A relação pais e filhos é consistente com o que diz FIRTH (1956:63), “a relação familiar predominante é entre pais (pai e mãe) e filhos, sendo a relação mãe-filho marcadamente mais afetiva. Entre irmãos há também uma forte relação afetiva que, entretanto, não envolve obrigações morais rigidamente reconhecidas”. BRANDÃO (1986:16), citando Cumming e Schneider (1961), afirma que “as relações pais-e-filhos são construídas sobre fatores como a divisão do trabalho, as obrigações mútuas e a mútua dependência”.

A religião praticada pela maioria dos entrevistados é a católica (97,2% - Quadro 46A), somente uma família é evangélica. As mulheres (97,2%) são aquelas que mais participam das atividades religiosas, mas o índice de participação de todos os membros da família é alto (89,1% de pais e 83,7% de filhos). As principais atividades religiosas em que há maior participação da comunidade são: a missa no final de semana (75,6%), a reza noturna durante a semana (35,1%), o culto e o dízimo (24,3%).

A reza é um ritual antigo na comunidade eles se reúnem para rezar o terço, ou realizar alguma novena em homenagem a algum santo; não precisa da presença de um padre, é conduzida por uma liderança local, na maioria das vezes uma mulher.

O culto é uma celebração bíblica, sem a presença do padre; segue os rituais de uma missa, sem o momento da Eucaristia. Segundo os moradores, a ‘Eucaristia’ no culto é a palavra de Deus. Para os católicos praticantes, a

³⁵ Para chegar ao valor médio de filhos da geração antecessora, os pais foram questionados sobre o número de filhos total que seus pais tiveram.

eucaristia representa a comunhão com Deus. O dízimo é uma oferta mensal, oferecida pelos membros da comunidade católica durante uma celebração e é organizado por algumas lideranças, que são responsáveis pela arrecadação desta oferta. Não há um valor estipulado.



Foto 7 – Oratório que se encontra dentro da sede da fazenda Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.

Na maior parte das famílias, os pais são unidos geralmente pelos rituais do casamento religioso. Verificou-se também, um caso de formação familiar sem passar pelo casamento oficializado pela Igreja ou em um cartório. Um casal de jovens, ela com 16 anos e ele com 18 anos, passaram a morar juntos. Para muitos vizinhos, este é um comportamento não aceitável. O relato de um dos entrevistados mostra como tais casos são vistos pelos moradores e como isso vem acontecendo no meio urbano:

Os filhos que vão para a cidade chegam lá, se juntam com uma mulher, ou vice-versa, e passam a morar juntos debaixo do mesmo teto sem se casarem. Parece que as pessoas quando deixam a roça perdem este respeito com o que os pais

ensinaram, com a religião. (Mulher, líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

Entre outros exemplos das mudanças da cultura local, está uma família pertencente à Igreja Evangélica “Assembléia de Deus” e uma família que atua como “caseiros” numa propriedade comprada por um senhor de Belo Horizonte, ambas situações não se registravam até alguns anos atrás. Estes fatos, mesmo que isolados e únicos, demonstram as possibilidades de mudanças, que, em outras regiões, já ocorrem há mais tempo. Estes casos são reveladores para este trabalho, uma vez que denota mudança nos costumes e nas tradições da cultura local.

A propriedade

A maioria dos entrevistados (22 famílias) disse possuir propriedades, representando 62% do total; porém o tamanho destas propriedades e seu uso diferem-se. Dos que possuem terra, 73%, ou seja, 16 famílias foram consideradas “pequenos proprietários”, por possuírem pouca terra para a produção e reprodução familiar. Apenas 27% (seis famílias) possuem terra suficiente e se encaixam no critério aqui denominado “proprietários”³⁶.



Foto 8 – Vista parcial do Rio Piranga, próximo à escola municipal da comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.

Com relação ao número de famílias “não-proprietárias” (14), elas representam 38% do total de entrevistados. Destas 14 famílias, dez disseram morar nas terras de seus antecessores (pais e, ou, sogros), sendo estas terras

³⁶ A categorização terra “suficiente” e, ou, “insuficiente” é uma tipologia operacional simplificada para análise comparativa das famílias pesquisadas neste estudo.

provavelmente recebidas no futuro como herança. Devido ao tamanho das terras a serem herdadas, menos de um alqueire por filho, estas famílias poderiam chegar, juntamente com as famílias de “pequenos proprietários”, a 72% do total das famílias entrevistadas. Este valor, 26 famílias, inicialmente poderia ser considerado o total das famílias de “pequenos proprietários”, uma vez que, mesmo não tendo a posse da terra, 28% do total de famílias pesquisadas e que se enquadram na categoria “não-proprietários” mora em propriedades que possivelmente serão suas. Apenas 10% das famílias “não-proprietárias” não têm a expectativa de aquisição de uma propriedade mediante herança. A herança³⁷ é a forma mais freqüente de aquisição da terra; mais de 60% do total indicaram esta “forma”, porém 30% conjugaram a herança com a compra de outras propriedades.

O quadro a seguir revela a quantidade de terras a ser recebida por filhos, se a herança fosse entregue no momento. Foram levadas em consideração as duas possibilidades de haver herança (famílias de “pequenos proprietários”, incluindo-se os “não-proprietários”, e os “proprietários”):

Quadro 2 - Quantidade de terra a ser distribuída, por filho, de acordo com as categorias “pequenos proprietários” e “proprietários”

Situação	Categorias	
	Pequenos proprietários (26 famílias)	Proprietários (6 famílias)
- Quantidade de terra a ser repartida	33 alqueires	80 alqueires
- Quantidade de filhos	158 filhos	30 filhos
- Total de terra por filho	0,2 alqueire/filho	2,6 alqueire/filho

Como se pode notar, os “pequenos proprietários”, num processo de herança, não possuem condições de repartir a terra entre todos os seus filhos, e, mesmo que elas optem por escolher apenas um filho para receber toda a herança, a média de terra por filho seria de 1,2 alqueire. Para os filhos de “proprietários”, a média de terra chega a 2,6 alqueires por filho. Nessas famílias, a grande maioria dos filhos já deixou o campo (apenas sete filhos do público pesquisado nesta categoria continuam morando com os pais), portanto,

³⁷ Sobre processo sucessório, veja ABRAMOVAY (1998).

se a herança fosse deixada a apenas um filho por família, cada um teria 13,3 alqueires.

Pelo número de famílias que mora na região há mais de 30 anos (Quadro 12A), é possível dizer que as famílias possuem uma estrutura de parentesco considerada de grande importância, valor que é transferido para seus filhos. Mesmo que os filhos deixem o meio rural em busca de melhores condições de vida, como disseram dois entrevistados. Os relatos a seguir confirmam o que DURHAM (1978) diz sobre o sentimento de pertencimento ao local de origem.

No futuro, quem que vai cuidar da propriedade dos meus pais vai ter que ser ou eu ou meu irmão, ou nós dois juntos. Se a gente tiver ido pra cidade, no caso, tem que vir um tomar conta não pode deixar uma coisa que foi passada, uma lembrança que não pode ser esquecida. Um cantinho que meu pai pois a mão e protegeu por um bom tempo, eu também tenho que proteger. Ele fala: olha meus filhos, quando nós ficar mais velho, vocês cuida disso aqui pra mim, ou quando a gente faltar eu quero que o fulano de tal cuide. Meu pai, fala direto, vocês não precisam preocupar com estudo não, por enquanto eu tenho condições de dar vocês estudo. Mas no caso na falta de um, vocês vão ter que me dar uma homenagem, porque eu estou dando a vocês muito durante a vida, vocês sabem que tudo que eu tenho aqui vai ser seus um dia. (Filho de pequeno proprietário, 16 anos, estudante da 8ª série).

A minha opção no momento é viver aqui com meus pais, com meus familiares, não pretendo sair pra fora. Porque eu gosto muito desse lugar, gosto de todos daqui. Eu não planejo muita coisa, eu penso assim, se for pra eu sair, eu saio, se não, não saio, eu vou tentar uma vida boa, acho que todos querem uma vida feliz (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

DURHAM (1978) afirma que a família é um espaço privilegiado de sociabilidade. Este compromisso com a família, para os jovens rurais, se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem.

A escolaridade

Em relação à escolaridade do grupo familiar, o índice de alfabetização dos pais é baixo. A maioria (63%) é analfabeta funcional³⁸. Cerca de 30% dos pais e das mães são analfabetos. Em contraste, apenas 2% dos filhos são analfabetos. Parte dos filhos (8%) chegaram a freqüentar ou freqüentam o

³⁸ São aquelas pessoas que freqüentaram a escola e sabem apenas assinar o nome, ou freqüentaram somente as três primeiras séries do ensino básico fundamental.

ensino médio. A grande maioria dos filhos (70%) freqüentaram as três primeiras séries iniciais. Isto pode ser explicado pelo fato de, anteriormente, na comunidade de Casa Nova, a escola municipal só oferecer ensino até esta série. Atualmente, a escola da comunidade oferece também a 4ª série. A continuidade do ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) é realizada no núcleo urbano Córrego São Joaquim ou em Guaraciaba, a 18 km da comunidade. Neste último caso, os estudantes ficam morando com algum parente na cidade durante a semana. O 2º grau é cursado, além de Guaraciaba, em cidades próximas como Ponte Nova, Viçosa, João Monlevade e Belo Horizonte.

O quadro a seguir demonstra a diferença entre pais e filhos no nível de escolaridade. Deve-se levar em consideração a escolaridade das pessoas entrevistadas, independente de estarem presentes na escola.

Quadro 3 – Nível de escolaridade de pais, mães e filhos (Porcentagem).
Comunidade Casa Nova – Município de Guaraciaba – MG.
Janeiro/2001

Nível de escolaridade	Pais		Mães		Filhos	
	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
Analfabetos	12	35,2%	11	30,5%	04	2%
1ª a 4ª série	23	67,6%	22	61,1%	138	70%
5ª a 8ª série	01	2,9%	03	8,3%	40	20%
2º grau	0	0	0	0	16	8%
Totais	34	100%	36	100%	198	100%

(A) Números absolutos. (B) Porcentagens.

Quanto à freqüência, 28% dos filhos de todas as idades estão na escola atualmente e 72% não estão mais estudando. Os três principais motivos apresentados para a não-freqüência à escola são: não gosta de estudar e não quer mais; teve que parar de estudar para ajudar a família com seu trabalho, ficando fora da faixa etária para retornar à escola e a escola; não era acessível para se continuar os estudos. Em relação à repetência, em 48,7% das famílias entrevistadas, pelo menos um filho repetiu o ano escolar.

A maioria dos entrevistados disse que seus filhos precisam de escola (86,1%). Os principais motivos foram agrupadas em três: os entrevistados

vêm o estudo como condição de qualificação para o trabalho: “se eles não tiverem um estudo, não têm como sair para a cidade e arrumar um serviço lá”; “hoje até pra juntar lixo é necessário”; outros dizem que é uma necessidade da vida cotidiana atual: “ajuda nas coisas do dia-a-dia (assinar documento, tomar uma condução)”; e ainda outros dizem que é condição de existência social mais digna: “é necessário para qualquer ser humano”; “a pessoa analfabeta sofre muito, não tem defesa pra nada, não tem jeito de sobreviver”; “futuramente a gente sabe que, sem estudo, não tem jeito de sobreviver na roça”; “ter conhecimento, para não ser excluído na cidade”. Pelas respostas, é possível inferir que o estudo desejado pelos pais está voltado à capacitação profissional ou à sobrevivência no meio urbano. Porém, alguns pais, por causa da dificuldade de manutenção da propriedade, impedem a saída dos filhos, principalmente para estudar:

A juventude de hoje quer estudar, eles não querem ter mais nome de ficar aí sem conhecimento, todo eles querem. Nas casas às vezes, os pais é que não deixam eles irem, eles ficam revoltados, não deixam mesmo. São muitos jovens que não vão à escola porque tem que trabalhar na roça, tem que ajudar. Tem família aí que os pais são analfabetos, nunca deixaram os filhos sair, tem outras que deixaram até o terceiro ano. Eu conheço uma aqui, que tem muita vontade. Mas ela não tem aquela coragem, ela tem medo de sair, de enfrentar os pais ou mesmo de ir para Guaraciaba, ou fora, ela está sem estudar, mas a gente vê que ela é reprimida por isto (Mulher, 61 anos, esposa de proprietário, representante da comunidade no Conselho do PRONAF³⁹).

Para 52,9% dos entrevistados, tanto os rapazes quanto as moças precisam de escola. Observando o Quadro 7A, pode-se verificar que 41,7% dos entrevistados disseram que os homens precisam mais de escola. Parece contraditório, se comparado com o quadro anterior, onde algumas mães é que possuem maior nível de escolaridade. Os motivos apontados pelos entrevistados que justificam essa maior escolaridade para os rapazes foram: “os homens andam mais, vão para a cidade arrumar emprego”; “para o homem, a profissão é muito mais difícil; utilizam os conhecimentos para seus negócios”; “serão chefes de família e terão maiores responsabilidades”. As justificativas que colocam a necessidade de maior escolaridade para os rapazes indicam o

³⁹ O PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas, mediante emprego direto da mão-de-obra do produtor rural e de sua família.

que, na prática, não ocorre, pois muitos filhos acabam abandonando os estudos antes de concluí-lo, justamente pela necessidade de trabalhar na cidade e ou no campo. Desta forma, os jovens vivem um dilema, que é percebido pelos pais: por um lado, a necessidade de estudar mais para sobreviver com dignidade na cidade; por outro, a necessidade de abandonar o estudo para ganhar dinheiro trabalhando na cidade.

As principais justificativas para essas respostas, em que tanto os rapazes quanto as moças precisam de escola (52,9%), foram: “os dois podem sair de casa e precisam de estudo para arrumar bons empregos”, “as mulheres estão pegando muitos empregos dos homens e, por isto, o mesmo conhecimento de um deve ser do outro”; “as mulheres devem conhecer seus direitos e também ajudar os filhos nas tarefas da escola”.

O Quadro 8A indica a opinião dos pais sobre o nível de escolaridade desejado para os filhos. É curioso notar que, das 36 famílias entrevistadas, apenas 15 deram alguma resposta objetiva, talvez por desconhecerem os graus do ensino, pela pouca familiaridade com a estrutura e o funcionamento escolar. Destas, apenas duas indicaram a conclusão de um curso superior. As principais respostas que justificaram a pergunta foram: “para se ter uma profissão, um emprego melhor, para se ter mais dinheiro (tipo: ser professora, médico)”; “abrir campo lá fora (cidade) para um futuro melhor”; “o pessoal da cidade não dá valor ao homem do campo”.

Perguntados sobre o que os pais gostariam que a escola ensinasse a seus filhos, as respostas indicaram duas perspectivas. A primeira expressa a expectativa de que a escola reforce as tradições e certos valores: “serem educados”; “respeitar os outros”; “valores morais – se tirar a inclinação de roubar, o resto é bom”; “valores participativos – direito de falar, de viver”; “os professores devem educar para eles viverem fora (drogas, sexo, disciplina, comportamento)”. A segunda expressa expectativas de contribuir para com a formação técnica (por exemplo: “Computação – “o acesso é só para quem mora na cidade”) ou como uma característica mais típica de modernidade: “ser crítico com o mundo, ver a realidade – saber viver no mundo”; “ser mais experiente com a vida”. Estas últimas respostas remetem à reflexividade da modernidade, uma vez que ser crítico e saber viver no mundo são necessidades cada vez maiores num mundo em que o próprio homem vai perdendo o controle sobre a sua vida, conforme afirma GIDDENS.

As atividades do grupo familiar

O quadro a seguir apresenta a divisão de tarefas do trabalho na família, ou seja, onde cada pessoa contribui nas atividades da propriedade.

Quadro 4 - Distribuição das atividades nas famílias de Casa Nova, Município de Guaraciaba, MG

Atividade	Pais		Mães		Filhos e filhas		Trabalhadores contratados	
	(A) n	(B) %	(A) n	(B) %	(A) n	(B) %	(A) n	(B) %
Preparo do solo	25	73,5	09	24,9	15	41,6	07	19,4
Plantio	24	70,5	18	49,9	21	58,3	11	30,5
Tratos culturais	25	73,5	12	33,3	22	61,1	08	22,2
Colheita	26	76,4	11	30,5	22	61,1	07	19,4
Armazenamento	29	85,2	15	41,6	22	61,1	03	8,3
Beneficiamento	11	32,3	04	11,1	11	30,5	01	2,7
Pecuária	24	70,5	0	0	08	22,2	0	0
Pequenas criações	12	35,2	24	66,6	01	2,7	0	0
Horta	07	20,5	31	86,1	03	8,3	0	0
Instalações	24	70,5	06	16,6	14	38,8	05	13,8
Venda de produtos	14	41,1	01	2,7	0	0	0	0
Cozinha	05	14,7	34	94,4	05 (*)	13,8	0	0
Limpeza da cozinha	02	5,8	28	77,7	17 (*)	47,2	0	0
Cuidado da casa	02	5,8	29	80,5	11 (*)	30,5	0	0
Lavagem de roupa	01	2,9	30	83,3	11 (*)	30,5	01	2,7
Cuidado das crianças	01	2,9	09	24,9	02 (*)	5,5	01	2,7
Total	34	100	36	100	36 (C)	100	36 (C)	100

(A) Números absolutos. (B) Porcentagens (C) Por unidade familiar.

(*) Atividades que entre os filhos é realizada pelas mulheres.

Obs.: As atividades não assinaladas são realizadas por todos os membros da família.

Podem-se observar, através do Quadro 4, que os afazeres domésticos se concentram sob a responsabilidade das mães, com o apoio das filhas. As mulheres estão presentes em todas as atividades, com exceção da pecuária, ou seja, nos tratos com as criações de gado. Porém, o trabalho da mulher com

os produtos desta atividade está relacionado ao beneficiamento do leite, na produção de queijo, manteiga e doces. Sobre a participação em cursos profissionalizantes, a grande maioria que participou destes cursos foi de mulheres (Quadro 28A - 90%), sendo cursos sobre os derivados do leite.

De acordo com LOPES e ROTHMAN (1998), é importante perceber o trabalho das mulheres como indispensável para a reprodução social do grupo doméstico:

“Práticas recorrentes entre as moradoras das comunidades atingidas por barragens, incluem o cuidado da horta e o trabalho de criação de pequenos animais, e são essencialmente as mulheres que têm a seu cargo a fabricação de queijos – tarefa extremamente valorizada, por seu duplo significado, reveladora de uma mesa farta ao mesmo tempo que é comercializado freqüentemente cumprindo o papel de poupança, é um produto sempre disponível e numa emergência pode-se vendê-lo de pronto. Ou seja, trabalho doméstico e trabalho propriamente produtivo se confundem nessa realidade”

Também pode-se notar que os pais estão presentes em todas as atividades, mesmo que, em algumas, de forma mínima, mas a concentração de tarefas sob responsabilidade dos pais está na produção agropecuária, no armazenamento dos produtos, na pecuária e nos cuidados das instalações da propriedade.

Os filhos concentram suas tarefas naquelas voltadas para a atividade agrícola, apoiando os pais. Trabalhadores de ‘fora’⁴⁰ são chamados principalmente para o plantio, os tratos culturais, as capinas, a aplicação de adubo, etc.

Poucas famílias (Quadro 43A) utilizam mão-de-obra contratada (22,2%). As atividades dessa categoria concentram-se em períodos de plantio, ou de colheita, não sendo uma atividade permanente. Os trabalhadores, em sua maioria, são pagos como diaristas⁴¹ (Quadro 44A). A contratação temporária (Quadro 45A) é realizada no máximo de três trabalhadores (Quadro 45A). As poucas famílias que contratam mão-de-obra temporária, ou seja 22,2%, são aquelas que possuem propriedades acima de seis alqueires e possuem renda mensal acima de dois salários mínimos, aqui denominados “proprietários”.

⁴⁰ Os trabalhadores de ‘fora’, cada vez mais escassos, são diaristas (pequenos proprietários ou “não-proprietários”) da própria comunidade, que são contratados para uma atividade específica.

⁴¹ Cerca de R\$5,00 reais por dia, em jan/2001.



Foto 9 - Jovens trabalhando na limpeza da estrada de acesso à pequena propriedade de seus pais. Comunidade Casa Nova.

Cerca de 40% das famílias entrevistadas disseram fazer a “troca de dia”, ou seja, as famílias realizam juntas o trabalho que uma sozinha demoraria mais tempo, sendo esta ajuda mútua uma forma importante de solidariedade. Das famílias que trocam dia, 41% são provenientes de famílias de “pequenos proprietários” e 55% são famílias “não-proprietárias”, mas que moram nas terras do sogro.

A produção

As principais plantações são feijão, milho, arroz e café, que ficam próximas da residência dos “proprietários”. Na maioria das vezes, a produção básica é destinada principalmente ao próprio consumo (Quadro 5).

Como as maiores produções são próprias para a subsistência, menos de 30% das famílias comercializam o excedente de sua produção. Destas, as principais são aquelas com maior poder aquisitivo. Os produtos, cujos excedentes são comercializados, são milho, café, arroz, pequenas criações, queijo e rapadura.

Quadro 5 – Percentual dos principais produtos destinados ao próprio consumo.
(Porcentagem por produto)

Produto	Porcentagem
Feijão	97,3 %
Milho	94,5 %
Arroz	62,2 %
Café	40,5 %
Cana-de-açúcar	18,9 %
Horta	16,2 %
Queijo	8,1 %
Gado	5,4 %
Pequenas criações	5,4 %
Amendoim	2,7 %
Mandioca	2,7 %
Cachaça	2,7 %
Rapadura	2,7 %

Os produtos são vendidos normalmente para os vizinhos e para os comerciantes das cidades vizinhas. Conforme explica uma das entrevistadas, *“quando a gente tem algum queijo, ovos, ou um capado, a gente leva pra cidade”*. Antes havia alguns “proprietários” que vendiam o café para comerciantes que vinham de Teixeira, Ponte Nova ou Pedra do Anta, mas, segundo os moradores do lugar, esta comercialização está diminuindo. Um dos “proprietários” de terra produz cana-de-açúcar e, com ela, faz rapadura e produz cachaça.

A renda

A fonte de renda⁴² da maioria das famílias (55,6% - Quadro 41A) é proveniente exclusivamente das atividades agrícolas. Para 25% dos entrevistados, a renda das atividades agropecuárias é complementada pela renda da aposentadoria. A aposentadoria é a única fonte de renda para 14%

⁴² Para auferir a renda, foi perguntado qual o total de salários mínimos que a família recebe no final de um mês. O salário mínimo em janeiro de 2001 era de R\$180,00. Para alguns

das famílias. Pequenas contribuições periódicas de quem está trabalhando na cidade complementam a renda de parte das famílias da comunidade. Segundo um dos entrevistados,

Muitas vezes já ouvi algum pai ou mãe falar pro seus filhos, vai trabalhar fora ganhar seu dinheiro, cuidar de sua vida. Tem família aqui, que tudo que tem dentro de casa, foi os filhos que deram: televisão, antena parabólica, som, tudo. Coisa assim diferente, que a gente não consegue comprar com dinheiro que pagam aqui. Hoje não é tanto, porque a maioria está aposentado (Mulher, líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

Em alguns casos, a saída dos filhos é a forma mais certa de possibilitar a satisfação dos desejos de consumo.

A renda mensal das famílias é constituída conforme as variáveis acesso a propriedade e ocupação (aposentadoria e trabalho). A renda para 64,3% dos “não-proprietários” é retirada do próprio trabalho agrícola, através de parceria ou como diarista. Para os outros deste grupo, a renda é proveniente da aposentadoria. A média salarial mensal desta categoria é 1,1 salário mínimo. Se forem excluídos os aposentados deste grupo, a média salarial não chega a um salário.



Foto 10 – Casa de uma família de não-proprietários na localidade de Mato Virgem. Comunidade Casa Nova, município de Guaraciaba – MG.

entrevistados, renda significa dinheiro vivo, dificultando a obtenção de uma resposta próxima do que realmente as famílias adquirem.

A renda mensal das famílias de “pequenos proprietários” é em média de 1,4 salário mínimo. Excluindo-se os aposentados, a média mensal se equipara à dos “não-proprietários”, ou seja, menos de um salário mínimo. Segundo respostas dos “proprietários” entrevistados, a renda de quem possui terra varia entre dois e quatro salários mínimos. A média desta categoria é de 2,1 salários mínimos.

De acordo com o Quadro 42A, a renda familiar é menor que um salário mínimo para quase 45% das famílias e não chega a ultrapassar dois salários para outros quase 42%. Apenas 13% das famílias possuem renda superior a dois salários mínimos.

A ocupação da maioria dos entrevistados é a agricultura familiar no sentido apontado por Lamarche (1998)⁴³, que destaca o modelo camponês de algumas realidades da agricultura familiar. O sistema de produção das famílias dos agricultores⁴⁴ entrevistados caracteriza-se, de acordo com OLIVEIRA (2000), por explorações estruturadas sobre fundamentos essencialmente familiares e fortemente independentes em relação ao mercado. É preciso distinguir as explorações camponesas daquelas chamadas de “produção de subsistência”. A função de sobrevivência é, sem dúvida, marcante no modelo camponês, mas, muitas vezes, não se reduz apenas a isto; a vontade de preservação e de crescimento do patrimônio familiar é também parte constitutiva deste modelo. Complementando este conceito, FURTADO e FURTADO (2000) afirmam que:

Os agricultores familiares não direcionam, a priori, as atividades produtivas para o capital, pois estas são voltadas para a reprodução da família. Eles tomam decisões coerentes e racionais, a partir da leitura que a família tem de sua situação e das possibilidades de produzir nas suas unidades de produção. Essa racionalidade não se refere à lógica do sistema econômico e difere da avaliação daqueles estranhos à família. Na tomada de decisões, julgam os diversos objetivos delineados na exploração agrícola. Isso explica por que, em alguns casos, tomam decisões contrárias, aparentemente mais coerente a um outro (FURTADO e FURTADO, 2000:32).

⁴³ A interação entre as lógicas familiares e o grau de dependência externa permitiram a construção de quatro modelos teóricos que evidenciaram as lógicas sociais de funcionamento da moderna agricultura familiar em nível mundial, assim denominados: (1) empresa, (2) empresa familiar, (3) camponês e (4) exploração familiar moderna.

⁴⁴ Neste trabalho não se ateu a uma discussão sobre os conceitos “trabalhadores rurais” ou “camponeses”. Desta forma, ambos serão utilizados, mantendo-se os termos originais dos autores estudados; em citações, serão utilizados termos dos próprios entrevistados.

LAMARCHE (1998) diz ainda que no modelo camponês, “*existe uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastantes tradicionais, sendo seus objetivos a satisfação das necessidades familiares*”. Somando as ocupações principais (47,2% - Quadro 13A) às ocupações secundárias (11,1% - Quadro 14A), chega-se à conclusão de que a maioria dos entrevistados, 58,3%, afirma ser trabalhadores rurais. Identificando separadamente pais e mães que responderam ser trabalhadores rurais, chega-se ao seguinte resultado: 67% das respostas vieram dos pais e 33% das mães. Na literatura, o conceito de trabalhador rural geralmente é aquele considerado assalariado, ou seja, vende sua força de trabalho. Destacam-se, também, a ocupação das mulheres no trabalho doméstico em casa e nos arredores (22,2%), e o número de aposentados (25%). A grande maioria não possui ocupação secundária (80,5%). A ocupação de trabalho assalariado fora da agricultura também é quase inexpressiva. Esses dados sobre as atividades agrícolas e não-agrícolas internas e externas à exploração agropecuária sugerem que não existe plenamente a “pluriatividade”⁴⁵ como alternativa de reprodução familiar na região, assim diferenciando da perspectiva de jovens rurais de São Pedro da Serra – RJ, apresentada por CARNEIRO (1998)⁴⁶, o que permite inferir o pouco espaço de atuação para os jovens, principalmente considerando a limitação dada pela terra.

Segundo alguns entrevistados, nos últimos anos tem diminuído a mão-de-obra no meio rural e conseqüentemente as relações de parceria e meação. Veja o que diz um dos entrevistados sobre as mudanças no trabalho familiar e na contratação de mão-de-obra:

As coisas mudaram muito, antes a família trabalhava junta. As famílias eram grandes, plantavam roça de milho, de café, de feijão, a família ia toda pra plantar, era oito filhos, nove filhos mais ou menos, mais os pais, então plantavam muita quantidade e colhiam muito. Eu lembro demais, eu era pequena, passava a época da colheita eram 10 ou 11 carros de

⁴⁵ “O conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas a outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Assim permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e/ ou fora das explorações agropecuárias” (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 1998:26). Sobre pluriatividade conferir também SCHENEIDER (1998).

⁴⁶ Carneiro (1998) apresenta a pluriatividade como alternativa para os jovens de São Pedro da Serra (RJ).

bois por dia puxando milho e todo mundo trabalhava na roça. Depois as coisas começaram a mudar, o pessoal começou a casar e foram embora para São Paulo, Belo Horizonte. Hoje, quem plantava muito, agora planta só pra despesa, porque não tem quem ajuda, não tem quem trabalha. Tem família que não planta mais, porque não tem terra, outras não tem quem plante, outras não tem renda pra pagar trabalhador. Então, eu vejo essa diferença enorme, enorme mesmo, eu tiro essa experiência pelo meu pai mesmo, antes ele tinha lá quatro a cinco meeiros, tinha vezes que ele nem tinha terra mais pra mear e o pessoal ficava procurando terra pra plantar. Hoje tem que ir atrás procurando gente pra plantar. Não é que a pessoa não quer plantar, é que não agüenta tocar o serviço sozinha (Mulher, Líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

Um dos meeiros entrevistados explica o que é a meação e indica as vantagens do trabalho no meio rural:

Eu trabalho de meeiro, planto à meia pra mim, quer dizer que eu trabalho pra mim, quer dizer que eu tenho que dar a metade da minha produção pro dono do terreno. Mas quer dizer que eu trabalho por minha conta, se algum dia eu quero trabalhar o dia todo eu trabalho, um dia eu quero descansar mais cedo, eu paro e descanso. Na cidade você tem que manter aquele horário das 7h às 4h, ou das 7h às 5h ou o horário que for determinado pela empresa (Pequeno proprietário, 53 anos, membro da ACMAP).

Os entrevistados, de certa forma, estão indicando a marginalização do agricultor familiar. O primeiro indica a diminuição de mão-de-obra rural na medida em que pequenos agricultores que, no passado, entraram em relações de parceria com proprietários de terra aparentemente migraram para as cidades. O segundo sugere que os poucos meeiros que permanecem no meio rural percebem que as desvantagens de emprego nas cidades são ainda maiores.

A migração

Os dados dos Quadros 17A (que se refere às saídas de membros da família para trabalhar, no último ano) e 22A (que se refere às saídas nos últimos 5 anos) indicam que as famílias rurais estão buscando alternativas de trabalho fora da região onde vivem. Em relação ao público que saiu da propriedade para trabalhar fora, há uma diferença entre o último ano (Quadro 16A) e a saída nos últimos cinco anos (Quadro 21A). No último ano, quem mais saiu foram os pais, conjuntamente com outro membro da família (filhos), num

total de 19,3%. Os últimos cinco anos quem mais saiu da propriedade foram os filhos (27,8%). O agravamento da situação do meio rural (monocultura, crédito agrícola para poucos, assistência técnica insuficiente, política agrícola voltada para a exportação, dentre outros) faz com que tanto os pais quanto os filhos tenham que ir para a cidade a fim de complementar a renda familiar⁴⁷.

A relação do número de vezes que as pessoas saíram de casa para trabalhar fora tanto no último ano (Quadro 17A) quanto nos últimos cinco anos (Quadro 22A) são semelhantes. Em ambas as situações, a maioria saiu uma ou duas vezes durante o período. O importante nesta questão é o fato de que, independente de os entrevistados terem saído uma, duas, três ou mais vezes, os dados da entrevista semi-estruturada demonstram que houve retornos para o local de origem. Isso chamou a atenção, pois o fato de alguns jovens retornarem da cidade para o meio rural vem fazendo parte dos estudos recentes sobre migração (BAENINGER, 1999)⁴⁸. Algumas pessoas saem, trabalham um tempo, juntam algum dinheiro e retornam para a roça. Esta é uma estratégia principalmente dos jovens. Seguem depoimentos de três jovens: um que já trabalhou na cidade, outro que pretende trabalhar, e outro que emitiu opinião sobre os que ficam:

O que me fez voltar é que eu convivi muito tempo com minha mãe e meu pai e eu sinto saudades. Aí quando eu fico com saudades deles eu tenho que voltar, não há nada que me segura. Posso estar num serviço bom, que eu peço demissão, não estou nem aí. Eles não vão lá me ver, eu que tenho que vir cá ver eles (Filho de pais aposentados, escolaridade básica de 1ª à 4ª, 28 anos).

Enquanto eu estou aqui, eu trabalho com meu pai, mas tem um primo meu que falou que vai arrumar um emprego pra mim na cidade. Eu pretendo sair, mas eu não pretendo ficar lá não. Pretendo ficar na roça, porque o melhor lugar que tem é aqui na roça (Filho de não-proprietário, 20 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

A família muitas vezes segura, porque a pessoa que é muito apegada mesmo fica. Vai um pouco e volta, não consegue ficar longe mesmo, porque gosta mesmo do lugar, gosta de verdade. Não que os outros também não gostem, mas esses que ficam tem mais apego do que os outros que saem (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

⁴⁷ Para aprofundar, conferir GRAZIANO DA SILVA (1981).

⁴⁸ Para maior aprofundamento sobre este assunto (movimentos migratórios) além de Baeninger (1999), conferir Martine, 1987, 1992; Martine e Carvalho, 1989; Brito, 1995; Cunha, 1999; Pacheco e Patarra, 1998.

As justificativas chamaram atenção, pois elas estão relacionadas ao apego afetivo com a família de origem ou com o local. Alguns “proprietários” que possuem um pequeno pedaço de terra também precisam sair de sua unidade de produção para complementar a renda.

O Quadro 18A demonstra que 44,5% dos entrevistados que saíram para trabalhar no último ano foram para propriedades vizinhas. A forma de pagamento para a grande maioria é a diária (Quadro 19A). O quadro 23A indica que a maioria dos que saíram nos últimos cinco anos (67%) foi trabalhar nas capitais, principalmente São Paulo e Belo Horizonte. Observa-se também que, tanto nas famílias dos “proprietários” (77,6%), quanto nas de “não-proprietários” (60,1%), quem mais saiu nos últimos anos foram os filhos, indicando que mesmo a perspectiva de herança de terra não garante aos filhos de proprietários a permanência no meio rural.

O Quadro 24A demonstra que a maioria dos que migraram foi para as capitais. Os homens (60%) foram trabalhar na construção civil, e todas as mulheres como empregadas domésticas. A grande maioria dos entrevistados, que migra para a cidade (30,6%), trabalha com carteira assinada (Quadro 25A) e permanece nestas ocupações (Quadro 26A) de 7 meses (16,7%) ou acima de 3 anos (13,9%). Os que permanecem acima de 3 anos são apoiados por outros parentes, que já se fixaram no meio urbano.

Porém, o trabalho no meio rural sem carteira assinada predomina. Não há vínculos empregatícios formais na área pesquisada. Existem contratos informais (verbais) de parceria e meação. Empregos permanentes, com registro em carteira, não foram citados pelos entrevistados⁴⁹.

Lazer e Acesso aos Meios de Comunicação

Em relação aos espaços de socialização, 55,6% dos entrevistados disseram participar de alguma atividade além da igreja e Associação dos Atingidos (Quadro 55A). Destaca-se, neste caso, a presença dos filhos especialmente nos times de futebol (44,4% - Quadro 57A). Na comunidade existe um time feminino de futebol, com treinos semanais, técnico, e que joga com outros times de comunidades vizinhas. Outras atividades citadas são: as festas, os bailes (34,7%) e o jogo de cartas. O rio (pesca e banho) aparece em

terceiro lugar, citado por 8,7% dos entrevistados. A questão não foi direcionada especificamente para o lazer, mas as respostas remetem a este aspecto. Duas jovens entrevistadas falam sobre as atividades que realizam em seus finais de semana:

No Domingo eu passo a maior parte do dia em casa, ou senão, eu vou pra casa da minha tia, ajudo ela arrumar alguma coisa. Minha tia é uma senhora de idade, fico lá, não saio, eu sou difícil de sair, a não ser que minha irmã me convide pra ir para uma festa lá em Ponte Nova (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

O meu final de semana, é quase normal mesmo. Não muda não, às vezes saio um pouco, mas é muito difícil. Às vezes vou a alguma festa (Filha de proprietário, 23 anos, analfabeto funcional).

A noite é reservada para alguma atividade comunitária: reunião da Associação de Atingidos, ou da Igreja (reunião de jovens, catequese, grupo de reflexão, etc.). Quando estas reuniões não ocorrem, boa parte dos homens dirige-se aos bares para o jogo de sinuca ou de cartas. Na maioria das vezes, as mulheres ficam em casa, tendo como uma de suas opções assistir televisão⁵⁰, ou continuar em alguma tarefa da cozinha. Nos finais de semana, é muito comum, após os afazeres do dia, os moradores reunirem-se em alguma casa para dançar “fórró”, o que é muito apreciado pelos jovens.



Foto 11 – Reunião coordenada pelo então presidente da ACMAP na comunidade de Três Tiros, município de Ponte Nova – MG. Comunidade que fica do outro lado do rio, oposto à Casa Nova.

⁴⁹ Há o caso de dois trabalhadores rurais que foram contratados (com todos os encargos sociais) pela Empresa ALCAN, para fazerem durante um mês, o roçado debaixo das linhas de transmissão de energia da Usina da Brecha até determinado trecho.

⁵⁰ Das famílias estudadas, 70,3% possuem televisor.

A Comunidade Casa Nova realiza, anualmente, a Festa do Cruzeiro, uma festa que foi preservada pelas pessoas idosas. Durante a Quaresma, a comunidade realiza a chamada “encomendação das almas”. Este ritual é realizado com cantos e vestimentas próprias.

As atividades realizadas pelos indivíduos ou pela coletividade na Comunidade Casa Nova remetem às afirmações de BOTELHO (1999):

Os indivíduos, mediante relacionamentos diários, têm domínio prático sobre o desenrolar cotidiano, mas também sobre os eventos pontuais e esporádicos de ordem simbólico-religiosa. Esse capital ritual, (...) reproduzido ao longo do tempo, liga as pessoas a um lugar e a um sentido comum que resguarda a memória coletiva. Ademais, resguardar esse passado, comum, coletivo, encontra nos rituais comemorativos a sua força motriz, alimentadora (BOTELHO, 1999:09).

Outro fato que merece atenção é que, durante as festas dos trabalhadores rurais, as lideranças da comunidade organizam, na sala de aula da escola, o museu da comunidade⁵¹. Ali são expostas fotos, a história das primeiras famílias que se tem notícia, pertences antigos dos moradores, artesanatos, etc., tudo isto demonstra o desenvolvimento de processos de aumento do sentimento de auto-estima, de identificação e valorização de coisas próprias da comunidade. Neste sentido, está ocorrendo a “hibridação das culturas” de que fala Canclini, ou, no sentido de Giddens, a tradição retrabalhada pela destradicionalização.

A experiência da comunidade em relação ao museu pode ser exemplo do que, na prática, se considera como reflexividade da vida social moderna, ou seja, as práticas sociais da comunidade Casa Nova estão passando por constantes exames, avaliações e estão sendo reformadas à luz de novas informações sobre estas próprias práticas, alterando seu caráter.

Porém, a identificação da comunidade com a ‘cultura de origem’, passada por gerações, é colocada permanentemente à prova com relação à ‘cultura moderna’ e passa a ser refletida a seguir.

Outra questão a ser examinada é como as pessoas de uma comunidade de tradições reagem às inovações da modernidade, seja através dos meios de comunicação social, seja pela aproximação do urbano/rural, seja pela própria mudança no modo de ser. Observa-se que a maioria das residências rurais tem aparelhos de comunicação de massa, como o rádio e a

⁵¹ Nome dado pelas próprias lideranças locais.

televisão. A antena parabólica é um equipamento que surgiu na década de 80 e rapidamente foi adquirido pelas famílias rurais.

Em relação aos meios de comunicação, observou-se que, das famílias, 91,9% possuem rádio, 70,3% têm aparelho de TV com parabólica, e 8,1% possuem o rádio toca-fitas ou aparelho de som. O rádio é o principal meio de acesso à informação externa. Através dos programas de rádio, freqüentemente ouvidos pela manhã, obtêm-se não só informações gerais sobre os acontecimentos nacionais, mas também informações relacionadas à vida dos moradores da comunidade. É através do rádio⁵² que os “recados” de quem está na cidade, a serviço, ou em algum hospital, são repassados para os moradores.

Em relação à TV, sua audiência ocorre principalmente à noite, quando a família está em casa. Desta forma, os programas mais assistidos são as novelas (64,8%), o telejornal (45,9%) e o canal católico Rede Vida, onde 32,4% acompanham, no final da tarde, a missa diária.

Programas voltados para o meio rural, como o Globo Rural, foram citados também por 10,8% dos entrevistados. Apenas uma família citou jornais, revistas, neste caso o jornal da Igreja Católica (Quadro 58A).

4.2. O Contexto do Projeto UHE Pilar em Casa Nova - “Símbolo da Modernidade”

Como apresentado na introdução deste trabalho, em 1995, quando as empresas iniciaram os estudos para implantação da UHE Pilar, a região de Casa Nova passou a ser visitada pelos engenheiros e técnicos da empresa contratada para realizar tal estudo. Inicialmente, as famílias, sem informações consistentes dos impactos que tal projeto poderia gerar, foram chamadas a fornecer informações para os técnicos redigirem o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Os moradores da região passaram a conviver com a possibilidade da implantação de uma barragem hidrelétrica que, se aprovada, deslocaria dezenas de famílias. Este fato novo no contexto local, a perspectiva da construção da barragem como “símbolo de desenvolvimento moderno” que

⁵² As duas rádios mais ouvidas estão no Município de Ponte Nova, ambas são legalizadas oficialmente.

chega ao meio rural, contribuiu neste trabalho para se fazer a análise sobre a juventude e modernidade.

A análise do contexto nacional para a política de geração de energia elétrica, facilita a compreensão do processo ocorrido em diversas regiões do Brasil e, neste caso, na região da Zona da Mata Norte de Minas Gerais. Após o período marcado pelo modelo estatal das grandes hidrelétricas, de 1962 a 1990, o Brasil passou, a partir dos anos 90, por um amplo processo de privatização, (os setores siderúrgico e petroquímico) e, mais recentemente, através do processo de transferência dos serviços públicos para as empresas privadas, envolvendo setores como os de energia elétrica, telecomunicações, petróleo, construção de rodovias, portos e aeroportos, saneamento básico, abastecimento de água, dentre outros (MAB, 2001).

No setor elétrico especificamente pode-se considerar que o processo de privatização iniciou-se a partir da publicação pela ELETROBRÁS, em 1987, do Plano 2010, que tinha como previsão a construção de mais de 160 grandes hidrelétricas. De acordo com BERMANN (1990), este plano tinha como pano de fundo, por parte do governo, o argumento da necessidade de investimento privado, para assegurar a continuidade das obras de ampliação da capacidade de geração, na ordem de 6 a 7 bilhões de dólares anuais, entre 1987 –1994.

No discurso da falta de recursos para investimento no setor público e da crescente demanda de energia elétrica, o governo federal ofereceu incentivos à entrada de empresas privadas na geração de energia elétrica. No início da década de 90, o governo Collor propôs projetos para privatização do setor elétrico e formação de consórcios de empresas privadas (IPPUR, 1990). O governo Itamar Franco procurou avançar no processo de privatização através de uma Lei de Concessões de Serviços Públicos. Os principais incentivos ao investimento privado no setor elétrico foram a elevação das tarifas das concessionárias e a venda da energia excedente por meio de consórcios de produtores (ESTADO DE MINAS, 9/93). Essas iniciativas foram aceleradas no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994. De acordo com o Plano 2015 do atual governo, está prevista a construção de mais de 494 usinas hidrelétricas. Segundo o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), há estimativa de expulsar mais de 800 mil pessoas de suas terras.

De acordo com ROTHMAN (1996), no período de 1979 a 1983, uma 'estrutura de oportunidade política favorável' e organização local permitiu que

um incipiente movimento de resistência às barragens, no Sul do País, contestasse a legitimidade dos planos de construção das barragens no rio Uruguai. O início da mobilização ocorreu num contexto de crise econômica, e a expansão do movimento foi facilitada pelo enfraquecimento do regime ditatorial, no início da década de 1980.

Em nível nacional, as populações atingidas por barragens em várias regiões do Brasil começaram a se organizar, culminando, em 1989, no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Durante o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, em março de 1991, surge nacionalmente o MAB:

A criação do movimento nacional era o resultado de um amadurecimento dos movimentos nos vales e regiões: estava ficando claro que, além de lutar contra esta ou aquela barragem, além de organizar e mobilizar os atingidos para defenderem seus direitos, o MAB teria que confrontar-se com um modelo energético, nacional e mesmo internacional (MAB, 2001:18).

Na busca de explorar a produção de energia elétrica na região Norte da Zona da Mata, diversas empresas privadas⁵³ têm iniciado processos de licenciamento ambiental para instalação de suas usinas hidrelétricas. Em 1995 e 1996, as populações atingidas de diversos municípios⁵⁴ -- apoiados por uma ONG ambiental - ASPARPI, por agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, estudantes e professores da Universidade Federal de Viçosa -- começaram a se organizar, inicialmente em comissões ou associações locais de pessoas atingidas por barragens e, posteriormente, no atual Movimento dos Atingidos por Barragens da Região do Alto Rio Doce.

A região de Casa Nova, devido ao relevo montanhoso, típico da região da Zona da Mata mineira, e por estar situada na microbacia do rio Piranga, foi identificada no inventário da empresa canadense CANAMBRA⁵⁵, como forte potencial para implantação de usinas hidrelétricas. No meio da década de 90, as empresas transnacionais FIAT⁵⁶ (instalada em Betim – MG) e ALCAN⁵⁷ (em

⁵³ Nesta região, existem ações neste sentido das multinacionais FIAT, ALCAN, SAMARCO e outras nacionais como Vale do Rio Doce e a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, etc.

⁵⁴ Raul Soares, Abre Campo, Pedra do Anta, Canaã, Guaraciaba, etc.

⁵⁵ Este inventário foi elaborado inicialmente em 1964 e atualizado no final da década de 80.

⁵⁶ O grupo FIAT, com matriz na Itália, possui indústria automobilística e outras indústrias afins, com fábricas filiais espalhadas por diversos países.

⁵⁷ A ALCAN (*Aluminum Company of Canadá* – Companhia de Alumínio do Canadá) é uma indústria metalúrgica transnacional com sede no Canadá. A fábrica localizada em Ouro Preto (MG) é uma de suas filiais e produz alumínio.

Ouro Preto – MG) obtiveram a concessão e organizaram o Consórcio FIAT/ALCAN⁵⁸. Para realizar os levantamentos de dados para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), visando a implantação da chamada Usina Hidrelétrica do PILAR, as empresas FIAT e ALCAN contrataram a THEMAG, uma empresa de consultoria para confecção dos Estudos e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Posteriormente, padres da Igreja Católica⁵⁹, que atendem na região, membros da entidade ambientalista ASPARPI (Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga, com sede em Ponte Nova – MG) e do Grupo de Assessoria às Comunidade Atingidas por Barragens, iniciaram os trabalhos de reflexão sobre o projeto de barragem juntamente com esta comunidade⁶⁰. Com a assessoria deste coletivo de entidades, as famílias da comunidade puderam refletir sobre a situação de outras comunidades que também vivenciavam o mesmo processo. Nestas reflexões, analisaram sua própria situação e puderam fazer suas próprias avaliações a respeito do projeto a ser implantado. A partir destas reflexões da comunidade, os moradores criaram a associação dos atingidos (ACMAP)⁶¹. Esta entidade, posteriormente, foi responsável por representar os atingidos nas negociações com as empresas e com os órgãos governamentais. Depois de duas audiências públicas, em agosto/1998 o projeto foi indeferido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).

⁵⁸ O Consórcio FIAT/ALCAN, Projeto UHE Pilar, estava assim distribuído: o Grupo FIAT controlava 75% do projeto, e a ALCAN, 25%. A FIAT, foi a empresa que assumiu, efetivamente, todo o controle do processo de interação com a população direta e indiretamente atingida, mantendo na direção do consórcio o gerente do setor financeiro da empresa e delegando a outros funcionários da FIAT a responsabilidade de cadastrar as famílias da comunidade e negociar com ela.

⁵⁹ As comunidades católicas, organizadas na região onde estão os projetos de barragem, principalmente através dos grupos de reflexão e da atuação dos padres, tem sido fundamental na articulação de movimentos populares, incluindo o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

⁶⁰ De acordo com relatório de pesquisa do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre as Comunidades atingidas por barragens da UFV, os estudos realizados pela empresa de consultoria na “Área Diretamente Atingida” (ADA) são generalizados, valorizam o empreendimento e desvalorizam as propriedades daqueles que serão atingidos. Assim, a leitura que se faz, para os que desconhecem a realidade da agricultura familiar, é a de que moram na região 133 famílias em terras da pior qualidade e que ali vivem praticando agricultura de forma irrisória” (ROTHMAN et al. 1999).

⁶¹ Destaca-se a participação de Jadson, filho de proprietário atingido, na organização da ACPAM.



Foto 12 - Reunião da ACMAP na escola da comunidade Casa Nova, durante a preparação para a audiência pública sobre o projeto UHE Pilar.

Pelos dados do questionário, verificou-se que a grande maioria (94,4%) das famílias participa da ACMAP (Quadro 48A). O argumento mais evidente para as finalidades desta organização (para 30,7%) é a necessidade de resolver os problemas relacionados ao projeto UHE Pilar. O Quadro 50A demonstra que mais de 75% das famílias possuem mais de um membro participando das atividades da Associação. O Quadro 51A demonstra que quase 90% das famílias participam das atividades desde que elas se iniciaram, em 1996. Este fato revela o grau de mobilização da comunidade nas discussões relacionadas à possibilidade de mudança em suas vidas.

Para mais de 50% dos entrevistados, a Associação foi criada por causa do projeto de barragem (Quadro 52A), e já conseguiu resolver algum problema da comunidade, como o indeferimento do projeto Pilar no ano de 1999 (Quadro 54A). Este sentimento pode ser expresso na palavra de dois entrevistados: “Tivemos bons resultados contra a barragem, senão ela tinha sido construída”. “Estamos confiando que este problema está resolvido, não terá a barragem”⁶².

A história deste processo é apresentada por uma das lideranças da comunidade, durante a entrevista semi-estruturada.

No início quando veio um engenheiro da empresa e falou pra nós sobre a barragem. Foi o máximo, todo mundo achava que

⁶² Em 2001, a empresa ALCAN (Ouro Preto) sinalizou a possibilidade de retornar o processo de licenciamento ambiental para construção da barragem. Desta vez, a empresa não está consorciada com a FIAT. A comunidade começa novamente a se mobilizar no sentido de impedir a construção da usina.

a barragem ia ser boa, falava que ia ser muito bem organizado, até ai agente não valorizava o que a gente tem, não sabia que viver do jeito que nós vivemos era tão valorizado. Nós via o rio, mas nós não sabia da beleza, a gente não parava pra lembrar quanta coisa boa a gente tem aqui. Quanto nós somos solidários uns com os outros, o quanto que essa comunidade é importante, que esse rio é bonito, nosso lazer entendeu. Até aí nós não sabíamos disso, depois quando eles (os técnicos da empresa de consultoria) vieram fazendo um monte de perguntas, que a gente foi reparando os tipos de perguntas. Porque até então, aqui não mora ninguém de fora, não tem ninguém estudado, de nível superior, que pudesse ensinar a gente. Os que sabem melhor, também não interessavam em falar nada.

Então, a gente vivia aí, nem comentava nada não, nem pensava em defender nada. Não discutia por conta de nada. Então a gente achava que nós íamos mudar daqui, ter dinheiro, uma casa boa. No meu caso, comprar um sítio perto da cidade. Nós sonhava, pode perguntar. Só não teve sonho as pessoas mais velhas, os idosos que nunca saíram daqui, nem pra ir pra Ponte Nova. Estes entraram em depressão, foi a maior dificuldade, só de pensar em mudar daqui. Porque as pessoas idosas, eles não tem ilusão em ter dinheiro, tem medo de sair, de não saber viver em outro lugar. Agora nós mais novos, (ihhh!), conversa pro cê vê, com as mulheres da minha idade, todos viviam com ilusão, todos achavam que era dinheiro demais, iam pagar muito, a gente achava que ia controlar de uma vez a nossa vida. Depois os técnicos começaram a vir muito, vinham medir terreno, depois vinham fazer mais pergunta e voltava de novo.

Depois quando teve reunião com o Padre Gilberto⁶³, vieram falar que a coisa não era tão simples assim. Quando a gente começou a acompanhar o movimento, ir em reuniões, encontros de atingidos por barragens, cada um contava sua história, ai cada um de nós foi se convencendo de que não era essa maravilha, não era isso. Depois, uma coisa que enriqueceu muito, foi a primeira caminhada dos atingidos por barragens de Ponte Nova até Congonhas, aquela caminhada enriqueceu demais (Mulher, Líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

As reflexões advindas da situação dos jovens e dos adultos da comunidade sobre o processo vivido, desde o surgimento do projeto até a atualidade⁶⁴, e descritas aqui, foram introduzidas a partir de três autores⁶⁵ que

⁶³ Nome fictício de um padre da região próxima, que, sabendo da notícia, se reuniu com a comunidade para iniciar a reflexão sobre o projeto.

⁶⁴ A atualidade é representada pelo momento em que os dados desta pesquisa foram coletados.

⁶⁵ Um antropólogo, um educador e um editor da revista FASE, respectivamente Aurélio Vianna; Jean-Pierre Leroy e Ricardo Tavares.

estudam os impactos dos projetos de barragens sobre as populações ribeirinhas.

Em outros locais do País, onde os atingidos por barragens estão organizados, a presença da Igreja sempre se destacou, pela sua ação junto aos atingidos. “As romarias, as missas, a presença constante dos padres e a celebração de missas e cultos perpassam as atividades do movimento. Além disso, a organização social preexistente em torno da religiosidade tem sido fundamental na articulação dos movimentos”, conforme salienta VIANNA, LEROY e TAVARES (1990:57): *“a participação dos religiosos e a importância da religiosidade no movimento não se dão apenas ao nível organizativo, mas também na visão de mundo que orienta os camponeses”*. A defesa dos locais sagrados (como o Cruzeiro em Casa Nova), mais que um respeito à tradição, *“é uma forma de manter a visão de mundo que os orienta”*.

O papel da assessoria, que se coloca como aliada das populações atingidas, tem destaque e é de fundamental importância, pois ela qualifica as populações atingidas e contribui no poder de negociação, entre atingidos, empresas e governo:

Ao longo desse processo, as assessorias têm um papel relevante. Pois os camponeses se organizam e lutam contra um adversário que planeja em longo prazo (de 5 a 30 anos), contrata consultorias em todas as áreas, forma a opinião pública na defesa de um tipo de progresso e controla a informação. Controla e esconde pois, mesmo com a garantia constitucional do acesso à informação, informações estratégicas continuam sendo não democratizadas pelo setor elétrico. Em vários casos, o acesso ao Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - foi negado aos movimentos enquanto deveria ser discutido em audiência pública. Se em outros movimentos a informação técnica não é fundamental, nesta luta contra barragens é imprescindível. A assessoria tem destacado papel na informação, levar a notícia do planejamento da construção de uma hidrelétrica, e mais, num momento inicial, efetuar a tradução desta linguagem "técnica" do setor elétrico e, posteriormente, introduzir esta nova linguagem no vocabulário dos camponeses. O assessor tem então o papel delicado de introdutor a um universo político-técnico novo para os camponeses e de mediador entre esses dois universos, com suas forças, cultura e racionalidade próprias. É uma tarefa delicada pois implica o risco de dar uma direção subliminar ao movimento (VIANNA, LEROY e TAVARES, 1990:56).

Os depoimentos dos jovens e da liderança sobre a importância da organização da comunidade na ACMAP revela de que maneira a assessoria

contribuiu para a autoconfiança, dignidade, solidariedade, mobilização e organização dos atingidos, e ao seu senso crítico e a sua capacidade para reivindicar seus direitos às empresas e ao governo:

Eu acho o movimento de atingidos contribuiu muito, porque a nossa comunidade, antes deles nos alertarem, que a empresa estava vindo, ela estava desunida. Depois ao ouvir falar da barragem, nós nos unimos mais ainda, muito mesmo, pra lutar, lutamos e a primeira etapa vencemos, e pretendemos continuar lutando para que ela não volte (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

Acho que mudou muito com essa questão da barragem. Você vê que o povo ficou bem mais desacomodado. Você vê que a pessoa parece que não pensava assim em tantos problema né. Porque problema toda família, toda comunidade tem, e com o mundo de hoje, os problemas sempre estão aparecendo, né, sempre está tumultuando mais. Mas no caso da barragem que apareceu, quer dizer que os problemas aumentaram muito mais, assim esta preocupação de andar, de sair pra uma reunião em Belo Horizonte, num lugar em outro (Pequeno proprietário, 53 anos, membro da ACMAP).

Acho que o movimento de atingidos modificou muito nossa comunidade. Houve uma evolução do povo, hoje eles não têm medo de falar, não tem medo de questionar um assunto. Por exemplo, se você vai falar com eles uma coisa que você está querendo descartar o movimento, não dar apoio mais, a maioria sabe combater o que está errado, perderam o medo, são pessoas que não sabem escrever o nome e eles entram lá e fala, pode não falar direitinho, mas sabe questionar (Proprietária, 63 anos, representante da comunidade no conselho do PRONAF).

Os depoimentos das lideranças e as reflexões pelos autores citados permitem algumas observações sobre o papel das assessorias como “agentes mediadores” durante os planos de construção da UHE Pilar: sua presença colocou a comunidade diante de novas relações, ampliaram-se as experiências da comunidade; a ampliação da organização comunitária e o processo de formação desenvolvido durante o período, contribuíram para a construção de uma identidade coletiva de atingido e da necessidade de políticas voltadas para os pequenos agricultores; a presença marcante da Igreja contribuiu muito para a consciência da defesa dos aspectos das tradições culturais; as reflexões sobre a relação das famílias com o rio e com a terra despertaram a consciência ecológica; o processo todo estimulou maior proximidade dos familiares que vivem no meio urbano (apesar das distâncias, a solidariedade dos familiares); e, por último, as reflexões sobre a perspectiva de perdas culturais com a conseqüência da construção da barragem contribuíram para o resgate da auto-estima, da valorização da vida e das pessoas que vivem no local.

CAPÍTULO IV

5. ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS JOVENS

O quadro com os campos de possibilidades definidos na metodologia passa a ser apresentado com o objetivo de analisar quais as opções dos jovens para a construção de seus projetos de vida. Buscou-se identificar os aspectos próprios da ‘cultura de origem’ e da ‘cultura urbana’ presentes neste quadro sócio-histórico, que auxiliam na formulação e implementação dos projetos dos jovens⁶⁶.

Com base no conceito “campo de possibilidades”, buscou-se delinear o que aqui denomina-se campos de atração e de expulsão rural e urbana, categorias analíticas construídas com base nas respostas dos entrevistados da comunidade de Casa Nova. Estes campos são aqueles que estão contextualizados a partir do conceito de campos de possibilidades, ou seja, “aquilo que é dado com as alternativas construídas do processo histórico”. É inicialmente, a partir das avaliações e definições desta realidade, que os jovens formulam seus projetos de vida.

No primeiro momento, a idéia foi situar, em cada campo, os fatores ‘atrativos’ ou ‘expulsivos’, não levando em consideração se são condições existentes ou potenciais. A idéia inicial foi colocar, em cada campo, o que os entrevistados disseram e que são fatores de atração ou de expulsão.

O primeiro a ser apresentado é o campo de atração rural, ou seja, o conjunto de condições elaboradas a partir das falas dos próprios entrevistados, que contribuem para que os jovens permaneçam no meio rural:

⁶⁶ Os dados foram recolhidos através da observação participante realizada durante o trabalho do pesquisador (de assessoria) e durante os dois momentos de coleta de dados desta pesquisa (questionário e entrevista semi-estruturada). Todos os fatores presentes em cada campo, foram identificados nos dados coletados.

Atração Rural	Expulsão Rural
Expulsão Urbana	Atração Urbana

Quanto à percepção das condições existentes, o direito à terra, ou seja, espaço de moradia própria e de produção, proporciona trabalho para os membros da família. Cada um tem mais autonomia sobre o trabalho, o qual se apresenta menos rígido. O horário de trabalho é organizado de forma diferente do trabalhado urbano. As relações de parentesco e vizinhança geram segurança. A vida comunitária proporcionada pelas organizações religiosas e sociais é ativa. A vida rural é mais tranqüila que a da cidade. No meio rural de Casa Nova, não há trânsito intenso, a violência que gera insegurança quase não existe e todos se conhecem. Quanto à percepção das condições reivindicadas ou potenciais, as benfeitorias públicas, como estradas, transporte, áreas de lazer, escola, eletricidade, são condições que podem proporcionar uma vida melhor para os habitantes locais. As políticas sociais, como a aposentadoria, contribuem para a manutenção básica da família, bem como os programas governamentais, como o Bolsa-Escola e o PRONAF.

Em Casa Nova, alguns aspectos são destacados pelos entrevistados como favoráveis à permanência dos jovens no meio rural. A escola básica de 1ª à 4ª série na própria comunidade e de 5ª à 8ª série em Córrego São Joaquim facilitam o acesso neste nível. As opções de lazer, como o futebol, o forró, o rio e as tradições locais, são aspectos que contribuem na identificação dos jovens com a “cultura local”. A possibilidade de acesso às informações de massa via televisão e rádio “ligam” diariamente o “mundo rural ao mundo urbano”. As atividades proporcionadas pelas Igrejas, e neste caso pela Igreja Católica, contribuem com as relações familiares e sociais da comunidade.

O segundo campo a ser apresentado é o da expulsão rural, ou seja, processos e condições sociais que impedem, que dificultam a permanência dos jovens no meio rural. As condições que proporcionam a expulsão foram elaboradas a partir das falas dos próprios entrevistados:

Atração Rural	Expulsão Rural
Expulsão Urbana	Atração Urbana

Os fatores emergem de forma diferenciada, ou seja, há que se levar em consideração as condições socioeconômicas dos entrevistados: “proprietários”, “pequenos proprietários” e “não-proprietários”. A falta de terra ou a pouca terra, por exemplo, “dificulta as divisões de herança”, “nem todos os filhos são beneficiados com esse processo”. Quando ocorre a divisão de uma propriedade pequena, o tamanho da “nova propriedade” se torna insuficiente, não sendo possível a reprodução da nova unidade familiar. A falta de investimento dos “proprietários” e do governo em tecnologia e a pouca inserção no mercado impedem a geração de emprego e o desenvolvimento local. Além do mais, a dificuldade em ganhar dinheiro e a precarização do trabalho rural, aliadas à falta de profissionalização, têm desmotivado os jovens a permanecer trabalhando no meio rural. Em Casa Nova, poucas famílias são beneficiadas pelo PRONAF. O acesso ao ensino médio e superior é urbano e distante, dificultando aos jovens almejam este nível de escolaridade. Soma-se a isto o fato de que o nível de ensino das séries iniciais aplicados no meio rural não é o mesmo oferecido pelas escolas urbanas. Os jovens que pensam em fazer algum curso superior têm que mudar para as cidades maiores. A assistência técnica agropecuária disponível às famílias de Casa Nova é insuficiente, e inadequada, não correspondendo às expectativas dos trabalhadores rurais. Os jovens não possuem tantas alternativas de lazer como os jovens urbanos (barzinhos, cinemas, teatros, danceterias, shoppings, parques, zoológicos, dentre outros). No contexto familiar, a autoridade paterna em Casa Nova impede a autonomia financeira e a “liberdade” dos filhos. O acesso aos meios de comunicação, especialmente a televisão, influencia as idéias e o comportamento das pessoas, principalmente para o consumo de bens.

O terceiro campo é o da atração urbana, ou seja, processos ou condições sociais que motivam os jovens a deixarem o meio rural:

Atração Rural	Expulsão Rural
Expulsão Urbana	Atração Urbana

O primeiro aspecto é a busca de autonomia financeira. Os jovens almejam um emprego com salário fixo, onde a oferta de trabalhos menos “duros” é maior. Na cidade estão em contato com tecnologias modernas, principalmente no trabalho (acesso ao computador, à internet, aos caixas

eletrônicos, telefone celular, dentre outros). Existe a possibilidade de acesso a bens materiais almejados pelos jovens (“andar bem vestido”, “andar na moda”). É possível ter acesso à escolaridade superior, buscar uma profissionalização. As opções de lazer são maiores. A migração é facilitada por familiares, ocorrendo em etapas.

O último campo, o da expulsão urbana, é o processo ou a condição social que motiva os jovens a deixarem a cidade ou nem mesmo experimentarem viver neste meio:

Atração Rural	Expulsão Rural
Expulsão Urbana	Atração Urbana

De modo geral, o sonho da escolaridade superior é inacessível. A pouca escolaridade proporciona empregos precários, subempregos e insegurança de viver na cidade. O desemprego e, ou, o trabalho urbano possuem normas mais rígidas e os salários são baixos. As de moradias, em sua maioria, são precárias e nas periferias, local de maior violência urbana, e próximas de situações como o narcotráfico. As relações familiares ficam desestruturadas, as pessoas perdem as práticas culturais do local de origem, muitas vezes até a prática religiosa. A vida urbana é mais agitada (trânsito, poluição). Todos estes fatores foram apresentados pelos entrevistados e demonstram a dificuldade de permanência ou de mudança para o meio urbano.

Considerando os quatro campos, ao fazer a comparação entre aspectos rurais e urbanos, foi possível observar que há nas citações, diversos aspectos que estão orientados pela “cultura moderna”, o que leva a inferir a predominância da “cultura moderna” sobre esta comunidade, principalmente sobre os jovens.

Após a descrição dos campos que formam o quadro de “campos de possibilidades”, verifica-se que os processos e as condições de atração e expulsão rural, como contexto real e idealizado pelos entrevistados da Comunidade Casa Nova, são os fatores com maior número de referências apresentado pelos entrevistados. Se forem separados dos dados coletados apenas aqueles pertencentes ao presente contexto, o campo de expulsão se destaca. Porém, com a chegada do projeto de barragem, esta realidade se modifica.

Na perspectiva da expulsão, o projeto de barragem destoa do processo “sócio-histórico” construído pelas gerações antecessoras:

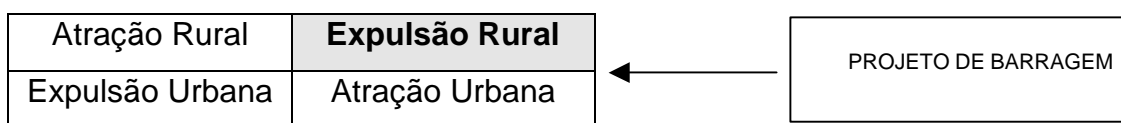


Figura 4 - O projeto de barragem pode ser fator de expulsão da população.

Projetos de construção de barragens colocam as famílias em situação de “risco”, geram conflitos internos por interesses diversos e criam a sensação de insegurança, na medida em que o “novo” é desconhecido pelos moradores⁶⁷. O jovem que busca uma alternativa de trabalho vê na possibilidade de construção da barragem a oportunidade do emprego⁶⁸. Aqueles sem perspectivas de permanecerem no campo, principalmente pela falta de terra, vêem nesta situação a oportunidade de se mudarem para a cidade, com toda a sua família (uma vez que boa parte relata o “apego” que possuem a seus pais). Para os filhos de “proprietários”, a possibilidade de a família receber uma boa indenização facilita seus projetos de se mudarem para a cidade, sem a perspectiva de retorno.

Diante do quadro de atração/expulsão, o projeto de barragem surge como elemento novo que vem modificar as possibilidades de viver no universo rural ou no universo urbano:

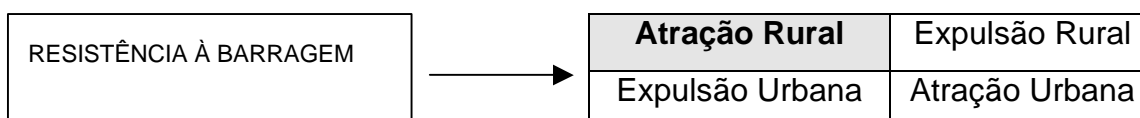


Figura 5 – A população local resiste ao projeto de barragem.

⁶⁷ A experiência vivida por outras comunidades, apresentadas pelos atores externos (assessores do MAB e entidades de apoio), confirmou a sensação de insegurança.

⁶⁸ A experiência em outros projetos de barragens indica que, na maioria das vezes, a empresa construtora contrata mão-de-obra qualificada de outros lugares para assumir tal atividade. Os projetos de barragem não garantem tantos empregos para as populações locais, como afirmam as empresas interessadas no projeto.

Com base nas entrevistas, identificam-se os seguintes novos aspectos na área da atração rural: o surgimento do projeto de construção de barragem fez com que a comunidade Casa Nova, auxiliada por atores externos (assessoria da UFV, membros da ASPARPI, padres da Igreja Católica), intensificasse sua organização religiosa, através de diversos organismos e ritos da Igreja (pastorais, grupos de reflexão, celebrações, dentre outros) e associativo-política, através da organização da ACMAP. Os próprios contatos com os atores externos, grupos de assessorias, técnicos da empresa, dentre outros, ampliaram as relações sociais e modificam a conduta das pessoas. De acordo com os jovens, ampliaram-se os laços de amizade e caminha-se cada vez mais para consciência crítica em relação ao contexto de desenvolvimento, principalmente relacionado à produção e à geração de energia. Este processo, gerou desacomodação (as pessoas sentiram a necessidade de participar, de estar junto, de defender os seus direitos), despertou a consciência ecológica e confirmou o “enraizamento” das pessoas idosas, que não desejavam ser realocadas para outras regiões.

Dentro dos objetivos propostos, iniciou-se este trabalho com a hipótese de que, em relação às diferentes gerações, jovens e adultos podiam não estar compactuando com as mesmas idéias em relação à construção da barragem. Sendo assim, este momento teve como ponto de partida, as opiniões dos jovens sobre o projeto de barragem, e o modo como as lideranças locais (adultos) perceberam o posicionamento dos jovens quanto à questão. Um dos objetivos da pesquisa foi verificar como os jovens estão traçando suas estratégias em relação às formulações de seus projetos de vida, visto que, como apresentado nos dados anteriores, as ações/escolhas sofreram alterações com a possibilidade de implantação do projeto de barragem.

Apresenta-se, a seguir, a argumentação de dois jovens, um que inicialmente disse haver posicionamentos diferentes entre jovens e adultos, e outro que se demonstrou a favor do projeto:

“Eu acho que antes, quando surgiu esta história da barragem aqui, a opinião dos jovens foi diferente dos adultos. Foi de pensar “ah vai ter uma represa aqui, vai ficar bom”, “ouviu no rádio que ia ter uma barragem, ela vai encher e acabar com isso aqui”. O modo de pensar era, no caso, “nós vamos pra uma cidade pequena, nós vamos ficar todos juntos”. Ninguém pensava que poderia colocar um aqui e outro longe, né. Depois da reunião é que começou a entender, “falou não”, o caso é

muito diferente, “não é que vai sair uma represa, que vai ficar uma fileirinha de casas no mesmo lugar, na mesma comunidade não” (Filho de pequeno proprietário, 16 anos, estudante da 8ª série).

“Eu vejo que uma barragem pode até acontecer, acho que precisa. Mas não que seja grande demais. Uma que não prejudica muito o pessoal. Eu acho que é bom fazer sim. Mas sem prejudicar muito o pessoal. Porque tem como fazer sem prejudicar muito. Igual a que estavam querendo fazer lá em baixo, iria prejudicar o povo inteiro da comunidade” (Filho de pais aposentados, “pequenos proprietários”, 28 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

Como se pode notar, a argumentação do primeiro jovem indica consciência sobre o problema no início do processo, diferente entre pais e filhos, mas que mudou ao longo do processo de esclarecimento. O entendimento é de que os jovens queriam o projeto, talvez pela oportunidade de lazer que o lago poderia proporcionar. Há uma ingenuidade no caso, pois muitos jovens poderiam não ficar morando na região próxima do lago. Posteriormente, houve uma mudança na forma de pensar dos jovens, como aconteceu com os adultos, na argumentação das lideranças sobre a história do projeto, no início do trabalho. Há também, na fala do jovem, a demonstração de que as condições precárias dos agricultores poderiam ter feito alguns jovens pensar que a saída daquele lugar representaria uma situação de vida um pouco melhor. A expectativa de ir pra cidade é claramente demonstrada pelo jovem. O argumento de que todos poderiam mudar, mas continuarem juntos, “ficar uma fileirinha de casa no mesmo lugar na mesma comunidade”, pode ter sido dos agentes das empresas, citando exemplos de outros reassentamentos em vilas.

Em relação ao segundo argumento, o jovem parece ter tido a impressão de que a barragem não seria tão grande a ponto de prejudicar as famílias da comunidade. A “barragem pode ser construída, mas não poderia prejudicar a comunidade toda”. Aqui há falta de informações mais consistentes sobre o processo de produção de energia, ou seja, como é uma Usina Hidrelétrica e todas as suas “conseqüências”.

Apresentam-se, a seguir, alguns depoimentos que contêm dos jovens argumentos contra o projeto de barragem:

“Os atingidos aqui tem que lutar contra né, pra barragem não sair. Porque se sair principalmente pros mais velhos, eles vão sofrer muito. A luta contra a barragem, é uma coisa difícil pras

peessoas vencer né, porque as pessoas com quem a gente está lutando contra eles, são pessoas ‘fortes’” (Filho de pais aposentados, “pequenos proprietários”, 28 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

Nessa fala do jovem, o uso da terceira pessoa em vez da primeira revela inicialmente um distanciamento do jovem do próprio problema, como se ele não estivesse inserido no processo. *“Os atingidos aqui tem que lutar”*. Como é um jovem que migra para a cidade e retorna com uma certa frequência para o meio rural, talvez isto possa servir de justificativa para o seu posicionamento distanciado. Fica também evidente o seu “sentimento de inferioridade” em relação ao poder econômico das empresas: *“é difícil vencer (...); são pessoas fortes”*. Outro argumento:

“Esta barragem tem muitos anos, desde que eu era muito pequeno, meu pai falava assim, “eles estão animados a fazer uma barragem aqui nesse lugar, aqui onde nós mora”, aí eu falei, “isso aí não sai não!”. Até que um dia meu pai foi na cidade e voltou dizendo: “é Zé, a barragem agora vai sair mesmo”. Eu disse: “Isso aí não sai não meu pai”. (o pai) “Sai, agora eles vem mesmo”, aí começou. Os caras chegaram de carro, na casa da gente medindo tudo. Aí eu falei: “é, agora vai sair mesmo”. Meu avô coitado, ficou tristão mesmo. Depois que começou a reunião, os caras evaporou mesmo. Muita gente aqui fala: “esse ‘trem’ sai”. Outros esse “trem não sai não”. Tenho fé em Deus que esse ‘trem’ nunca há de sair” (Filho de não-proprietário, 20 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

A idéia de se construírem barragens na região é de fato antiga. Segundo o sociólogo Ricardo Ribeiro⁶⁹, desde a década de 60, a pedido do Governo Federal, se tem notícias de que um grupo de canadenses veio identificar o potencial hídrico do Estado de Minas Gerais. As gerações idosas foram repassando esta história para as gerações mais novas. A fala do jovem revela haver, de alguma maneira, diálogo entre as gerações e a confirmação deste fato. A organização da comunidade, através das reuniões, tem contribuído para a superação das dificuldades, facilitando o enfrentamento do problema. Desta forma, os atingidos adquiriram consciência do risco; o processo gerou mais segurança nas pessoas da comunidade; e, por fim, o posicionamento contrário do jovem imbricado de religiosidade e a efetivação do projeto de barragem.

⁶⁹ Palestra realizada durante o Encontro Regional dos Atingidos por Barragens da Zona da Mata Norte, em Ponte Nova - MG, no ano de 1997.

Alguns depoimentos revelam uma percepção de que alguns jovens e adultos tiveram os mesmos posicionamentos,

“Quando começou a história de barragem aqui, estava todo mundo junto, tanto os jovens, como os adultos, todos sempre pensaram igual. Nenhum jovem ficou pensando diferente dos pais” (Filho de pais aposentados, “pequenos proprietários”, 28 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

“Eu acho que a juventude e os adultos sempre pensaram iguais em relação a questão da barragem. Que eu saiba nenhum jovem desta comunidade disse que queria que essa barragem saísse, nunca ouvi. Nem por causa da questão do emprego, do trabalho, até porque alguns saem mesmo e outros já não liga! Eu acho que os jovens se preocupam muito pouco. Não sei se é porque eles já pensam em mais tarde ter que partir pra cidade!” (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

O destaque desses depoimentos é o aspecto contraditório em relação ao anterior de alguns jovens, que eram a favor do projeto de barragem. Ocorreu aqui o “ocultamento” das tensões existentes entre jovens e adultos, uma vez que houve, durante o processo de licenciamento, uma forte argumentação das lideranças locais, religiosas e dos agentes externos, contra a viabilidade deste projeto de barragem.

Na segunda fala, além do fato já questionado anteriormente, destaca-se o fato de que alguns jovens deixam o meio rural independente do projeto de barragem, indiferentes em relação ao problema que afeta a todos.

Concluindo, é possível dizer que, coletivamente, os jovens manifestaram-se contrários à construção da barragem. Individualmente é possível identificar que no início do projeto alguns jovens, que tinham posicionamentos a favor do projeto, mas mudaram posteriormente, a partir do trabalho de reflexão da comunidade. Pode-se inferir que a presença da assessoria e a organização local da comunidade foram fundamentais para a afirmação dos valores locais, da ‘cultura de origem’.

Em relação às opções/escolhas, é possível inferir pelas argumentações que, para os jovens, o projeto de vida não parece mudar, pois a idéia de boa parte deles em se mudar para a cidade parece fixa. O ideal de “boa vida” é urbano e não rural, do campo ou do ambiente da natureza. A possibilidade do projeto de barragem reforça para alguns o argumento de ter que sair, devido às condições sociais locais e, ao mesmo tempo, uma ambigüidade; reafirma a importância do sentimento de pertencimento à ‘cultura de origem’.

Os dados sobre a saída dos familiares nos últimos cinco anos apontam uma diminuição na migração. Pode-se interpretar este fato como uma estratégia dos jovens de permanecer no local, adiando por um tempo seus projetos, até que o processo da barragem seja por todo definido. Entende-se que a presença da juventude nas fases de mobilização da comunidade faz parte do projeto coletivo de garantir inicialmente a resistência e, posteriormente, o “poder de barganha”, para negociar com a empresa e o governo a situação das famílias da comunidade. Com esta argumentação, compreende-se que a luta contra a barragem e a favor de direitos trouxe novas perspectivas para os projetos dos jovens.

Os jovens de Casa Nova, numa demonstração de solidariedade, participaram também das manifestações ocorridas em outros municípios, como caminhadas, e audiências públicas. Outro fator presente na fala dos jovens é a insegurança de algumas famílias: não saber para onde ir, não saber se serão indenizados com justiça, principalmente os “não-proprietários”, que não foram identificados pelo empreendedor como diretamente atingidos e, portanto, não foram considerados elegíveis para indenização.

A apresentação que segue tem como propósito refletir sobre os projetos individuais dos jovens⁷⁰ e suas estratégias. Identifica-se, entre os principais objetivos, a oportunidade de estudar, de conseguir um bom emprego, trabalhar e casar:

“Eu quero ter um futuro melhor do que o futuro dos meus pais, porque eles não tiveram a oportunidade de estudar, e agora nós estamos tendo. Eu sonho com um futuro melhor, ser alguém na vida”. (Filha de “pequenos proprietários”, 15 anos, estudante da 7ª série).

“Meu sonho pro futuro é continuar estudando, me formar e trabalhar na cidade. Deus ajudando, conseguir um pouco mais de recurso e conforto. Eu já pensei estudar pra agrônomo, eu continuo estudando no ensino médio, mas depois eu posso mudar meu pensamento. Vou trabalhar na cidade ou no caso se eu não tiver como trabalhar lá, fico aqui mesmo, eu gosto daqui, é um bom lugar, de terras férteis” (Filho de pequeno proprietário, 16 anos, estudante da 8ª série).

A fala acima revela o que já é experimentado por outros, “caso eu não tiver como trabalhar lá, fico aqui mesmo”, e conclui com um sentimento de satisfação, de certa forma: “gosto daqui, é um bom lugar, de terras férteis”.

⁷⁰ Cf. VELHO 1994.

“Eu gostaria de trabalhar, eu gostaria de ter estudado um pouco mais, pra trabalhar numa coisa um pouco mais fácil, ter uma vida decente, porque a vida na roça é muito pesada” (Filha de proprietário, 23 anos, analfabeta funcional).

“A vida na roça é muito pesada”, argumenta uma jovem, que vê nos estudos uma estratégia de mudança, porém as condições familiares e de localização da escola não permitiram a continuidade do estudo:

“Em termos de trabalho no futuro, eu pretendo aprender a mexer com computador, computação. Não sei por que. Mas eu tenho uma irmã, aliás, outras duas irmãs que formaram. Eu não sei se é bem por causa disso, mas eu gosto, eu tenho vontade de aprender e com esse aprendizado passar a fazer alguma coisa que tenha valor pra mim” (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

O argumento desta última jovem revela, com maior clareza, a motivação do jovem orientado pela “cultura moderna”. Saber “mexer” em um computador é visto como opção de futuro, demonstrando que os jovens estão atentos às inovações da tecnologia e também desejam ter acesso a ela.

As falas acima indicam claramente a educação como estratégia de profissionalização, de aquisição de um bom emprego e de possibilidade de ascensão social. No depoimento a seguir, vê-se que a estratégia é conseguir um bom trabalho e retornar posteriormente. Pode-se argumentar que esta é uma nova estratégia:

“Meu sonho é de arrumar um emprego bom, trabalhar pra vê como é que faz com a vida...tem um primo meu que falou que vai arrumar um emprego pra mim, pra trabalhar numa madeireira. Eu pretendo sair, mas eu não pretendo ficar lá não, pretendo ficar na roça, porque o melhor lugar que tem é aqui na roça” (Filho de não-proprietário, 20 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

A idéia de casamento, como projeto, foi sinalizada pelos jovens, principalmente pelas mulheres entrevistadas:

“Eu pretendo casar, o sustento da casa virá do meu trabalho” (Filha de “pequenos proprietários”, 15 anos, estudante da 7ª série).

“Eu pretendo casar, ter uma família, pretendo saber educar meus filhos, pretendo entender eles, como alguma parte que não fui entendida. Não sou compreendida em casa. Acho que família é uma coisa muito boa, então eu pretendo construir uma. Depende de eu achar uma pessoa que me ajude a fazer isto. A sustentação da minha casa, virá do meu trabalho, tem que trabalhar para sustentar, tentar dar a melhor base, o

melhor sustento para a família” (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

Esta jovem revela em parte a relação tensa dos pais na educação dos filhos, “em alguma parte não fui entendida”. Mas tem como base os valores familiares:

“Meu sonho pro futuro é casar, ter uma família, ser uma pessoa honesta igual eu sou, tenho que mudar um pouco, deixar de curtir a vida. Pretendo ter uma vida legal, dar um futuro melhor pra minha família e viver bem”. (Filho de pais aposentados, “pequenos proprietários”, 28 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

O jovem acima, dentro da perspectiva de idade identificada pelas pessoas da comunidade, possui uma idade avançada. Este fator poderia diferir da lógica dos jovens no meio rural, que casam cedo. Este pode sinalizar um dado que já vem sendo analisado por outros estudiosos da juventude. A juventude na modernidade tem estendido cada vez mais sua vida de solteiro, principalmente no meio urbano.

Os rapazes mais novos não se manifestaram, mas não descartaram a vontade de casar:

“Por enquanto eu não pretendo casar. Eu ainda não tenho essa idéia madura na cabeça” (Filho de pequeno proprietário, 16 anos, estudante da 8ª série).

“Agora no momento eu não pretendo casar, quem sabe as vezes algum dia. Eu tenho que pensar muito na minha vida ainda, porque é difícil sustentar uma família, educar os filhos, se Deus ajudar que a gente tiver” (Filho de não-proprietário, 20 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

O argumento deste último jovem indica a dificuldade que é, na realidade vivida, sustentar uma família. Em relação à educação dos filhos, o argumento pode significar que educar os filhos é difícil, porque existem tensões e conflitos constantes entre pais e filhos, e isto não fôra revelado, ou pode ser que em relação ao projeto futuro, a sustentação financeira para estudar fora do ambiente rural é difícil para as atuais condições econômicas de sua família.

Antes de passar à reflexão juntamente com as categorias definidas na operacionalização das variáveis (Item 3.3), é importante relembrar o conceito de projeto expresso por VELHO (1994): “no nível individual lida com a *performance*, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”. Nos termos de Schutz, citado por

VELHO (1994), projeto “é a conduta organizada para atingir finalidades específicas”. As principais finalidades expressas pelos jovens de Casa Nova foram estudo, trabalho e casamento.

Diante dos campos de possibilidades anteriormente descritos, as opções são diversificadas, ou seja, estão de acordo com a trajetória de vida dos jovens. A viabilidade, como diz VELHO, “depende do jogo e interações com outros projetos individuais e coletivos”.

Ficou evidente nas falas dos “proprietários” o valor de ascensão social, maior que nas outras famílias. Isto foi notado durante as entrevistas, em função dos projetos dos pais para seus filhos. Os próprios filhos, por sua vez, não assumem a idéia de serem camponeses, e são logo motivados a deixar o meio rural para estudar. O estudo para estas famílias é considerado o caminho para se alcançar “uma profissão que dê dinheiro”. As profissões citadas como as melhores pelas famílias foram: medicina, direito e agronomia. O projeto individual está imbricado no projeto coletivo. Portanto, a tendência dos jovens, filhos de “proprietários”, é de deixar o meio rural, qualificar-se através dos estudos, posteriormente casar-se, permanecendo na cidade, para exercer a profissão a que se propôs. A autonomia, neste caso, em relação à família, está na possibilidade de sair para estudar. Caso contrário, se não estudar, permanecerá com a família para ajudar os pais na manutenção da unidade de produção.

Como diz VELHO (1994), existem diferenças de interpretação devido a particularidades de “status”, trajetória, de gênero e geração. Analisando aspecto de gênero, é possível observar, como apresentado nos dados, que, para as filhas, existe um prazo maior de permanência junto ao “núcleo familiar”; diferente do prazo de saída dos rapazes.

Em relação à geração, os “proprietários” são pais que possuem idades relativamente avançadas, e na casa de uma destas famílias não há acesso a bens de consumo comuns, como energia elétrica, conseqüentemente à televisão. Observa-se a forte autoridade dos pais sobre os filhos, especialmente sobre as filhas. Por exemplo, na resposta das filhas, os pais impedem a continuação dos seus estudos ou de sair de casa sem a presença deles. Por ser esta uma educação considerada rígida e tradicional, conforme citado por uma das entrevistadas, os projetos individuais das filhas apontam o casamento, como forma de buscar a sua autonomia.

Analisando a categoria de famílias de “pequenos proprietários”, identificam-se os seguintes casos: em relação ao projeto coletivo, a maioria dos pais faz a opção para que seus filhos deixem o meio rural, na perspectiva: de estudar até um nível que seja suficiente para arrumar um emprego, uma vez que a manutenção na cidade depende dos próprios jovens conjugarem estudo e trabalho. De um modo geral, na maioria das vezes, os irmãos que já estão empregados ajudam os irmãos mais novos que chegam, até que estes possam arrumar um trabalho e manterem-se. A estratégia familiar é de que os filhos, na medida que alcancem certa maturidade (responsabilidade), busquem alternativas para sua sobrevivência. Os filhos mais novos permanecem na propriedade ajudando os pais, até que possam buscar seu próprio trabalho e sustento. A definição de que, pelo minorato⁷¹, a pequena propriedade seria repassada ao filho mais novo, não foi demonstrada nas falas por nenhum dos entrevistados.



Foto 13 – Filho ajudando o pai, pequeno proprietário, durante uma atividade de reparo da cerca da propriedade, comunidade Casa Nova, Guaraciaba –MG.

Ainda em relação as famílias de “pequenos proprietários”, há também situações em que, num projeto coletivo da unidade familiar, os filhos mais velhos, os prováveis responsáveis pela manutenção da unidade produtiva na

⁷¹ Minorato refere-se à transmissão da propriedade ao filho mais novo da família. Para ver mais cf. ABRAMOVAY (1998).

ausência dos pais, se casam e passam a morar próximo da propriedade de seus pais.

Em relação ao projeto individual, a saída dos jovens para o meio urbano torna-se uma necessidade, uma vez que, no meio rural, não há terra suficiente para a reprodução social de todos os filhos. A preocupação maior dos jovens que deixam o meio rural está relacionada ao trabalho. A garantia de vida passa pela conquista de um trabalho. Por outro lado, a sustentação dos filhos que estão retornando para o meio rural é realizada por seus pais ou avós. Um bom número de pais está aposentado, proporcionando à família uma renda fixa que garante, pelo menos, acesso à alimentação. Para os jovens, filhos de “pequenos proprietários”, a autonomia em relação a família é adquirida com a saída para a cidade. Vivendo muitas vezes em situações de dificuldades na cidade, estes jovens colocam como opção em seus projetos a busca de uma companheira, sem a necessidade de formalizar o casamento. O importante é ter alguém para dividir a dura luta de se viver na cidade, muitas vezes sem escolaridade suficiente para arrumar um bom emprego.

Para alguns jovens, filhos de “pequenos proprietários”, há uma relação mais forte com a vida no meio rural, diferente da dos filhos de “proprietários”, que deixam o meio rural com o firme propósito de não retornarem por não quererem reviver como a maioria dos moradores a “dura vida do campo”. Os jovens, filhos de “pequenos proprietários” partem para a cidade com o projeto de conseguir um trabalho, juntar algum dinheiro, até que seja suficiente para voltar para o meio rural, e adquirir seu próprio “pedaço de terra”. Os trabalhos procurados por este grupo estão ligados, em sua maioria, ao setor terciário, como garçom, porteiro, etc. A questão é que muitas vezes as duras condições do meio urbano frustram este projeto.

Ao analisar as famílias de “não-proprietários”, há que se fazer a seguinte ponderação. Não possuindo terra própria, alguns moram nas terras de seus antecessores. Desta forma, poderiam estar identificados pela realidade próxima dos “pequenos proprietários”, uma vez que todos, mesmo possuindo futuramente um pedaço de terra, não se constituiriam em “proprietários”, de acordo com a categoria descrita. Já a situação de alguns “não-proprietários”, que não terão os benefícios da herança, em alguns casos somente a área de moradia, faz com que esta realidade seja um pouco diferente. Nessa categoria, o projeto coletivo é “mais duro” com relação às opções dos jovens e suas

famílias. O jovem, quando atinge certa idade, independente da escolaridade, parte para a cidade em busca de melhores situações. A família não tem como sustentar os filhos e esta se torna uma realidade urgente. Na cidade, qualquer subemprego é aceito pelos filhos, uma vez que sabem que no meio rural existem poucas alternativas para se sustentarem. Os pais e algum filho, que ainda permanece, em casa ou que retornou, trabalham para os “proprietários” como diaristas e, mesmo assim, apenas quando são chamados, constituindo, assim uma relação de dependência dos que possuem terra. Ficam na dependência de fazer também o que aqui se pode chamar de “bico”, a exemplo do que ocorre na cidade. Desta forma, a realidade rural, para os mais pobres, não é tão diferente em relação ao sustento material da família, se comparada com a realidade dos pobres no meio urbano.

O projeto individual dos jovens filhos de “não-proprietários” ou de “pequenos proprietários”, que migram para a cidade, está relacionado principalmente ao trabalho; a possibilidade de estudar é remota, uma vez que os trabalhos são “pesados”. Porém, o tipo de trabalho para estes jovens se diferenciam daqueles dos filhos de “proprietários”. O serviço na construção civil, como servente, de acordo com os entrevistados, é uma das opções mais regulares de trabalho para os jovens que migram. Nesta categoria, a relação com a família dos filhos que saem para a cidade é diferente das categorias de “proprietários” e “pequenos proprietários”. Dependência em relação a família só mesmo nas questões afetivas, pois nas econômicas elas nem são pensadas pelos jovens. Nem se trata de adquirir autonomia, ela é imposta.

CAPÍTULO V

6. OPINIÃO DOS PAIS SOBRE OS PROJETOS DE SEUS FILHOS

Este capítulo tem como objetivo analisar os projetos de vida idealizados pelos pais para seus filhos⁷². Mais da metade dos entrevistados com questionário (55,6%) disseram que os seus filhos não conversam sobre o futuro, ou seja, sobre seus projetos de vida (Quadro 60A). Apenas 33,3% disseram que sim. Ao serem questionados sobre a profissão que acham que seus filhos do sexo masculino terão no futuro (Quadro 61A), cerca de 33,3% responderam que serão profissões não especializadas na agropecuária; cerca de 16,7% disseram profissões não-especializadas, fora da agropecuária; quase 30% não deram respostas.

Em relação às filhas, não houve clara tendência nas opiniões dos pais sobre as profissões que acham que as filhas terão no futuro (Quadro 62A). No entanto, observa-se que, entre os que responderam profissões especializadas de nível superior fora da agricultura, as mulheres tiveram maior destaque, confirmando uma tendência que já foi avaliada sobre o nível de escolaridade das mulheres entrevistadas.

Também pode-se observar que os homens da comunidade migram mais que as mulheres e são citados pelos entrevistados como aqueles que precisam de maior escolaridade.

Em relação ao futuro dos filhos, em particular os mais novos, apenas uma minoria de entrevistados opinou e apenas uma família apontou uma profissão que deseja para seus filhos e que esteja relacionada às atividades agropecuárias. Pode-se inferir, em parte, que os pais também estão vivenciando um processo de descrédito na definição do projeto dos filhos, de

⁷² Os dados das principais tendências e estratégias identificadas foram retirados dos questionários da composição familiar e da entrevista semi-estruturada, realizados com os adultos e com os próprios jovens a respeito das opiniões de seus pais.

permanecerem no trabalho agrícola, uma vez que, de acordo com o tamanho da terra, não haverá condições para que os filhos mantenham a agricultura familiar como modo de vida. Também pode-se inferir que a possibilidade de escolaridade dos filhos mais novos abre outras opções, principalmente fora do meio rural. Em relação às filhas, as respostas também não demonstraram visão clara. Dos que responderam, 13,9% disseram profissões de nível superior fora da agropecuária.

Com base nas entrevistas semi-estruturadas, destacam-se as opções dos pais para o projeto dos filhos: primeiro, o estudo (o ensino básico deve ser realizado no meio rural e, depois, se quiser continuar estudando, muda-se para o meio urbano); segundo, os pais motivam seus filhos a saírem do meio rural para trabalhar (juntar algum dinheiro e, quando for possível, retornar); e a terceira opção, o incentivo ou mesmo a determinação para que os filhos permaneçam no meio rural (caso muito comum principalmente para as mulheres).

A primeira opção citada foi para que as filhas continuassem morando no meio rural, até onde for possível em relação ao oferecimento do ensino. Quando não for mais possível estudar próximo de casa, parte-se para outros lugares a fim de fazer um curso especializado e o superior. Seguem dois exemplos citados pelas jovens, sobre o que seus pais planejam para elas:

“Meus pais explicam que, o melhor pra gente, é estudar pra depois sair, porque o futuro aqui é bem diferente. Aqui é só plantar. Eu nunca sai daqui, só vou na cidade passear nas férias”. (Filha de não-proprietário, 15 anos, estudante da 7ª série).

“Minha mãe gostaria muito que eu saísse da roça pra eu me formar em alguma coisa, porque hoje em dia o estudo que tem em Guaraciaba, está sendo só em Ciências Contábeis (ensino médio técnico), e isso acaba não levando a lugar nenhum. Se a gente quiser um futuro melhor a gente tem que fazer outros cursos e tudo mais. Ela gostaria que eu saísse para me formar ter um futuro melhor”. (Filha de proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

A primeira entrevistada demonstra a preocupação que seus pais possuem para que ela permaneça no meio rural o máximo que for possível e estude antes de sair. A segunda entrevistada faz uma análise relacionada ao tipo de estudo. No questionário, seus pais expressaram o desejo de que ela fosse médica ou advogada. Estas profissões são as mais procuradas pelos

jovens urbanos. O ‘futuro melhor’ sinalizado pela jovem refere-se a profissões que dão retorno financeiro. Como se pode notar, as motivações de que fala a jovem, ou mesmo pela interpretação do desejo de sua mãe, estão relacionadas aos valores de “status” e poder aquisitivo. Essa resposta é uma indicação da tendência de que as famílias que vivem no meio rural estão cada vez mais orientados pela “cultura urbana”.

O jovem a seguir fala da preocupação dos pais: enquanto os filhos estiverem pequenos, eles devem permanecer com seus pais no meio rural. Aqui não se comentou a questão da escola, mas passou a idéia de segurança que o lar, na presença dos pais, pode representar para os filhos:

“Meus pais não motivam a gente a sair da roça. Ele sempre diz que, a casa que a gente criou os filhos e vive até a gente crescer, é o melhor lugar da gente morar. Não tem outro lugar melhor, a gente tendo um conforto dentro de casa, tem professor, tem tudo em casa, os pais são mais do que tudo isso” (Filho de pequeno proprietário, 15 anos, estudante da 8ª série).

As próximas duas colocações dos jovens sobre o que dizem seus pais indicam estratégias distintas de reprodução social. A saída para a cidade é opção influenciada pelas forças de expulsão do meio rural e de atração do meio urbano. E a idéia de permanecer no meio rural é pouco sinalizada pelos entrevistados jovens:

“Meus pais falam assim, “a gente está achando que você está ganhando pouco. Vai procurar alguma coisa, às vezes você encontra uma coisa melhor lá fora, se você não encontrar você volta, a gente vai estar esperando você encontrar uma coisa melhor, se você não conseguir você volta e continua com a gente aqui” (Filho de pais aposentados, “pequenos proprietários”, 28 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

“Minha mãe, fala assim, ‘meu filho você tem que ir, mas na cidade não é um lugar bom de você viver, é uma coisa só pra você trabalhar, é fazer alguma coisa pra você voltar algum dia, com o objetivo de fazer alguma coisa aqui.” (Filho de não-proprietário, 20 anos, escolaridade básica de 1ª à 4ª série).

Neste contexto, observando as falas dos pais a partir deste parágrafo, a roça tornou-se símbolo de dureza, sofrimento e carência. Portanto, eles constroem o sonho de que os filhos teriam uma vida melhor na cidade. Além do mais, a região está passando por um processo de “envelhecimento”, visto que as condições de permanência no meio rural para os jovens estão se tornando cada vez mais distantes. Como afirmam alguns adultos entrevistados, em

muitas propriedades está ficando apenas um filho para ajudar na manutenção da família. As respostas dos adultos, “não-proprietários” e “pequenos proprietários”, indicam a percepção de que, saindo do meio rural para a cidade, os jovens terão uma vida melhor:

“A questão de trabalho desses jovens, é só indo mesmo pra cidade. Os meus, eles só pensam, eu não sei se é porque os mais velhos (são só aqueles dois que estão em casa, no mais os outros cinco, são sete filhos e tudo homem) estão todos na cidade, não é que eles estão fazendo grande coisa na cidade não, mas os outros também já vão crescendo com aquela idéia, de deixar a roça algum dia e partir pra cidade” (Pequeno proprietário, 53 anos, membro da ACMAP).

Em relação ao futuro do meio rural, os argumentos foram os seguintes:

“Acho que mais tarde vai acabar ficando só os velhos e alguns que tão indo lá e que não estão se acertando, tem alguns voltando pra trás. Acho que vai ser desse jeito, você vê que já diminuiu muito o pessoal na zona rural. Aqui em nossos meios mesmo, você via que quase todo ano sempre casava alguém, sempre tinha uma casinha nova fazendo aqui, já faz tempo que não está surgindo uma casa nova aqui. Todos que vão embora, lá arrumam alguma companheira e casam. Pra roça são poucos os que estão voltando, a não ser alguns que vai lá e não está conseguindo nada”. (Pequeno proprietário, 53 anos, membro da ACMAP).

“Acho que no futuro, aqui na roça vai ter pouco morador. Quem está indo, se não aposentar e não voltar, daqui um tempo não tem ninguém mais. Porque veja bem, aqui tinha muitos moradores. Quantas casas estão fechadas? Quantas casas foram desmanchadas? Porque as famílias foram embora pra São Paulo, Belo Horizonte. Eu acho que se não reverter este quadro, não mudar esse jeito do pessoal da roça pensar, acho que vai ficar difícil” (Mulher, líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

Neste processo, a destruição do “mundo rural” é considerado inevitável. Um pai, pequeno agricultor, fala sobre a saída dos jovens do meio rural. A questão de gênero aparece. As mulheres são representadas pela expressão “porque são mais apegadas”:

“Acredito que alguns jovens da comunidade vão continuar morando aqui sim, mas acho que uns 50% não. Principalmente os homens, acho que vão embora. Porque as moças algumas continua, mas os homens estão ficando poucos. As moças, porque algumas, às vezes casa, parece que é mais apegada a família. E os homens, eles às vezes acham que falta espaço. Pelo menos eu não tenho condição de dar a um filho uma roça pra plantar, um lugar pra ele fazer uma casa, não posso ajudar

ele. Isso pode ser também um motivo da saída dos jovens, a falta de terra pra eles poderem ficar” (Pequeno proprietário, 53 anos, membro da ACMAP).

A noção de ‘apego’ referente às mulheres explicita a idealização de um papel feminino que informa o lugar das mulheres no lar, no trabalho doméstico:

“Meus filhos, acho que eles não vão fazer falta se ficar nessa roça aqui. A não ser que eles façam um estudo, que vai dar a eles a capacidade de formar uma nova roça, um novo jeito de roça. Se ficar aqui nessa roça, sair de manhã cedo com o pai deles, sair lá pra cima plantar milho, feijão, voltar pra casa de novo, vai lá faz um carvão, montam um fogão, mas não tem uma renovação, uma coisa melhor pra eles..., isso porque no caso nós não temos terra pra trabalhar, eu acho que vai ficando só os velhos e depois vai diminuindo. Como já diminuiu e a tendência é diminuir cada vez mais. Porque veja bem, eu com 33 anos, meu marido com 40, nossos filhos vão embora e fica nós casal. Atrás de nós tem muitos casais mais velhos, e todos os filhos já foram. Lá de casa, dos meus irmãos, só eu estou aqui na roça. No meu vizinho, que são 12 filhos, só tem um aqui na roça. Tem uma outra com 10 filhos, só tem um aqui na roça” (Mulher, líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

Estes dois últimos depoimentos revelam que a permanência dos jovens no meio rural está condicionada à falta de terra. Os outros argumentos sobre o futuro do meio rural são: *“Eu acho que se não reverter este quadro, não mudar esse jeito do pessoal da roça pensar, acho que vai ficar difícil”*; *“Pra roça são poucos os que estão voltando, a não ser alguns que vai lá e não está conseguindo nada”*; *“os outros também já vão crescendo com aquela idéia, de deixar a roça algum dia e partir pra cidade”*.

O seguinte argumento aponta a presença ‘indireta’ dos familiares que vivem no meio urbano e revela a relação cidade/campo, a possibilidade de inter-relacionamento entre os ‘locais’. Outra revelação, expressa no final da argumentação, é da necessidade de buscar na cidade a melhoria de vida que o meio rural não pode oferecer:

“Eu nunca vi um jovem falar de barragem. Mas eu tenho experiência pelos meus irmãos. Eles não querem a barragem. O pessoal de Guaraciaba é totalmente a favor da barragem. Meu irmão brigou, comprou briga com os outros lá em Guaraciaba. Os que moram na cidade e são daqui, lutam sim, Sabe por quê? Sempre que tem alguma coisa em BH, sempre pedem pra gente ligar, pra eles virem encontrar com a gente. Na audiência pública que teve lá, sabe aquele julgamento da FEAM, muita gente daqui que mora lá foi, carregaram faixas, gritaram junto da gente, partilhou. Então acho que mesmo que

as pessoas mudam daqui, não é porque não gostam do lugar não, os jovens também acham assim, porque se não, não iam pegar por este lado não” (Mulher, líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

O trabalho com os jovens explicita a preocupação da liderança da Igreja com o futuro das famílias da comunidade, principalmente se houver outro projeto de barragem:

“Sempre que eu fazia encontro com os jovens, eu perguntava, quando a gente cansar, vocês vão estar na luta pra defender nosso lugar, nosso rio? Eles respondiam, mais é claro, que nós vamos! Agora eu não sei no íntimo. Porque de repente em nossa reunião eles podem falar com você, mas comigo ele não vai falar, porque sabe que eu estou na luta. Eles sabem o que eu quero com o trabalho” (Mulher, líder da comunidade, 33 anos, esposa de não-proprietário).

“Eu penso que a possibilidade de ter a barragem deve ter mudado alguma idéia dos jovens sim, porque pode acontecer algum dia da barragem sair, quer dizer que eles já devem pensar em ter que deslocar da região que já estão acostumados” (Pequeno proprietário, 53 anos, membro da ACMAP).

De acordo com a maioria dos entrevistados adultos, há o consenso de que pais e filhos, adultos e jovens não tiveram posicionamentos diferenciados em relação ao projeto de barragem. Inicialmente, o projeto de barragem só confirmaria a tendência dos jovens e de suas famílias em relação aos projetos de vida individual e coletivo, “de deixarem o campo”. Há que salientar, conforme analisado anteriormente, que alguns jovens foram favoráveis ao projeto da UHE Pilar e talvez este fato não tenha sido explicitado pelos jovens aos adultos.

De acordo com a situação de dificuldades e a mensagem dos empreendedores, para muitas famílias de “pequenos proprietários”, a barragem poderia significar um ganho financeiro, uma mudança de vida. Porém, o projeto de barragem, depois da presença da assessoria, passou a ter outro significado para as famílias de Casa Nova. Foi neste processo de tomada de consciência, de defesa do modo de vida, ancorados na manutenção de valores e relações sociais que não poderiam ser realocados deste ‘espaço’, que houve uma mudança em seus posicionamentos, em suas atitudes, refletida nas respostas de jovens e adultos. Percebe-se que foi a partir deste processo de construção

de uma identidade coletiva de “atingidos por barragens”⁷³ que os laços de solidariedade preexistentes entre as famílias de Casa Nova ficaram ainda mais fortalecidos. Este processo, por sua vez, acabou influenciando as estratégias dos jovens e de seus pais para o cumprimento de seus projetos de vida.

O Projeto Pilar foi, num primeiro momento, indeferido, mas a comunidade permanece consciente de que a qualquer momento um novo projeto poderá surgir. Os projetos coletivos, alternativos – como o ecoturismo – passaram a ser estrategicamente pensados, para valorizar e potencializar o ‘local’. Desta forma, se projetos locais passassem a ser implementados, as condições socioeconômicas e culturais da comunidade estariam bem mais desenvolvidas, dificultando a implantação de outro projeto de barragem que viesse surgir.

Depois da primeira experiência, a comunidade, uma vez organizada em torno da associação de atingidos (ACMAP), passou a ser respeitada por sua consciência política e seu poder de mobilização. As famílias da comunidade continuaram com investimentos na produção agrícola e em benfeitorias, pois souberam pelo estudo de impacto ambiental anterior que todos os seus bens foram contabilizados. Num novo estudo, caso a barragem fosse aprovada, os valores a serem pagos seriam muito maiores do que no levantamento realizado quando do primeiro EIA/RIMA.

As atividades socioculturais, além de serem manifestações da cultura de origem⁷⁴, ao serem resgatadas, passaram a carregar na memória de todos o sentimento de pertencimento, o sentimento de unidade; mais do que isto, a simbolizar a resistência em relação à ‘cultura moderna’ trazida pela barragem, símbolo do processo associado ao moderno. Dessa forma, também as manifestações populares locais ganharam sentido, pois, através delas, a comunidade pode reivindicar, caso uma nova barragem seja aprovada, que estas manifestações continuem onde os “atingidos” forem ‘realocados’, ou seja, a proposta de reassentamento, indicada pelo movimento dos atingidos nacional e experimentada principalmente no Sul do País⁷⁵, como uma forma de a comunidade conquistar melhorias e não deixar nenhuma família injustiçada pelo processo, ganha ainda mais força, pois os “atingidos”, por suas

⁷³ Para uma discussão teórica desse conceito, veja MELUCCI (1996). Para a aplicação do conceito às populações locais afetadas por barragens, veja ROTHMAN (1993, 1996 e 2001).

⁷⁴ Nesta perspectiva, há o que THOMPSON (1950), denomina “função socialmente criativa da tradição”.

manifestações, demonstraram que apagar esta história cultural seria uma grande perda:

“...não vão pagar p’rá ninguém o preço de abrir a janela e ver o rio...”
(Pequeno proprietário, ex-presidente da ACMAP).

⁷⁵ A exemplo da experiência dos atingidos pela UHE Itá.

CAPÍTULO VI

7. CONCLUSÕES GERAIS

Ressalvando as particularidades do caso estudado, os resultados obtidos permitem algumas inferências. As análises realizadas nesta dissertação sugerem que as possibilidades de concretização dos projetos de vida dos jovens tendem a estar condicionadas mais pelas condições socioeconômicas da família do que ser uma estratégia familiar objetiva.

Durante a pesquisa, ficou evidente a questão da busca de autonomia financeira como fator importante nos projetos dos jovens. Os pais sentem dificuldades para remunerarem seus filhos devido à pequena produção que é comercializada e à falta de terra. Estes fatores estão entre os principais que fazem os jovens deixarem o campo. Mesmo em famílias que os pais são “proprietários”, a remuneração aos filhos pelo seus trabalhos não ocorre na forma de pagamento em espécie. O pagamento é concedido através da manutenção dos estudos, da roupa e da alimentação, condições básicas que muitas vezes não atendem as expectativas dos jovens. Expectativas permeadas pela “cultura moderna”.

No projeto dos jovens, foi evidenciado que, independente do projeto de barragem, quando o meio rural não proporciona condições de permanência, os jovens fazem a opção de deixá-lo, motivados principalmente pela “ilusão” de “vida fácil e conforto” no meio urbano.

Os pais da categoria “proprietários”, que têm relativamente melhor possibilidade de viabilizar a reprodução social da exploração familiar, acreditam na possibilidade de que seus filhos deixem o meio rural e estudem até adquirir uma “boa profissão”. Os pais que têm propriedades menores e, portanto, têm menor possibilidade de viabilizar a reprodução social de exploração familiar, desejam que os filhos deixem o meio rural, consigam algum trabalho e, depois,

com a possibilidade de fazer alguma economia, retornem a fim de adquirir seu próprio “pedaço de chão”. Para os “não-proprietários”, o projeto para os filhos é mesmo deixar este meio, a fim de trabalhar e garantir seu próprio sustento. Para essa categoria, não houve depoimentos que afirmassem a possibilidade de retorno, conforme a estratégia indicada pelos “pequenos proprietários”.

O casamento é uma das opções dos jovens entrevistados, filhos de pais da categoria “proprietários”. Porém, essa decisão, sob orientação dos pais, deve ser tomada após a formação profissional. Para as outras categorias, o casamento é uma estratégia efetiva dos jovens para continuarem na cidade, tendo junto de si uma companheira.

Em relação ao projeto de barragem, e de acordo com as entrevistas, a reação inicial dos pais de várias famílias atingidas pelo projeto era de “deixar a roça”. Essa atitude mudou através das reflexões realizadas com os agentes da equipe de assessoria, processo que contribuiu para o fortalecimento da solidariedade pré-existente na Comunidade de Casa Nova, consistente com o estudo de ROTHMAN (2001).

As diferenças na visão de jovens e adultos sobre o projeto de barragem só foram percebidas no início do projeto, quando alguns jovens demonstravam ser a favor do projeto. Supõe-se que, durante as reflexões que se sucederam com o trabalho da assessoria, estes jovens, uma vez adquirindo conhecimento sobre os prováveis efeitos sociais e ambientais negativos da barragem, mudaram de opinião e, em sua maioria, permaneceram com suas famílias no meio rural durante o processo, defendendo a resistência ao deslocamento. As pessoas idosas manifestaram, durante todo o processo, a intenção de não deixar seu “local de origem”, demonstrando apego a terra. Em relação à cultura local, houve um resgate. Antes do projeto, a Comunidade Casa Nova estava sofrendo considerável influência da ‘cultura moderna’. Com a chegada do projeto de barragem, esta situação mudou. As tradições foram colocadas em conflito com os símbolos de modernidade, proporcionada pelo conjunto de forças que se fizeram presentes com o projeto de barragem (engenheiros e técnicos da empresa, grupo de assessoria, organização política da comunidade, dentre outros) e, por isto, não puderam permanecer como estavam, confirmando a prerrogativa de GIDDENS (1995). O exemplo da organização do Museu, apresentado no Capítulo IV, uma instituição de ‘cultura urbana’, caracterizou bem as influências da cultura moderna em Casa Nova.

O Projeto de Barragem e a presença dos agentes de mediação na comunidade, modificaram os “campos de possibilidades”, oportunizando aos jovens novas reflexões sobre o futuro. Este processo fez com que a comunidade revalorizasse ainda mais suas tradições. A própria natureza das manifestações culturais foram modificadas; foi como se redescobrissem suas tradições, seus valores, seu jeito de viver. Por exemplo, o ressurgimento da ‘encomendação das almas’, a ‘festa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais’, e o próprio surgimento do ‘museu’. Mediante este contato dos jovens com as tradições locais, passaram por um processo de valorização da cultura de origem. Esta alteração só foi possível devido à consciência das ameaças que o projeto de barragem poderia representar. Ao adquirirem a consciência do risco, os jovens e suas famílias passaram a ter confiança de que era possível, neste novo cenário, interferir na realidade.

Foi assim que muitos jovens deixaram de migrar para os centros urbanos durante o período de licenciamento ambiental, permanecendo com a família. Até o final houve uma demonstração dos jovens de ‘abrir mão’ de seus projetos individuais, ao menos por um tempo, passando a agir em prol do projeto coletivo. Ao adiar o projeto de deixar o campo, os jovens alteraram, pelo menos provisoriamente, o seu o comportamento típico, realizando uma ruptura, uma descontinuidade.

A experiência vivida pela comunidade Casa Nova, especialmente pela juventude, foi a demonstração de que a comunidade vive as mudanças de um mundo complexo e sofisticado em relação ao passado, significando que as mudanças que ocorrem fazem parte da interseção entre a modernidade e a transformação da vida cotidiana.

A interferência de “agentes externos”, na pessoa dos assessores, aqui definidos como “sistemas peritos”, foi importante durante o processo de licenciamento de barragem, contribuindo para potencializar as pessoas nas dimensões técnica e política (ROTHMAN, 2001). Técnica, na medida em que aprenderam a analisar e contestar os Estudos de Impacto Ambiental; e política, na medida em que o apoio com o processo de organização e educação em nível local permitiu a participação efetiva nas audiências públicas. Embora alguns depoimentos dos entrevistados indiquem que o grau de consciência política de um segmento das pessoas seja limitado, outros depoimentos dos próprios entrevistados sugerem que foi em decorrência da confiança na

assessoria, que os atingidos passaram a viver a consciência do risco e não do perigo¹⁵.

Quanto às implicações dos resultados do presente estudo para políticas públicas que poderiam valorar e valorizar o lugar, de acordo com as demandas apresentadas pelos jovens e adultos durante as entrevistas, sugere-se avaliar a possibilidade de implementação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAS)¹⁶, pois estas escolas podem ser, para boa parte dos jovens, uma alternativa para realização de seus projetos. Neste caso, as alternativas criadas pelas comunidades em outras regiões do Brasil, através das escolas de alternância, estão oportunizando condições de concretização dos projetos de vida de muitos jovens. Projeto como este poderia ser organizado com a Comunidade Casa Nova. Sugere-se, também, o acesso de jovens da Comunidade Casa Nova, e mais amplamente da região da Zona da Mata, a recursos para financiar atividades não-agrícolas, visando o aumento das alternativas de trabalho, a exemplo da proposta de ecoturismo, em discussão com a comunidade.

Em nível mais amplo, torna-se cada vez mais urgente a organização e mobilização dos grupos associativos, sindicais e pastorais que agem no campo, em torno de propostas concretas via governo federal, tais como uma linha de crédito para os jovens rurais e políticas de reforma agrária, que permitam o acesso dos filhos de pequenos produtores rurais a terras próximas de sua comunidade de origem.

Finalmente, este trabalho não pretendeu esgotar as questões relacionadas aos projetos de vida dos jovens em seus campos de possibilidades. Propõe-se como temas para pesquisa: estudos do papel dos grupos de assessoria na mediação com populações atingidas por barragens; das manifestações culturais presentes nas comunidades rurais como resgate da identidade; e dos meios de comunicação de massa presentes na vida das famílias rurais.

¹⁵ Perigo é a ausência de consciência de uma ameaça em determinada situação.

¹⁶ A EFA possui um currículo adaptado à realidade rural; através de um plano de estudo os jovens fazem a relação entre escola e vida, entre a teoria e a prática. Neste processo formativoos jovens refletem seus projetos de vida e resgatam a auto-estima e a valorização da sua cultura de origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. [et al.]. **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Municípios Mineiros**. [05/10/2000]. (<http://www.almg.gov.br/munmg/m28204.htm>).
- BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil: 1980-1996**. Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 1999.
- BECK, U. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- BENEVUTO, M. A. Mitos e imagens nos modos de expressão de jovens rurais. In: GOUVEIA, P e ALVIM, R. **Juventude anos 90**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade**. Trad. Carlos F. Maisés. 6º ed. São Paulo: Companhia das letras. 1988.
- BERMANN, C. “**Consumo energético e repercussões sócio-ambientais: os empreendimentos do setor elétrico no Brasil em questão**”. Campinas, 1990 (mimeo.).
- BOTELHO, M.I.V. **Entre o passado e o presente: Um estudo das práticas culturais no Vale do Jequitinhonha / MG**. Araraquara, 1999. (Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Ciências Humanas, UNESP).
- BRANDÃO, C.R. **O campesinato Goiano: Três estudos**. Goiânia: Ed. da UFG, 1986.
- BRITO, F. Os Povos em Movimento: as Migrações Internacionais Recentes no Desenvolvimento do Capitalismo. In: PATARRA, N.L. (Coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, FNUAP. 1995.
- BRUMER, A. A exploração familiar no Brasil. In: **A agricultura familiar: comparação internacional** (Hugues Lamarche). Vol. II. UNICAMP, 1998.
- CAMARANO, A.A. e ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinqüentas anos**. Trabalho apresentado no 21º Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais. Caxambu, MG, 1997.
- CANCLINI, N.G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade** / Néstor García Canclini; tradução: Heloísa Pezza Cintrão,

- Ana Regina Lessa. –São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. (ensaios Latino-americanos, 1).
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, SP, 4ª ed., 1977.
- CARDOSO, R.C.L e SAMPAIO H.M.S. **Bibliografia sobre juventude** / Ruth C.L. Cardoso, Helena M. Sant'Ana Sampaio (Orgs.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. 252p.
- CARNEIRO, M.J. O ideal rurbano: relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais. In: SANTOS, R., CARVALHO, L.F., SILVA, C.T. (Orgs.). **Mundo Rural e Política – Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. P. 95 – 117.
- CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Clave Consultoria, outubro/1998, Número 11. P. 53 – 75.
- CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998.
- CUMMING, E. & SCHNEIDER, D. **Sibling solidarity: a property of american Kinship**. s.n.t. 1961.
- CUNHA, J.M.P. (Coord.). **Projeto “Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização”**. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 273p. (Relatório Final). 1999.
- DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Out. 1998. Nº11.
- DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. Ed. Perspectiva, SP, 2ª ed., 1978.
- DURKHEIM, E. **Émile Durkheim : Sociologia**. Organizador [da coletânea] José Albertino Rodrigues; [Tradução de Laura Matal Rodrigues]. – 2ª Ed. – São Paulo: Ática, 1981.
- DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en America Latina. In: **CEPAL, Juventud Rural – modernidad y democracia en America Latina**. Santiago, Chile, p. 55-80, 1996.
- ESTADO DE MINAS (1993). **“Iniciativa privada construirá hidrelétricas”**. 19/09/93.
- FIRTH, T. **Two studies of Kinship in London**. London, University of London, 1956.
- FORACCHI, M.M. **A juventude na Sociedade Moderna**. Pioneira, São Paulo, Ed. da USP, 1972. 172p.
- FUKUI, L.F.G. **Sertão e bairro rural**. São Paulo: Ática, 1979.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Censo populacional**. [13/11/1998]. (<http://cidades.mg.gov.br/cidades/owa/social?cod=2820>)
- FURTADO, R e FURTADO E. **A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local**

- sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000. 180p.
- GERMANI, G. **Sociología de la modernización**. Buenos Aires, Paidós, 1969.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução por Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. 177p.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1994.
- GIDDENS, A. Entrevista com Anthony Giddens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 8, nº16, 1995, p.291-305.
- GIDDENS, A. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade** / Anthony Giddens e Christopher Pierson; tradutor Luiz Alberto Monjardim. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 156p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **XXIV Encontro Nacional de Economia**. Rio de Janeiro: Anpec, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Questões metodológicas para análise das famílias nas Pnads**. Campinas, mimeo., 1999.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. P.11-67.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Visualizador de Mapas**. [30/01/2002]. (<http://www1.ibge.gov.br/ibge/default.php>).
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR). **“A política de privatização do setor elétrico”**, Rio de Janeiro, 1990. (mimeogr.).
- JORGE, M.H.P.M. Como morrem nossos jovens. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. P. 209-292.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradutor: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. Vol. II. Do Mito à realidade.
- LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona, Península:1978.
- LOPES, M.F. e ROTHMAN, F.D. “Desafios para as políticas do setor elétrico e para as práticas acadêmicas”. **Anais do 1º Simpósio Brasileiro sobre Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas**. Poços de Caldas: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1998, p. 37-46.
- MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Zahar Editores: RJ, 1980. 208p. 4ª ed.
- MARTINE, G. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 1(2), p. 28-31, jul./set. 1987.

- MARTINE, G. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Documento de Trabalho 11, Brasília, Instituto SPN, 29p. 1992.
- MARTINE, G. e CARVALHO, J.A.M. **Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais**. Campinas: UNICAMP. (Trabalho apresentado no seminário Brasil Século XXI). 1989.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MATHIEU, N. La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix. **Économie Rurale**, n.247, sep-oct. 1998.
- MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: KLANDERMANS, Bert, et. al., ed. **From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures**. Greenwich: JAI Press, 1984.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **“A crise do modelo energético. Construir um outro modelo é possível”**. Caderno n.º 6. São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, J.T.A. **Lógicas produtivas e impactos ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção**. Campinas: 2000. (Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola) – UNICAMP.
- ORGANIZACIÓN IBEROAMERICANA DE JUVENTUD (OIJ). **Marco de Referencia. Programa Regional de Acciones para el Desarrollo de la juventud en America Latina**. (PRADJAL, 1995-2000). OIJ. Madrid. 1994:37.
- ORTEGA, E. La ruralidad y el futuro de los jóvenes rurales em Chile. In: **CEPAL. Juventud rural – modernidad y democracia en América Latina**. Santiago, Chile, p. 241-247, 1996.
- PACHECO, N. e PATARRA, N.L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO**, 1998. **Anais**. Curitiba: ABEP/IPARDES. 1998.
- QUEIROZ, M.I.P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, RJ, 1973.
- QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, 1991.171p.
- RIBEIRO, R.F. (1993). **Campesinato: resistência e mudança - o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha**. Dois volumes. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (tese de mestrado).
- RODRÍGUEZ, E. Los desafíos de fin de siglo y la problemática juvenil en America Latina. In: **CEPAL, Juventud Rural – modernidad y democracia en América Latina**. Santiago, Chile, p. 33-54, 1996.
- ROTHMAN, F.D. **Political Process and Peasant Opposition To Large Hydroelectric Dams: the Case of the Rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992**. Madison: University of Wisconsin – Madison, 1993 (tese de doutorado). 439p.

- ROTHMAN, F.D. “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens do Rio Uruguai, 1979-1983”. In: Navarro, Zander (Org.), **Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 1996. p. 106-136.
- ROTHMAN, F.D. **Estado, Setor Privado e Populações Locais: interação nos projetos de construção de barragens na Bacia do Alto Rio Doce de Minas Gerais**. Relatório final de projeto de pesquisa, FAPEMIG, Set. – 1999. 78p.
- ROTHMAN, F.D. “A Comparative Study of Dam-Resistance Campaigns and Environmental Policy in Brazil”. **Journal of Environment and Development**, Vol. 10, Nº 4, December 2001. 317-344.
- SCHNEIDER, S. Camponeses, agricultores e pluriatividade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Clave Consultoria, outubro/1998, Número 11. p.201-206.
- SCHMIDT, J. P. **O que pensam os jovens, hoje: imaginário social dos estudantes dos Vales do Rio Pardo e Taquari**. – Santa Cruz do Sul, RS: [s.n.], 1996. 144p.
- SCHUTZ A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA. **História dos Municípios Mineiros**. [01/10/1999]. (<http://www.cidades.mg.gov.br>).
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu nacional**, Rio de Janeiro, v.52, p. 2-4, 1985.
- SIMMEL, G. “The Metropolis and Mental Life”, in: **On Individuality and Social Forms**. Donald Levine (org.), Chicago, University of Chicago Press, [1902] 1971.
- SPRADLEY, J.P. **The ethnographic interview**. Fort Worth: Holt, Rinehart and Winston, 1979.
- THEMAG (1996). **UHE Pilar: Estudo de Impacto Ambiental - EIA. v.2**, Tomo A. São Paulo: THEMAG Engenharia e Gerenciamento Ltda.
- THOMPSON, E. P., “The moral economy of the English crowd in the Eighteenth century”, in **Past and Present**, nº 50, Past and Present Society, February 1950. p.76-136.
- TÖNNIES, F. **Community & Society**. Harper & Row, Publishers, Incorporated, 1963.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 174p.
- VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.
- VERAS, M.B. **Desenvolvimento de Comunidades**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1976.
- VERMELHO, L.L. **Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (da transição epidemiológica para a violência)**. São Paulo, 1994 (Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública da USP).

VIANNA A., LEROY, J. e TAVARES, R. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade?. **Revista Proposta**, (46):1990. Rio de Janeiro: FASE.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADROS DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

Quadro 1A – Composição da amostra. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001

Categoria	n	%
1 – Pai	14	38,9
2 – Mãe	19	52,8
3 – Outros	3	8,3
Total	36	100

Quadro 2A – Composição da amostra por sexo. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001

Categoria	n	%
1 – Masculino	16	44,4
2 – Feminino	20	55,6
Total	36	100

Quadro 3A – Composição da amostra por idade. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001

Categoria	n	%
1 – De 20 A 39 anos	05	13,9
2 – De 40 A 69 anos	18	50
3 – Acima 70 anos	13	36,1
Total	36	100

Quadro 4A – Composição da amostra por estado civil. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001

Categoria	n	%
1 – Solteiro	01	2,8
2 – Casado	33	91,7
3 – Viúvo	02	5,6
Total	36	100

Quadro 5A – Grau de escolaridade dos entrevistados. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Analfabetos	11	30,6
2 – Analfabetos funcionais até 4ª série	20	55,6
3 – 5ª A 8ª série	05	13,8
Total	36	100

Quadro 6A – Freqüência percentual de opiniões sobre a necessidade de os filhos precisarem de escola. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	31	86,1
2 – Não	02	5,6
3 – Outras respostas e n/r	03	8,3
Total	36	100

Quadro 7A – Freqüência percentual de opiniões sobre quem mais precisa de escola. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Rapazes	15	41,7
2 – Rapazes e moças	19	52,9
3 – Outras respostas – n/r	2	5,4
Total	36	100

Quadro 8A – Freqüência percentual de opiniões sobre até quando os filhos de agricultores devem estudar. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

categoria	n	%
1 – Até saber ler e escrever	01	2,8
2 – Até completar as 4 primeiras séries	02	5,6
3 – Até completar a 8ª série	04	11,1
4 – Até completar o 2º grau	06	16,7
5 – Até completar o curso profissionalizante	00	
6 – Até completar o curso superior	02	5,6
7 – Outras respostas – n/r	21	58,4
total	36	100

Quadro 9A – Freqüência percentual de opiniões sobre as famílias que possuem propriedades. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	22	61,1
2 – Não	14	38,9
Total	36	100

Quadro 10A – Freqüência percentual do tamanho das propriedades. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Até 2 alqueires	17	47
2 – De 3 a 6 alqueires	02	5,6
3 – De 6 a 10 alqueires	07	19,6
4 – Acima de 11 alqueires	01	2,8
5 – Outras respostas – n/r	09	25
Total	36	100

Quadro 11A – Freqüência percentual sobre como a propriedade foi adquirida. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Herança	13	36,1
2 – Doação	02	5,6
3 – Compra mais herança	11	30,6
4 – Outras respostas – n/r	10	27,7
Total	36	100

Quadro 12A – Freqüência percentual de respostas sobre quantos anos as famílias entrevistadas moram na região. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Menos de 6 anos	03	8,3
2 – De 7 a 30 anos	05	13,9
3 – Acima de 31 anos	28	77,8
Total	36	100

Quadro 13A – Freqüência percentual da ocupação principal declarada pelos entrevistados. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Trabalhador rural	17	47,2
2 – Trabalhador assalariado fora da agricultura	01	2,8
3 – Trabalhador parceiro	01	2,8
4 – Serviços domésticos	08	22,2
5 – Aposentados	09	25
Total	36	100

Quadro 14A – Frequência percentual sobre a ocupação secundária dos entrevistados. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Trabalhador rural	04	11,1
2 – Trabalhador assalariado fora da agricultura	01	2,8
3 – Serviços domésticos	02	5,6
4 – Não possui	29	80,5
Total	36	100

Quadro 15A – Frequência percentual sobre a saída de alguém da família para trabalhar fora da propriedade no último ano Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	09	25
2 – Não	27	75
Total	36	100

Quadro 16A – Frequência percentual dos membros da família que saíram no último ano. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Pai	04	11
2 – Os filhos	02	5,5
3 – Pai e mãe	01	2,8
4 – Pai e filhos	02	5,5
Total	09	25

Quadro 17A – Frequência percentual do número de vezes que alguém da família saiu no último ano. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Uma ou duas vezes	06	16,6
2 – Acima de 6 vezes	02	5,6
3 – Outras respostas – n/r	01	2,8
Total	09	25

Quadro 18A – Freqüência percentual do local onde as pessoas da família entrevistadas foram trabalhar no ultimo ano. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Na propriedade de vizinhos	04	11,1
2 – Em propriedades rurais mais distantes	02	5,6
3 – Outras respostas – n/r	03	8,3
Total	09	25

Quadro 19A – Freqüência percentual da forma de pagamento das pessoas que saíram para trabalhar no último ano. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	N	%
1 – Diarista	04	11,1
2 – Mensal	02	5,6
3 – Outras respostas – N/R	03	8,3
Total	09	25

Quadro 20A – Freqüência percentual de famílias em que alguém saiu para trabalhar nos últimos 5 anos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	15	41,7
2 – Não	21	58,3
Total	36	100

Quadro 21A – Freqüência percentual dos membros da família que saíram para trabalhar nos últimos cinco anos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Pai	04	11,1
2 – Alguns dos filhos	10	27,8
3 – Não respondeu – n/r	01	2,8
total	15	41,7

Quadro 22A – Freqüência do número de vezes que as pessoas saíram para trabalhar nos últimos cinco anos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Uma ou duas vezes	06	16,7
2 – Três à cinco vezes	06	16,7
3 – Acima de seis	02	5,6
4 – Outras respostas – n/r	01	2,8
Total	15	41,7

Quadro 23A – Freqüência percentual dos locais de trabalho dos migrantes temporários, nos últimos 5 anos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	N	%
1 – Nos limites do mesmo município de residência	02	5,6
2 – Outros municípios da região pesquisada	02	5,6
3 – Capitais	10	27,8
4 – Outras respostas – n/r	01	2,8
Total	15	41,7

Quadro 24A – Freqüência percentual dos tipos de trabalhos dos migrantes nos últimos cinco anos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Assalariamento na produção agropecuária	03	8,3
2 – Assalariamento na construção civil	09	25
3 – Assalariamento na prestação de serviços	01	2,8
4 – Assalariamento serviços domésticos	01	2,8
5 – Outras respostas – n/r	01	2,8
Total	15	41,7

Quadro 25A – Frequência percentual sobre o trabalho ter sido prestado com carteira assinada. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Sim	11	30,6
2 – Não	03	8,3
3 – Outras respostas – n/r	01	2,8
Total	15	41,7

Quadro 26A – Frequência percentual sobre qual tempo maior os migrantes ficaram fora da propriedade rural. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Até 7 meses	06	16,7
2 – De 7 meses a 1 ano	02	5,6
3 – Acima de 03 anos	05	13,9
4 – Outras respostas – n/r	02	5,6
Total	15	41,7

Quadro 27A – Frequência percentual sobre quantas pessoas da família já fizeram algum curso profissionalizante. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Sim	12	33,3
2 – Não	24	66,7
Total	36	100

Quadro 28A – Freqüência percentual de quais pessoas fizeram os cursos profissionalizantes. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Pai	01	2,8
2 – Mãe	10	27,8
3 – Pai e mãe	01	2,8
Total	12	33,3

Quadro 29A – Freqüência percentual sobre os tipos de curso realizados. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Profissão agrícola	02	5,6
2 – Profissão não agrícola	09	25
3 – Ligado à atividade doméstica	01	2,8
Total	12	33,3

Quadro 30A – Freqüência percentual sobre qual órgão era responsável pelos cursos de treinamento pessoal. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Emater	11	30,6
2 – Igreja	01	2,8
Total	12	33,3

Quadro 31A – Freqüência percentual sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos cursos de treinamento. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Sim	06	16,7
2 – Não	06	16,7
Total	12	33,3

Quadro 32A – Freqüência percentual sobre o número de famílias que recebem assistência técnica. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim. Na escola	12	33,3
2 – Não	24	66,7
Total	36	100

Quadro 33A – Freqüência percentual de opiniões sobre a satisfação com a assistência técnica. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Sim	03	8,3
2 – Não	06	16,7
3 – Outras respostas – n/r	03	8,3
Total	12	33,3

Quadro 34A – Freqüência percentual sobre a utilização de crédito rural. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	06	16,7
2 – Não	30	83,3
Total	36	100

Quadro 35A – Freqüência percentual sobre como utilizou o crédito rural. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Compra de adubo/café	01	2,8
2 – Manutenção da propriedade/criação	02	5,6
3 – Plantação	03	8,3
Total	06	16,7

Quadro 36A – Freqüência percentual sobre a compra de insumos agrícolas. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	32	88,9
2 – Não	04	11,1
Total	36	100

Quadro 37A – Freqüência percentual sobre quais insumos agrícolas são adquiridos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Milho híbrido	01	2,8
2 – Adubo químico	01	2,8
3 – Adubo, milho e sulfato	29	80,6
4 – Adubo e calcário	01	2,8
Total	32	88,9

Quadro 38A – Freqüência percentual sobre a aquisição de equipamentos agrícolas. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	08	22,2
2 – Não	28	77,8
Total	36	100

Quadro 39A – Freqüência percentual sobre quais equipamentos são adquiridos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Motor de moer milho	01	2,8
2 – Motor a óleo – picadeira	07	19,4
Total	08	22,2

Quadro 40A – Freqüência percentual sobre a aquisição de eletrodomésticos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	29	80,6
2 – Não	07	19,4
Total	36	100

Quadro 41A – Freqüência percentual sobre a principal fonte de renda mensal familiar. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Aposentadoria	05	13,9
2 – Propriedade	20	55,6
3 – Aposentadoria e propriedade	09	25
4 – Salário do pai/mãe cidade	02	5,6
Total	36	100

Quadro 42A – Freqüência percentual de famílias segundo a renda mensal da família declarada. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Menos de 1 salário	16	44,4
2 – De 1 a 2 salários	15	41,7
3 – Acima de 3 salários	04	11,1
4 – Outras respostas – n/r	01	2,8
Total	36	100

Quadro 43A – Freqüência percentual das famílias que utilizam mão-de-obra contratada. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	08	22,2
2 – Não	28	77,8
Total	36	100

Quadro 44A – Frequência percentual da forma como é feita a remuneração da mão-de-obra contratada. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Diária	07	19,4
2 – Semanal	01	2,8
Total	08	22,2

Quadro 45A – Frequência percentual de quantas pessoas são contratadas. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra parcial

Categoria	n	%
1 – Uma pessoa	01	2,8
2 – Duas pessoas	02	5,6
3 – Três ou mais	05	13,9
Total	08	22,2

Quadro 46A – Composição da amostra por religião. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Católica	35	97,2
2 – Protestante	01	2,8
Total	36	100

Quadro 47A – Frequência percentual de quem participa das atividades religiosas. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Mãe	01	2,8
2 – Todos	35	97,2
Total	36	100

Quadro 48A – Frequência percentual sobre a participação da família na associação de atingidos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	34	94,4
2 – Não	02	5,6
Total	36	100

Quadro 49A – Frequência percentual de opiniões sobre para que serve a associação dos atingidos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Resolver problemas relacionados ao projeto de UHE	11	30,7
2 – Resolver problemas da comunidade	08	22,1
3 – Arrecadar dinheiro para as lideranças viajarem	02	5,6
4 – Não sabe	13	36
6 – Outras respostas – n/r	02	5,6
Total	36	100

Quadro 50A – Frequência percentual de quem da família participa da associação. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Pai	03	8,3
2 – Mãe	02	5,6
3 – Filhos	01	2,8
4 – Ninguém	01	2,8
5 – Mais de um membro	28	77,8
6 – Outras Respostas – n/r	01	2,8
Total	36	100

Quadro 51A – Freqüência percentual de opiniões sobre desde quando participa da associação dos atingidos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Desde 1996 (início)	32	88,9
2 – Outras respostas – n/r	04	11,1
Total	36	100

Quadro 52A – Freqüência percentual de opiniões sobre o por quê da criação da associação dos atingidos. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	N	%
1 – Por causa da barragem	20	55,6
2 – Resolver problemas da comunidade	01	2,8
3 – Para arrecadar dinheiro para ajudar o movimento atingidos	01	2,8
4 – Não sabe	10	27,8
5 – Outras respostas – n/r	04	11,1
Total	36	100

Quadro 53A – Freqüência percentual de opiniões sobre quem decide as atividades da associação. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – A diretoria/liderança	07	19,4
2 – A diretoria com apoio das pessoas de fora	03	8,3
3 – O presidente	16	44,4
4 – Não sabe	06	16,7
5 – Outras respostas – n/r	04	11,1
Total	36	100

Quadro 54A – Freqüência percentual de opiniões sobre a possibilidade da associação ter resolvido algum problema da comunidade. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	24	66,7
2 – Não	07	19,4
3 – Outras Respostas – n/r	05	13,9
Total	36	100

Quadro 55A – Freqüência percentual sobre a participação em atividades sócio-educativas da comunidade. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	20	55,6
2 – Não	16	44,4
Total	36	100

Quadro 56A – Freqüência percentual sobre quem participa de outras atividades da comunidade. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Pai	04	11,1
2 – Filhos	10	27,8
3 – Todos	06	16,7
4 – Outras respostas – n/r	16	44,4
Total	36	100

Quadro 57A – Freqüência percentual das outras atividades que a família participa na comunidade. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Futebol	16	44,4
2 – Jogo de cartas	01	2,8
3 – Nadar no rio	01	2,8
4 – Bailes e festas	02	5,6
5 – Outras respostas – n/r	16	44,4
Total	36	100

Quadro 58A – Freqüência percentual sobre a leitura de jornais e outras publicações. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim. Jornal Pastoral	01	2,8
2 – Não	35	97,2
Total	36	100

Quadro 59A – Freqüência percentual sobre o número de filhos os pais antecessores tiveram. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Menos de 4 filhos	02	5,6
2 – De 4 a 8 filhos	19	52,8
3 – De 9 a 12 filhos	13	36,1
4 – Acima de 12 filhos	02	5,6
Total	36	100

Quadro 60A – Freqüência percentual de opiniões sobre, se os filhos conversam sobre o futuro. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Sim	12	33,3
2 – Não	20	55,6
3 – Outras respostas – n/r	04	11,1
Total	36	100

Quadro 61A – Freqüência percentual de opiniões sobre as profissões que os pais acham que seus filhos terão no futuro. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Profissão não especializada na agropecuária	12	33,3
2 – Profissões especializadas e de nível superior na agricultura	03	8,3
3 – Profissões fora da agropecuária, não especializada	06	16,7
4 – Profissão especializada de nível superior fora da agropecuária	01	2,8
5 – Os filhos é que devem escolher	04	11,1
6 – Outras respostas – n/r	10	27,7
Total	36	100

Quadro 62A – Freqüência percentual de opiniões sobre as profissões que os pais acham que suas filhas terão no futuro. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Dona de casa	02	5,6
2 – Professora	01	2,8
3 – Profissão especializada de nível superior fora da agropecuária	03	8,3
4 – Profissão especializada na indústria, comércio e serviços	01	2,8
5 – Profissão não especializada na indústria, comércio e serviços	03	8,3
5 – As filhas é que devem escolher	06	16,7
6 – Outras respostas – n/r	20	55,6
Total	36	100

Quadro 63A – Freqüência percentual de opiniões sobre uma profissão que os pais gostaria que seus filhos homens mais novos tivessem. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Profissão não especializada fora da agropecuária	02	5,6
2 – Profissões de nível superior na agricultura	01	2,8
4 – Profissão especializada de nível superior fora da agropecuária	04	11,1
5 – Os filhos é que devem escolher	01	2,8
6 – Profissão esportiva ou artística	01	2,8
7 – Outras respostas – n/r	27	66,7
Total	36	100

Quadro 64A – Freqüência percentual de opiniões sobre uma profissão que os pais gostariam que suas filhas mais novas tivessem. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
1 – Profissão especializada de nível superior fora da agropecuária	05	13,9
2 – Profissão esportiva ou artística	01	2,8
3 – As filhas é que devem escolher	01	2,8
4 – Outras respostas – n/r	29	80,6
Total	36	100

Quadro 65A – Composição da amostra por localidade onde moram os entrevistados. Casa Nova, Guaraciaba, MG, 2001. Amostra total

Categoria	n	%
01 – Conceição	10	27,8
02 – Pedras	06	16,7
03 – Pau D’alho	03	8,3
04 – Casa Nova	03	8,3
05 – Cachoeirinha	02	5,6
06 – Carioca	04	11,1
07 – Bom Jardim	05	13,9
08 – Alto Cajá	01	2,8
09 – Mato Virgem	02	5,6
Total	36	100

B – QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL**

JUVENTUDE E MODERNIDADE:
O CASO DA COMUNIDADE CASA NOVA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA – MG.

CONFIDENCIAL

CÓDIGO: _____

**VIÇOSA – MG
JANEIRO – 2000**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

CONTRA-CAPA – CÓDIGO: _____

N.º	Nome	Posição V001	Sexo V002	Idade V003	Estado civil V004	Residente? V005
A		1. Pai	1. Masc			
B		2. Mãe	2. Fem			
C						
D						
E						
F						
G						
H						
I						
J						
K						
L						

Nome do(a) Entrevistado (a): (V 001) _____

Local da propriedade: _____

Data da coleta de dados: ____/____/____

PESQUISA DE CAMPO – COMPOSIÇÃO FAMILIAR.

VAR	ESPECIFICAÇÕES	Pai A	Mãe B	Filho C	Filho D	Filho E	Filho F	Filho G	Filho H	Parente I	Parente J	Parente K
Sobre a escolaridade da família				Somente para os filhos jovens (14 a 30 anos)						Residentes na casa		
006	Escolaridade											
007	Está freqüentando a escola atualmente? S/N											
008	Se não freqüenta por quê?											
009	Com que idade entrou na escola?											
010	Quantos anos repetiu?											
011	Local da escola											
012	O sr(a) acha que os filhos de agricultores precisam de escola? S/N											
013	Por quê sim?											
014	Por que não?											
015	Quem mais precisa da escola, os rapazes ou as moças?											
016	Por quê?											

017	Até Quando (quantos anos) os filhos de agricultores devem estudar?	
018	Por quê?	
019	O que o(a) Sr(a) gostaria de ter aprendido na escola?	
020	O que o(a) Sr(a) gostaria que a escola ensinasse seus filhos?	

Responder as questões somente se existem filhos que estão fora de casa.

Sinalizar posição dos filhos que moram fora de casa?												
021	Idade de saída											
022	Ano em que saiu de casa											
023	Motivo da saída											
024	Residência atual											
025	Local da morada Campo= 1/ Cidade = 2											
026	Contribui com a renda? S/N											
027	A saída foi definitiva? S/N											
028	Ocupação atual											
029	Trabalha com carteira de trabalho assinada? S/N											

Pergunta direcionada para o Pai ou a Mãe respondente						
030	Possui propriedade própria? S/N					
031	Qual tamanho da propriedade? (ha)					
032	Como a propriedade foi adquirida?					
033	Quantos anos mora nesta região?					
Sobre a ocupação da família residente. (Nome dos filhos)		Pai	Mãe			
034	Ocupação principal					
035	Ocupação secundária					
036	Possui carteira de trabalho assinada atualmente? S/N					
037	No último ano, alguém da família saiu para trabalhar fora da propriedade ou nos arredores? S/N					
038	Quem saiu?					
039	Quantas vezes saiu?					
040	Onde foi trabalhar?					
041	Como foi o pagamento?					
042	Nos último 5 anos, alguém da família saiu para trabalhar na cidade? S/N					

043	Quem da família foi trabalhar?					
044	Qtas vezes saiu?					
045	Onde foi trabalhar?					
046	Tipo de trabalho					
047	O trabalho foi com carteira de trabalho assinada? S/N					
048	Quanto (Duração) tempo ficou trabalhando (média/serviço).					
Sobre a busca de conhecimento técnico e crédito rural						
049	Alguém da família (residente) fez algum curso de treinamento profissional? (S/N)					
050	Quem da família?					
051	Tipo de curso					
052	Duração do curso					
053	Órgão responsável					
054	Pratica o que aprendeu? S/N					
055	Vocês recebem assistência técnica? () 2. Não . () 1. Sim . 3.Na comunidade () Sim. 4.Na propriedade					
056	Qual órgão presta este serviço?					
057	Aplica as orientações dos técnicos? (S/N)					
058	A assistência técnica é satisfatória? (S/N)					
059	Se não, Por quê?					

060	Possui algum tipo de crédito rural?	
061	Em quê utiliza este crédito?	
Sobre a busca de tecnologia		
062	Vocês compram algum produto agrícola? (S/N)	
063	Quais?	
064	Possui máquinas agrícolas?	
065	Quais?	
066	Possui alguns dos eletrodomésticos citados?	() 1. Geladeira () 2. Liquidificador () 3. Tanquinho () 4. Batedeira () 5. Forno de microondas () 6. Não possui nenhum () Outros
Aspectos econômicos		
067	De onde provêm a renda que sustenta a família?	
068	Qual a renda mensal da família (residente)?	
069	Utiliza Mão-de-obra contratada? (S/N)	
070	Como é feita a remuneração?	
071	Permanente ou temporária?	
072	Quantas pessoas contrata?	() Adolescentes e Jovens () Mulheres () Homens

VAR	Questões da RELAÇÃO COMERCIAL	Principais Produto	Alguns destes produtos são vendidos? (S/N) Quais? (082)	Quanto (%) é vendido? (083)	Quanto (%) fica para consumo próprio? (084)	Quem compra? (085)	Onde mora quem compra? (086)				
073	Quais os principais produtos vocês produzem para o consumo próprio.										
074											
075											
076											
077											
078											
079	Quais produtos são totalmente comercializados.										
080											
081											
Quem da família participa das Seguintes tarefas?		Pai	Mãe	Filho	Filho	Filho	Filho	Filho	Parente	Parente	Parente
087	Preparo do solo										
088	Plantio										
089	Tratos culturais										
090	Colheitas										

091	Armazenamento												
092	Beneficiamento												
093	Pecuária												
094	Cuidar das pequenas criações												
095	Cuidar da horta												
096	Cuidar das instalações												
097	Venda de produtos												
098	Cozinhar												
099	Arrumar a cozinha (limpeza)												
100	Cuidar da casa												
101	Cuidar da roupa da família												
102	Cuidar das crianças												

Transporte												
103	Quais formas de locomoção utiliza?	<input type="checkbox"/> 1. Charrete própria <input type="checkbox"/> 2. Automóvel próprio <input type="checkbox"/> 3. Cavalo <input type="checkbox"/> 4. Bicicleta <input type="checkbox"/> 4. Ônibus <input type="checkbox"/> 5. Van ou Kombi (alugado) <input type="checkbox"/> 6. A pé										
104	As formas de locomoção são utilizadas para fazer o quê?											
Participação Social												
105	Qual a religião dos membros da família?											
106	Alguém da família participa de atividades da igreja? Quem?											
107	Participa de qual atividade Da igreja?											
108	O Sr(a) participa da Associaç. de Atingidos? S/N											
109	Para quê serve a associação?											
110	Quem da família participa das atividades da associação?											
111	Desde quando participa das atividades da Associação?											

112	Por quê se criou a Associação de atingidos?	
113	Quem decide sobre as atividades da Associação dos atingidos?	
114	A associação já resolveu algum problema da comunidade? S/N	
115	Se sim especificar os dois principais. Primeiro Problema	
116	Segundo Problema	
117	Alguém de sua família possui outro(s) tipo(s) de participação na comunidade (formal ou informal)? S/N	
118	Quem?	
119	Qual(is) atividade(s)?	

Comunicação		
120	Quais destes equipamentos de comunicação possui?	() 1. Rádio comum () 2. Rádio só com toca-fitas. () 3. Rádio com CD / fita () 4. Televisão () 5. Parabólica () 6. Videocassete () 7. Walkmen (CD com fone de ouvido) () 8. Celular () 9. Nenhum
121	Qual programa de rádio mais ouvido? (citar a emissora tb).	
122	Qual o programa de TV mais assistido (citar a emissora).	
123	Lê jornais ou outras publicações?	
124	Qual(is)?	
Sobre o futuro dos filhos		
125	Quantos filhos seus pais tiveram?	
126	O que você deseja para o futuro de seus filhos?	
127	Seus filhos conversam com o (a) Sr(a) sobre o que eles desejam fazer no futuro? S/N	

128	O que eles dizem?	
129	Que profissão o(a) Sr(a) acha que seus filhos (homens) terão no futuro?	
130	Que profissão o(a) Sr(a) acha que suas filhas (Mulheres) terão no futuro?	

OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM JOVENS

1. O que é ser jovem?
2. Quem aqui na comunidade é jovem?
3. O que o faz dizer que esta pessoa é jovem?
4. Quais seus sonhos para o futuro?
5. O que você pretende fazer em termos de trabalho?
6. Você gosta de morar nesta comunidade?
7. Por quê?
8. Está satisfeito vivendo aqui? Por quê?
9. O que falta para que aqui seja um lugar melhor para se viver?
10. Qual seu trabalho?
11. Por que trabalha nesta atividade?
12. Você estuda? Por quê?
13. Que série estuda?
14. Até quando pretende estudar?
15. Você pretende ficar morando aqui na roça?
16. Pretende casar?
17. Como irá sustentar sua casa?
18. Seus pais possuem terra suficiente para a herança de todos os filhos?
19. Vocês conversam sobre a partilha das terras?
20. Como você acha que será a herança?
21. Seus pais conversam com vocês sobre o futuro da propriedade?
22. Você tem algum irmão ou irmã que pretende trabalhar na terra, após a herança?
23. Você ou algum irmão seu gosta de trabalhar na agricultura?
24. Seus pais motivam você a sair da roça?
25. Por quê?
26. Você pretende sair ou já saiu alguma vez?
27. Por quê voltou?
28. Como é seu final de semana? O que você faz?
29. Existe alguma atividade voltada para os jovens aqui na comunidade?
30. Você participa delas?
31. Por quê?

32. Você participa de alguma atividade da comunidade?
33. Você participou ou participa de alguma atividade da Associação de Atingidos?
34. Em quê?
35. Como foi?
36. Porquê participou?
37. Você dá opiniões na reunião, sobre como a associação deve agir?
38. Por quê?
39. Você exerce algum cargo de liderança?
40. Tem algum jovem que exerce cargo de liderança?
41. Quem?
42. Quando falamos sobre modernidade o que você pensa?
43. Aqui na roça possui alguma coisa que pode ser exemplo de modernidade?
44. Para você, os jovens desta comunidade tem algum valor, ou seja, ela é importante?

APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM LIDERANÇAS ADULTOS

1. O que é ser jovem?
2. Quem é jovem aqui na comunidade?
3. Diga o nome de pelo menos cinco jovens.
4. O que lhe faz dizer que estes são jovens?
5. Como são os jovens desta comunidade nos aspectos: família, trabalho, escola, participação na comunidade.
6. O que faz o jovem ficar na roça?
7. O que faz o jovem sair da roça?
8. Existem lideranças jovens aqui na comunidade?
9. Quem?
10. Se não, existem jovens com potencial para ser líder?
11. Quem?
12. Você acredita que os jovens desta comunidade permanecerão morando aqui ou no trabalho agrícola sempre?
13. Por quê?
14. O que você observa que modificou do tempo dos antigos para os dias de hoje aqui na roça? (Aspectos culturais e de modernidade).
15. O que você entende por modernidade?
16. Aqui na roça possui alguma coisa que pode ser exemplo de modernidade?
17. O que é necessário para que os jovens permaneçam morando no campo?
18. Qual deve ser o papel dos jovens nesta comunidade?